

DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO CONCELHO DA TROFA

*Desafios
e Potencialidades
para o Desenvolvimento
Local*



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO CONCELHO DA TROFA

*Desafios
e Potencialidades
para o Desenvolvimento
Local*

Biblioteca Nacional de Portugal · Catalogação na Publicação

Diagnóstico da população imigrante no concelho da Trofa: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local/coord. Manuel Carlos Silva e Alice Delerue Matos
ISBN 978-989-685-038-8
I – SILVA, Manuel Carlos Ferreira da Silva
CDU 314
316

Promotor

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)

Coordenador Científico da Colecção

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

Coordenação do Estudo

MUNICÍPIO DA TROFA

Equipa de Investigação do Estudo:

MANUEL CARLOS SILVA

ALICE DELERUE MATOS; RITA BORGES NEVES

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - CICS
UNIVERSIDADE DO MINHO**

Edição

**ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA

Telefone: (0351) 218106100 • Fax: (00351) 218106117 •

E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Design

**JORGE VICENTE
B FACTORY**

Revisão e Maquetização

PROS – PROMOÇÕES E SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, LDA.

ISBN

978-989-685-038-8

LISBOA, JULHO 2011

As opiniões expressas no presente estudo são do(s) autor(es),
elas não reflectem necessariamente as do ACIDI, I.P.

“ Conhecer mais a realidade local para agir melhor” foi o lema do desafio lançado à Rede CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - para o desenvolvimento de estudos locais com vista à caracterização dos seus contextos de intervenção ao nível local. Foi com este espírito, de olhar os/as imigrantes como um contributo para as dinâmicas de desenvolvimento dos municípios, que 22 estudos foram realizados integrando uma nova colecção.

Com estes estudos, financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - FEINPT, pretendeu-se não só adquirir um maior conhecimento da realidade imigratória nos diferentes concelhos envolvidos, mas também reunir a amostra necessária à realização de um Estudo de abrangência nacional - “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal - Desafios e Potencialidades”.

Trata-se de conferir instrumentos de acção credíveis às entidades com responsabilidades ao nível do acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, através de dados científicos sobre a realidade onde actuam, tendo em vista a implementação de políticas e medidas ainda mais ajustadas às necessidades, em particular aos CLAII, no sentido de uma intervenção cada vez mais consolidada.

Assim, e no seguimento daquele que tem sido o papel do ACIDI, através do Observatório da Imigração, promovendo e aprofundando o conhecimento da realidade imigratória em Portugal, desejamos que esta nova colecção seja portadora de mais-valias para todas e todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, trabalham em prol da população imigrante. Neste sentido, será também disponibilizada uma Base de Dados que integra toda a informação recolhida no âmbito dos estudos e que será de grande utilidade,

nomeadamente por parte da academia, para outras investigações.

Por fim, uma palavra de agradecimento a quem tornou possível a concepção destes estudos, desde as autarquias às entidades da sociedade civil, seus técnicos e técnicas, gabinete técnico da rede CLAI, centros de investigação e suas equipas, bem como ao Professor Doutor Jorge Macaísta Malheiros do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, pelo esforço desempenhado na coordenação científica geral de todos os estudos.

Rosário Farmhouse
Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

O presente relatório é parte integrante de um conjunto de estudos incluídos na mesma coleção, que têm como objectivo caracterizar a população imigrante, de origem não comunitária (cidadãos naturais de países não-membros da EU-27, com excepção dos descendentes da população retornada, que nasceram nas ex-colónias portuguesas de África), em 22 áreas do território português, incluindo-se aqui municípios isolados, conjuntos de municípios e mesmo agrupamentos de freguesias.

Tendo como objectivo específico comum elaborar o diagnóstico da situação dos imigrantes instalados nas várias áreas em análise, no que respeita à sócio-demografia, à situação e trajetórias laborais e migratórias, ao quadro residencial, às práticas culturais, às experiências de discriminação e integração e ao desenvolvimento de redes relacionais (com outros cidadãos dos locais de origem e de destino, mas, também, com as diversas instituições do país de origem e da localidade de instalação), estes estudos assumem três propósitos base:

- Identificar os principais problemas com que se debatem estes imigrantes, quer ao nível nacional, quer ao nível local;
- Perceber os seus contributos para os processos de desenvolvimento dos vários territórios em análise;
- Obter um conjunto significativo de informação que contribua para o desenvolvimento de políticas informadas de integração, na esteira do que tem vindo a caracterizar a acção dos órgãos governamentais portugueses, com destaque para o ACIDI, ao mesmo tempo que disponibiliza um leque muito vasto de dados (ao nível local e, por agregação, também ao nível nacional), que pode ser explorado de modos muito

diversos pela comunidade científica que trabalha no domínio da imigração.

O ponto de partida para o trabalho consistiu na aplicação, nas 22 áreas de estudo, de um questionário com uma base comum alargada, discutida, comentada e validada colectivamente por todos os coordenadores científicos locais, em conjunto com a equipa de coordenação geral. Para além deste tronco comum, que cobre todos os domínios analíticos acima mencionados, as equipas de trabalho locais podiam, se assim o entendessem, acrescentar questões específicas que considerassem particularmente pertinentes para a análise das situações e dos processos em curso na sua área.

A definição da dimensão da amostra e do método amostral, bem como do modo de aplicação dos questionários foram decididos pelas várias equipas (em sintonia com a coordenação geral), procurando respeitar critérios de representatividade estatística e de estratificação dos elementos estatísticos em função das principais nacionalidades. Se as estruturas e os processos de tratamento de informação presentes nos vários relatórios locais têm elementos comuns em virtude das características idênticas da informação recolhida, as análises efectuadas pelas várias equipas de investigação são específicas, observando-se algumas diferenças metodológicas, bem como formas distintas de abordar as várias componentes do diagnóstico, frequentemente complementadas com informação suplementar proveniente de fontes secundárias (SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, INE - Instituto Nacional de Estatística) e comentários e recomendações de carácter específico, devidamente ajustados à realidade de cada caso.

A selecção das 22 áreas de estudo teve como base inicial a candidatura dos CLAII interessados, sempre suportados por equipas

técnicas sólidas, posteriormente complementada com alguns estudos adicionais, de modo a que se obtivesse uma malha de cobertura que incluía informação e relatórios analíticos de todas as regiões do continente e das duas regiões autónomas.

Refira-se que o presente relatório, como todos os outros incluídos nesta coleção, tem origem num processo de trabalho complexo ao nível da recolha, tratamento e análise da informação recolhida, que apenas foi possível graças ao forte empenhamento dos técnicos dos CLAI e dos investigadores envolvidos nas diversas fases do processo e, também, dos muitos inquiridores nacionais e estrangeiros formados e mobilizados para a actividade. Sendo parte de um todo coerente, o que permitiu, por um lado, gerar mais-valias associadas ao processo de trabalho e, por outro, compreender melhor o quadro nacional a partir do que se passa nas diversas parcelas do território, o estudo materializado neste produto tem um carácter autónomo e vale por si mesmo, permitindo traçar um diagnóstico local da imigração não comunitária em finais do primeiro decénio do século XXI (2010), bem como dos seus problemas e dos contributos para a dinâmica da área em estudo.

Jorge Malheiros

(CEG, IGOT-UL; Coordenador Científico Geral dos Estudos)

Este Estudo de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Municípios, que surgiu no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Câmara Municipal da Trofa e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), e que é agora publicado, teve na sua génese a vontade de conhecermos melhor a comunidade imigrante estabelecida no nosso concelho.

Logo, a realização deste Estudo e agora a sua edição são provas evidentes que a Trofa está a trabalhar para se aproximar, para partilhar e para entender a realidade dos imigrantes.

No nosso Município, consideramos que a imigração não deve ser vista como um problema, mas sim como uma oportunidade de desenvolvimento. É, assim, importante possibilitarmos e potenciarmos a integração harmoniosa e sustentável dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Em simultâneo temos também de criar as condições necessárias para que as migrações contribuam efectivamente para o desenvolvimento económico e social, garantindo um acolhimento dos imigrantes sem discriminações e em igualdade de direitos e de deveres.

Sabemos, no entanto, que quando se fala em integração de imigrantes, estamos a assumir que há um esforço conjunto a fazer neste processo. Esforço de quem vem, mas também esforço de quem acolhe.

Porque a população imigrante obtém no nosso concelho o seu sustento e simultaneamente contribui para o desenvolvimento da nossa economia e da nossa região, é bem-vinda entre nós, e daí a nossa preocupação em contribuir também para a sua integração plena na sociedade trofense, que queremos que seja cada vez mais justa e mais inclusiva.

É um facto que a Trofa e os trofenses respeitam a diversidade cultural e apoiam as políticas de acolhimento e integração dos imigrantes e das minorias étnicas.

E se países como os Estados Unidos da América ou a Austrália se desenvolveram com base no trabalho de milhares de imigrantes, também nós saberemos contar com a cooperação de todos aqueles que nos chegam dispostos a contribuir para o desígnio de desenvolvimento do nosso município.

É, assim, a todos nós que cabe desenvolver a integração dos imigrantes e não só exclusivamente aos imigrantes que cabe desenvolver um esforço de adaptação e inserção.

Na Trofa todos faremos a nossa parte.

Joana Lima

Presidente da Câmara Municipal da Trofa

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	15
I. INTRODUÇÃO E PROBLEMA	17
II. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO	20
III. RECENTE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: BREVE NOTA HISTÓRICA	23
IV. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E ECONÓMICA DO CONCELHO DA TROFA	25
V. METODOLOGIA	27
VI. IMIGRANTES DE PAÍSES TERCEIROS NO CONCELHO DA TROFA	29
1. Estrutura demográfica e familiar	29
2. Meios de vida e mercado de trabalho	40
3. Habitação e vulnerabilidades sociais	51
4. Saúde e educação	55
5. A integração social: dificuldades e questões	58
6. Relações sociais e institucionais	66
7. Crenças e práticas culturais e desportivas	71
8. Percursos migratórios: motivações, obstáculos, custos	75
9. Relações com o país de origem e melhoria/mobilidade social	82
VII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	88
VIII. BIBLIOGRAFIA	90
ANEXOS	93
Anexo 1: Guião de entrevista individual	94
Anexo 2: Descrição dos entrevistados	98
Anexo 3: Quadros estatísticos	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Naturalidade dos inquiridos	30
Figura 2 - Idade e sexo dos inquiridos	31
Figura 3 - Estado civil dos inquiridos	32
Figura 4 - Grau de parentesco dos membros do agregado familiar em relação ao inquirido	33
Figura 5 - Idade e sexo dos elementos do agregado excluindo o inquirido	34
Figura 6 - Naturalidade dos elementos do agregado com exclusão dos inquiridos	35
Figura 7 - Naturalidade do cônjuge dos inquiridos	36
Figura 8 - Naturalidade dos filhos dos inquiridos	37
Figura 9 - Ano de entrada em Portugal dos inquiridos e membros dos seus agregados nascidos no estrangeiro	38
Figura 10 - Imigrantes e membros dos seus agregados segundo o país e ano de entrada em Portugal	39
Figura 11 - Principal meio de vida dos inquiridos	40
Figura 12 - Principal meio de vida dos membros do agregado dos inquiridos com 16 anos e mais	41
Figura 13 - Meio de vida por país de origem	42
Figura 14 - Vínculos laborais dos inquiridos e membros activos (empregados) do respectivo agregado	43
Figura 15 - Grandes grupos de profissões dos inquiridos e elementos empregados dos respectivos agregados	44
Figura 16 - Dificuldade percebida na integração profissional por nacionalidade dos inquiridos	45

Figura 17 - Actividade profissional no país de origem e exercida actualmente em Portugal pelos inquiridos empregados	46
Figura 18 - Nível de escolaridade e grupo profissional dos inquiridos e membros dos seus agregados com emprego	47
Figura 19 - Estratégias de obtenção de emprego dos inquiridos e membros dos seus agregados	49
Figura 20 - Idade e sexo dos inquiridos e membros do agregado na situação de desemprego	50
Figura 21 - Tipo de alojamento dos imigrantes inquiridos	52
Figura 22 - Razões da escolha do local de residência	53
Figura 23 - Condições de conforto dos alojamentos dos inquiridos	54
Figura 24 - Acesso a bens de consumo	55
Figura 25 - Saúde no momento de chegada e actualmente	56
Figura 26 - Escolaridade dos imigrantes inquiridos das três nacionalidades mais representadas	57
Figura 27 - Escolaridade e idade	58
Figura 28 - Imigrantes inquiridos segundo o documento de entrada em Portugal	59
Figura 29 - Imigrantes inquiridos segundo a regularização da residência	60
Figura 30 - As maiores dificuldades (à chegada e no momento actual)	63
Figura 31 - Factores considerados muito importantes para a integração	64
Figura 32 - Domínio do português pelos imigrantes inquiridos	65
Figura 33 - Instituições/indivíduos a quem recorrem os imigrantes inquiridos em caso de urgência	66
Figura 34 - Participação em actividades promovidas pela comunidade de origem	68
Figura 35 - Conhecimento das instituições do país de acolhimento	69
Figura 36 - Avaliação das instituições a que os imigrantes recorreram	70
Figura 37 - Crenças religiosas	71
Figura 38 - Participação em actividades religiosas	72
Figura 39 - Participação em eventos culturais/desportivos	73

Figura 40 - Práticas culturais/de consumo dos imigrantes inquiridos	74
Figura 41 - Forma de imigração	78
Figura 42 - Motivo para a escolha de Portugal como país de imigração	79
Figura 43 - Situação face à legalização em Portugal	80
Figura 44 - Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal	81
Figura 45 - Motivos para a visita ao país de origem	82
Figura 46 - Familiares dependentes no país de origem	83
Figura 47 - Envio de remessas e pretensão de trazer familiares para Portugal	85

Este projecto teve origem na solicitação feita pela Câmara Municipal da Trofa através da Técnica Superior Dr.ª Juliana Azevedo junto da Direcção do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), a fim de fazer um diagnóstico da situação, condições de vida, práticas e representações dos imigrantes de países terceiros no referido concelho. Para tal, a Câmara propunha-se apresentar uma candidatura junto do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI), para o que solicitou a assessoria técnica de uma equipa de sociólogos do CICS. Aos responsáveis do ACIDI designadamente Dr. Johnson Marques e, em particular, ao Prof. Jorge Malheiros como responsável do projecto global a nível nacional manifestamos o nosso apreço e agradecimento não só nalgumas orientações gerais aquando das reuniões gerais de trabalho mas também, na parte final, pelas pertinentes correcções e sugestões enviadas.

É igualmente de sublinhar, louvar e agradecer o gesto dos responsáveis do Município da Trofa que em boa hora entenderam envolver uma equipa de investigadores do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. A coordenação do projecto científico no município da Trofa ficou a nosso cargo, a saber, Manuel Carlos Silva e Alice Delerue Matos. Na equipa foi integrada desde a primeira hora a Dr.ª Rita Borges com uma grande dedicação ao trabalho de campo e à recolha e tratamento de dados, tendo podido contar posteriormente com algum apoio por parte do Dr. Olívio Neves.

Cabe-nos manifestar o nosso reconhecimento aos responsáveis da Câmara da Trofa, designadamente ao Vereador do Pelouro de Ação Social e à Dr.ª Juliana Azevedo como Técnica Superior da Câmara e Responsável do CLAII da Trofa, sempre disponível para o apoio necessário ao bom andamento dos trabalhos. Devemos todavia destacar o papel nuclear da Dr.ª Ana Paula Ferreira como Técnica Superior do CLAII a quem manifestamos o nosso agradecimento pela enorme dedicação ao projecto na medida em que estabeleceu os contactos com a comunidade imigrante e participou com grande empenho e profissionalismo na recolha da informação.

Por fim mas não menos importante, devemos uma palavra especial de agradecimento aos imigrantes inquiridos e entrevistados e que se prestaram a dar a sua preciosa e indispensável colaboração.

Manuel Carlos Silva

Alice Delerue Matos

O fenómeno migratório tem sido uma constante secular e, no quadro das sociedades modernas, ela constitui por parte dos imigrantes uma forma de colmatar necessidades de mão-de-obra nos países de acolhimento e, nos países de origem, uma forma de aliviar tensões e corresponder a situações de subsistência ou a estratégias de mobilidade social. Por outro lado, constitui um factor de regulação demográfica e pode, em sociedades envelhecidas ou em queda demográfica, estabilizar e rejuvenescer os países de acolhimento.

Desde os anos 80 do século XX, Portugal tem sofrido mudanças consideráveis no que diz respeito aos fluxos migratórios. Sem deixar de continuar a ser um país de emigração com particular e acrescida incidência na última década, tem conhecido um aumento e reforço dos fluxos de imigração provindos de diversos quadrantes, países e regiões. Tal, tem implicado a emergência de situações e reconfigurações sociais que têm como beneficiário o país de acolhimento em termos económicos e mesmo de enriquecimento intercultural mas têm comportado algumas tensões ou mesmo problemas de relacionamento e, por vezes, de clivagem entre migrantes e autóctones, entre grupos étnicos, designadamente entre membros de minorias e da maioria.

As instituições e grande parte dos membros da maioria autóctone visam a 'integração' das minorias étnicas-migrantes, mas nem sempre disponibilizam os meios necessários à inserção social dessas minorias. Por sua vez, os membros das minorias étnicas e migrantes, confrontados com determinados constrangimentos e/ou vivenciando experiências, umas positivas, outras negativas, na relação com as instituições e membros da maioria autóctone tendem ora a aproximar-se e a inserir-se no país de acolhimento, ora a realimentar a identidade cultural de origem e uma eventual demarcação face à cultura da sociedade receptora.

Se hoje não é possível ignorar a relevância social e sociológica do fenómeno migratório, é, porém, difícil responder de modo cabal aos problemas inerentes ao mesmo. Entre várias questões que se podem colocar sobressaem algumas que se prendem com as relações entre maioria autóctone e minorias de comunidades

imigrantes, como sejam as respectivas condições de vida objectivas e eventual grau de privação relativa, o grau de inserção social e entrosamento, de indiferença e/ou distância social, de modos de vida e culturas. Mais, até que ponto a sociedade envolvente e, em particular, as instituições (para) estatais estão em condições de assegurar a realização de necessidades materiais e culturais, quer da maioria autóctone, quer das comunidades migrantes, favorecendo contextos organizacionais e interactivos no sentido da participação política numa base intercultural crítica e de aceitação das diferenças?

Qualquer política de inserção social para, e com, as minorias migrantes pressupõe um conhecimento da realidade social das trajetórias de vida dos migrantes, das condições sociais de vida em termos laborais, habitacionais, educacionais e culturais, assim como das suas representações. É neste sentido que este trabalho de diagnóstico da situação dos imigrantes de países terceiros deve ser enquadrado.

Por certo que uma abordagem holística do problema relativo às relações entre o grupo maioritário e categorias minoritárias exigiria uma abordagem e análise das condições estruturais, históricas a nível macro, meso e micro sem descurar todavia as estratégias de uns e outros, as representações e imagens recíprocas. Tal não sendo possível, nem este o objectivo deste estudo, focalizaremos o nosso trabalho na análise dos diversos factores e dimensões que permitam dar conta da realidade, compreender e explicar as práticas, imagens e representações dos imigrantes em relação à sociedade e ao Estado de acolhimento, suas instituições e populações locais. Para tal, tomamos como estudo de caso os imigrantes de países terceiros no concelho da Trofa.

Como veremos, os dados empíricos e a consideração das diversas perspectivas teóricas encaminhar-nos-iam para uma reflexão não só jurídico-política como económica e sociológica, obrigando-nos a uma abordagem multidimensional e pluricausal.

As relações estabelecidas entre as minorias imigrantes e, não raro, étnicas e as maiorias autóctones constituem, tal como referem Wiewiorka (1992) e Pierré-Caps (1995), um importante desafio às sociedades democráticas, o que exige, como reforça Silva (2008: 64), “uma nova gestão política, uma vez que determinadas situações históricas e actuais têm demonstrado que a identidade étnica tem constituído uma fonte de clivagem social tão ou mais importante como a pertença de classe.”, tal como, aliás, já Weber (1978) o havia sustentado. Qualquer intervenção sociopolítica para ser bem sucedida pressupõe um conhecimento multifacetado e o mais pormenorizado possível, a fim de, uma vez realizado o diagnóstico da situação, se possa caminhar para uma política municipal concreta, susceptível de apresentar, eventualmente, algumas pistas de intervenção no município da Trofa e noutros municípios da região e do país.

Está em questão o modo como as diversas instituições, as organizações da dita sociedade civil e, em particular, as diversas entidades e a população não imigrante podem e devem lidar com o complexo problema da imigração procurando, nesta primeira abordagem, fazer-se um diagnóstico da situação dos cidadãos imigrantes de modo a identificar designadamente (a) as suas condições de vida e principais carências; (b) os seus problemas de ordem económica, social, político-administrativa e cultural; (c) a sua situação regularizada (ou não), assim como o conhecimento da Lei da Imigração e dos seus direitos face ao Estado e às entidades empregadoras e, na medida do possível, as políticas de regulação migratória; (d) as percepções, imagens e representações dos imigrantes face aos cidadãos autóctones, indagando eventuais formas de discriminação interétnica, assim como imagens sobre membros das próprias comunidades e seu grau de identificação ou relativo distanciamento táctico.

Em suma, trata-se de analisar as situações e representações de imigrantes e problematizar questões em torno da inserção social das comunidades migrantes de países terceiros no seio da sociedade envolvente e, no caso de não inserção, quais os problemas e implicações sociais.

II. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A fim de entender as relações dos imigrantes com os autóctones poderíamos começar por contrapor de modo sucinto as principais perspectivas teóricas, designadamente no campo da sociologia. Assim, Durkheim (1977) e Parsons (1988), partindo do pressuposto de que toda e qualquer sociedade é, em princípio, coesa e harmónica, assumem que cada grupo ou categoria social deverá, para além de obedecer a normas e regras sociais gerais, cumprir as tarefas inerentes ao seu papel e estatuto, o que, aplicado aos grupos minoritários, implicará interiorizar tais normas e valores comuns presentes na sociedade receptora e, deste modo, integrar-se. Em contrapartida, os teóricos (inter)accionalistas a começar pelos clássicos Weber (1978) e Simmel (1987), prosseguindo de modo mais acentuado com a Escola de Chicago e com interaccionistas simbólicos e transaccionalistas como Goffman (1974) e Barth (1969), respectivamente, focalizam o seu olhar nos actores e suas estratégias. Ou seja, sem descuidar os constrangimentos nomeadamente por parte da perspectiva weberiana, os teóricos (inter)accionalistas destacam o imperativo metodológico de compreender e explicar comportamentos e atitudes, estratégias e representações não só dos grupos dominantes e/ou ditos 'normais', como dos grupos dominados e/ou *outsiders*, etiquetados de 'desviantes' e amiúde não integrados na sociedade. Por fim, a perspectiva marxista, quer entre os seus clássicos fundadores (Marx, 1974 e Marx e Engels, 1998) quer entre neomarxistas estudiosos das migrações (Castles e Kosack 1973) e das relações interétnicas (Memmi 1993), analisa os fenómenos migratórios a partir da relação desigual de acumulação de capital em que, no quadro do conflito antagónico de classes, os países e regiões com excesso de capital absorvem o excedente de mão-de-obra de outros espaços. Nesta óptica, os imigrantes são objecto de exploração e dominação, juntamente com outras classes autóctones exploradas e oprimidas. Porém, mesmo quando objectivamente se possam verificar condições comuns entre classes e grupos sociais pertencentes às maiorias e minorias, persistem as situações de competitividade, despique, animosidade e, por vezes, conflito entre uma e outras.

Perante estes posicionamentos extremados, designadamente estruturalistas *versus* (inter)accionalistas, vários autores (Elias e Scotson

1969, Bourdieu 1980, Bader 2005) têm vindo a pugnar por uma superação sintética desta dicotomia, apelando à análise conjugada entre estrutura e agência, tendo aguda percepção da conflitualidade entre estabelecidos (*insiders*) e forâneos (*outsiders*) também nesta matéria.

Fixando-nos no caso português, importa ter presente e incorporar a reflexão, os contributos e conclusões de diversos estudos de autores provenientes de várias áreas científicas, quer sobre as migrações (Machado 1992, Leandro 1995, Almeida *et al.* 1992, Malheiros 1998, Marques 2004 e M. Marques 2005, Baganha 2001, Baganha *et al.* 2005, Fonseca 2005, Malheiros *et al.* 2007) quer sobre relações interétnicas (Vala 1999, Silva 2000 e 2008, Cabecinhas 2003).

Berry (1980), tomando como teoria de médio alcance um modelo quadrimodal de aculturação, delineou quatro possíveis respostas dos imigrantes e/ou membros de minorias étnicas em relação ao modo como se inserem (ou não) na sociedade de acolhimento: a aculturação, a assimilação, a separação e a marginalização. As duas primeiras são dadas como positivas e funcionais e, portanto, vistas como dois patamares ou modalidades exemplares de gestão de trajectórias de integração e as duas últimas como negativas na medida em que, no caso da separação, os indivíduos vivem a sua cultura de origem mas não estão integrados na de acolhimento e sobretudo a última em que os indivíduos estão marginalizados de ambas. Estas respostas constituem as diversas modalidades estratégicas dos actores sociais na gestão das suas trajectórias entre a cultura de origem e a cultura da sociedade de acolhimento, sendo avançado o conceito de 'integração' como referencial dos diversos modos de relacionamento entre endogrupo e exogrupo. Este conceito de integração é visto como positivo não só para a sociedade como também para o indivíduo e pressupõe equilíbrio enquanto expressão de pressupostos funcionalistas de harmonia e coesão social, aliás, amiúde desmentidas por situações reais de tensão, atrito ou mesmo conflito entre migrantes e autóctones, entre minorias e maioria.

Não é raro que os imigrantes se sintam excluídos, tendo vários estudos constatado ou confirmado esta tese. Porém, há outras tácticas que passam por formas paternalistas. Nesta perspectiva de integração moderada, e não assimilação, é corrente falar-se de interculturalismo, que Stoer e Cortezão (1999) denominam de 'multiculturalismo benigno' e Silva (2000) de 'interculturalismo táctico'. Porém, tal perspectiva, se, por um lado, pretende suavizar os conflitos ou obviar rupturas, visa incorporar as minorias imigrantes e/ou étnicas nas normas e valores do sistema vigente.

Silva (2008), a respeito da questão da identidade de imigrantes africanos em Portugal, exogrupos minoritários e o seu relacionamento com o endogrupo maioritário, não só desconstrói teoricamente o modelo teórico de Berry e seus acríticos pressupostos funcionalistas, como aporta como material empírico alguns dados extraídos duma pesquisa entre imigrantes africanos dos PALOP no Noroeste de Portugal, nomeadamente no distrito de Braga. Segundo Silva (2008: 62),

Berry “fixa-se na aculturação e na assimilação e arreda da análise os constrangimentos de vária ordem, em especial, a questão fulcral do poder económico e político a nível sócio-estrutural na sociedade de destino, a nível organizacional, ignorando os “registos ocultos”, no dizer de Scott (1990), as formas de esquívamento passivo e distanciamento, acomodação instrumental ou resistência silenciosa”.

A concepção dominante tende a segregar uma ideologia etnocêntrica que parte do princípio de que os imigrantes devem negar as suas culturas e/ou adoptar as normas e valores dominantes e, mesmo quando são feitas algumas concessões, elas devem ser vistas como medidas transitórias ou conjunturais, a fim de a médio-longo prazo serem incorporados na cultura e sociedade de acolhimento. Em contrapartida, uma forma não etnocêntrica de olhar os imigrantes consistirá em registar não só os seus percursos, como as suas condições de vida objectiva, suas experiências, expectativas e representações em relação aos actores institucionais e não institucionais. Dados obtidos de inquéritos e entrevistas junto de imigrantes poder-nos-ão proporcionar pistas para o desenvolvimento de um interculturalismo crítico, tal como o advogado Santos (1995), Stoer e Cortesão (1999) e Silva (2000, 2008).

Embora diversas questões se possam colocar a este respeito, nomeadamente sobre preconceitos e estereótipos da maioria, aqui, seguindo de perto Silva (2008), as sub-questões passíveis de serem colocadas em função do problema e dos dados recolhidos são as seguintes: em que medida os imigrantes, amiúde constituindo também minorias étnicas se sentem e estão inseridos na sociedade de acolhimento, em que medida desejam a ‘integração’ e de que modos gerem a sua presença no país receptor? Quais as suas expectativas e representações e como se compreendem e explicam? E de que modo sentem que os actores institucionais, grupais e individuais correspondem a essas expectativas e são capazes de gerir as diferenças interétnicas?

Vários são os factores susceptíveis de (re)produzir identidades sociais, o que também ocorre entre os imigrantes: o lugar ocupado ou a condição de vida objectiva na estrutura social, a qual engloba vários factores como a condição de classe, o género, a etnia, a nacionalidade, a idade. A partir da análise de determinados factores, procurar-se-á saber mais sobre como se sentem, vêem e representam os imigrantes em Portugal e, mais concretamente, no município da Trofa, nas várias dimensões da realidade social.

III. RECENTE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: BREVE NOTA HISTÓRICA

Portugal conheceu várias fases de movimentos migratórios de cidadãos estrangeiros, sendo possível agrupá-los em quatro períodos. Em primeiro lugar, há a destacar os anos 60 e 70 do século XX com a vinda de imigrantes provindos das ex-colónias portuguesas, particularmente de Cabo Verde, nomeadamente para obras públicas e construção, em substituição de crescentes saídas de portugueses em direcção a países europeus. Esta tendência virá a intensificar-se logo após o 25 de Abril devido ao processo de descolonização e à vinda de africanos da primeira fase de imigração. Com base nos dados do INE, Baganha (2001) refere que, entre o período de 1975-1980, a população estrangeira cresceu à taxa anual média de 12,7%, havendo em 1980, 58.000 residentes estrangeiros, dos quais 48% oriundos de África, 31% da Europa e 11% da América do Sul.

Nos anos 80 e particularmente entre 1986 e 1990 dá-se uma segunda fase de imigração. O fluxo de imigrantes mantém uma taxa anual de 6,4%, na qual pontificam de modo mais intenso os africanos, embora comece a verificar-se também a vinda de outras nacionalidades, sobretudo brasileira com particular interesse em Portugal, uma vez que o país integrava desde 1986 a comunidade europeia. A este factor acresciam, quer quanto a africanos, quer quanto a brasileiros, as ligações históricas, ainda que assimétricas, e também a identidade linguística e cultural e, sobretudo, o clima de guerra civil em Moçambique e Angola, agregando razões económicas e políticas por parte de muitos imigrantes africanos.

Uma terceira fase ou fluxo situa-se na década de 90 e prolonga-se até ao início da primeira década do século XXI, representando uma nova composição de imigrantes provenientes dos países do Leste, na sequência do desmantelamento da ex-União Soviética, em 1989, e da subsequente queda dos regimes alegadamente socialistas, destacando-se cidadãos originários da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia. A par desta vaga assiste-se a uma segunda vaga da imigração brasileira, além de asiáticos. Com uma composição mais heterogénea, a imigração neste período regista uma taxa anual de 6,7%, somando no fim da década de 1990, 190.896 estrangeiros legalizados por via de processos de regularização em 1992 e 1996.

Por fim, uma quarta fase, iniciada no início da década de 2000 e que se prolonga até hoje mas que, perante a recessão económica, vai desacelerar e inclusive conhecer, na parte final do período em causa, o regresso de imigrantes do Leste. Entretanto entram com mais força imigrantes brasileiros ao mesmo tempo que se introduzem cláusulas e procedimentos restritivos aos fluxos migratórios. Em todo o caso, mantém-se a entrada selectiva de imigrantes não só das referidas nacionalidades mas também de outras nacionalidades da Ásia, como paquistaneses, indianos e chineses. Segundo o INE, em 2007 havia 401.812 cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente em Portugal.

A maior parte dos imigrantes constitui força de trabalho pouco qualificada e ocupa lugares e funções menos valorizadas; está concentrada, principalmente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e noutras cidades médias, tendo conhecido processos de reagrupamento familiar. Poder-se-ão distinguir um primeiro bloco de imigrantes formado por europeus (mais nos sectores científicos e empresariais) e brasileiros (no sector dos serviços, saúde e informática), uns e outros com melhores condições de habitação e emprego por conta própria ou como assalariados, sobretudo no sector dos serviços, ou por conta própria e um outro, composto por imigrantes dos PALOP com baixas qualificações e ocupações mais desvalorizadas e baixos salários, nomeadamente na construção e serviços domésticos.

Em todos estes processos e fluxos migratórios convém ter presente não só as condições dos países de acolhimento mas sobretudo os processos de desestruturação política e económica dos países de origem donde partem os imigrantes.

O concelho da Trofa, criado há pouco mais de uma década (Lei n.º 83/98, de 14 de Dezembro) e integrado, para fins estatísticos, na NUT III – Ave, pertence à região de Entre-Douro-e-Minho e situa-se no extremo norte do distrito do Porto. É delimitado a sul e a poente pelos municípios da Maia e de Vila do Conde, pertencentes à Área Metropolitana do Porto, e a norte e a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso.

Em 2009, a Trofa contava com 41.000 habitantes, aproximadamente (INE¹). O índice de envelhecimento (81,5%) era claramente inferior à média do país (117,6%)², pondo em evidência o carácter relativamente jovem da população, quando comparada com a de Portugal. A imigração tem contribuído para o rejuvenescimento da população do município e, em parte, para o crescimento efectivo da população³. Nos últimos anos, de acordo com as estatísticas oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o estatuto de residente naquele município tem sido solicitado, sobretudo, por ucranianos e, em menor número, por brasileiros, russos e paquistaneses. Segundo esta fonte, em 2009 eram 694 os imigrantes registados com residência no concelho da Trofa. Apesar da predominância destas quatro nacionalidades, estavam ainda registados imigrantes oriundos de países como a Rússia, Moldávia, China, Angola, bem como, ainda que residualmente, cidadãos de outros países dos continentes europeu, asiático e americano.

Os casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e de nacionalidade estrangeira (países extracomunitários) não ultrapassam os 6,4% dos casamentos registados no concelho⁴.

De acordo com os dados do CLAI da Trofa, 462 imigrantes do

1

Instituto Nacional de Estatística, acedido em 31/5/2010 em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

2

idem

3

Em 2009, a taxa de crescimento efectivo da Trofa era de 0,84% e a taxa de crescimento migratório de 0,63% (INE acedido em 31/5/2010 em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3)

4

Os casamentos entre portugueses e imigrantes representavam 11,7% dos casamentos registados em Portugal e 9,5% dos casamentos registados na região Norte. (INE acedido em 31/5/2010 em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3)

município procuraram estes serviços, desde Novembro de 2007. Os motivos desta procura prendem-se, fundamentalmente, com atendimentos relativos a processos de legalização da residência (65%), educação (11,4%) e nacionalidade (10,9%). Nos atendimentos, os interlocutores são basicamente os imigrantes (63%) ou os seus familiares (29%). A repartição dos imigrantes atendidos no CLAII da Trofa é relativamente equilibrada em termos de sexos (56% são indivíduos do sexo masculino). Provenientes da Ucrânia (50%), Paquistão (18%), Brasil (9%), Rússia (8%) e Moldávia (8%), os imigrantes pertencem sobretudo aos grupos etários dos 26 a 35 anos (36% dos imigrantes) e dos 36 a 45 anos (26% dos imigrantes).

Quanto ao tecido empresarial do município, este é composto por empresas individuais ou de reduzida dimensão, muitas de carácter familiar, do sector da construção civil e da indústria têxtil, deveras afectadas pela crise económico-financeira. Compreende ainda algumas unidades industriais metalúrgicas de base, da madeira e cortiça, das máquinas e equipamentos e da indústria alimentar. Refira-se que estão localizadas na Trofa as maiores e mais importantes indústrias nacionais de fabrico de máquinas para trabalhar madeira e do sector da galvanização e da fundição de metais.

O sector terciário assume considerável relevo no universo empresarial do concelho e coloca a Trofa numa situação particular no contexto socioeconómico do Vale do Ave que se caracteriza por uma elevada densidade industrial e uma fraca representação dos serviços.

I nterligada com a problematização teórica, a opção metodológica recaiu sobre o inquérito por questionário, a observação, a entrevista semi-estruturada e *focus group* aplicados aos imigrantes relativamente a: condições de vida no país de origem; razões da emigração e expectativas; redes sociais no país de origem; viagem e chegada a Portugal e respectivas condições objectivas e vivências subjectivas; situações de bem ou de mal-estar em relação a outros grupos – designadamente o maioritário da sociedade de acolhimento; eventuais dificuldades ou obstáculos na validação e no reconhecimento de diplomas; condições relativas à situação laboral e habitacional e eventuais processos de inserção social e/ou de discriminação social e étnica (relações com colegas de trabalho ou vizinhos); grau de satisfação no presente e projectos ou expectativas para o futuro.

Tendo em conta o arco temporal limitado da investigação (Dezembro de 2009 a Maio de 2010), procurou-se, sem desatender à necessária, ainda que breve, problematização teórica, já assinalada, direccionar esforços e competências no sentido de chegar aos actores sociais imigrantes e ganhar-lhes a confiança. E, desta feita, obtida a confiança através de mediadores foi facilitada a recolha de dados para a caracterização desta comunidade imigrante em termos sócio-demográficos, condições e estilos de vida, inserção espacial, tipos e perfis sócio-profissionais e ainda em termos culturais, normativos e axiológicos.

Utilizaram-se vários métodos e técnicas de recolha e análise de dados como forma de aproximação e, na medida do possível, medida de conhecimento das comunidades imigrantes, suas condições de vida e representações sociais. Foi aplicado o inquérito por questionário a todos os imigrantes do concelho da Trofa registados no CLAI, que se disponibilizaram a colaborar com o estudo, num total de 185 indivíduos. Através deste instrumento, além da caracterização dos imigrantes em termos sócio-demográficos, económicos, culturais, pretendeu-se indagar sobre as relações interétnicas e sobre o nível de inserção e/ou integração da comunidade imigrante na sociedade envolvente e autóctone.

Para além do inquérito por questionário utilizado por todas as

entidades que participaram no projecto, recorremos a metodologia qualitativa na recolha da informação sobre as comunidades imigrantes do concelho da Trofa, com o objectivo de complementar a informação de carácter mais quantitativo. Para tal, tornaram-se cruciais as entrevistas semi-estruturadas efectuadas em Março de 2010, que incidiram sobre as percepções e práticas dos actores-chave da comunidade imigrante. Dos inquiridos, 15 imigrantes anuíram participar nesta segunda fase do projecto: seis ucranianos, cinco paquistaneses, dois brasileiros, um russo e um moldavo.

Da mesma forma, foram extremamente válidos os *focus group* conduzidos em pequenos grupos de imigrantes já que permitiram a análise de questões como as referentes às relações sociais intra e interétnicas. Nesta terceira fase de recolha de dados, foram constituídos três grupos de quatro a seis elementos das comunidades de imigrantes mais representativas do concelho, nomeadamente a ucraniana, a paquistanesa e a brasileira.

Contrastados conceitos e teorias, os dados obtidos por inquérito e tratados através do Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) permitiram uma análise univariada e bivariada da informação de carácter quantitativo, do mesmo modo que as entrevistas e os *focus group* proporcionaram informação qualitativa relevante. Se as técnicas utilizadas têm virtualidades para responder à maioria, senão à totalidade das questões, estas foram ajustadas com certa flexibilidade no decurso da investigação.

Como hipótese de trabalho, avançámos, na sequência de outras investigações, designadamente a de Silva *et al.* (2006), que os comportamentos sociais e as mundividências culturais dos imigrantes são compreensíveis e explicáveis a partir das respectivas condições de vida a que acrescem a natureza e o grau de presença/ausência de poder de disposição de recursos, hábitos e estilos de vida e outros factores, nomeadamente de ordem étnico-cultural e organizacional-política (liderança, associações sociais e recreativas).

Nesta parte dar-se-á conta dos principais resultados deste estudo considerando, em termos gerais, a estrutura sócio-demográfica das comunidades imigrantes do concelho da Trofa abrangidas por este estudo e, em particular, a composição familiar, os meios de vida e mercados de trabalho, habitação e vulnerabilidades sociais, saúde e educação, dificuldades de inserção, quadro de relações sociais, crenças e práticas culturais e desportivas, percursos migratórios e quadro de relações com países de origem e mobilidade.

1. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR

Foram inquiridos 185 imigrantes no concelho da Trofa e recolhida informação sobre 477 indivíduos, considerado o conjunto dos membros dos agregados familiares. As pessoas enquadradas no conjunto de agregados a partir do número de questionários aplicados comportam uma população ligeiramente superior à registada nos atendimentos do CLAII, contudo ligeiramente inferior aos registos no SEF⁵

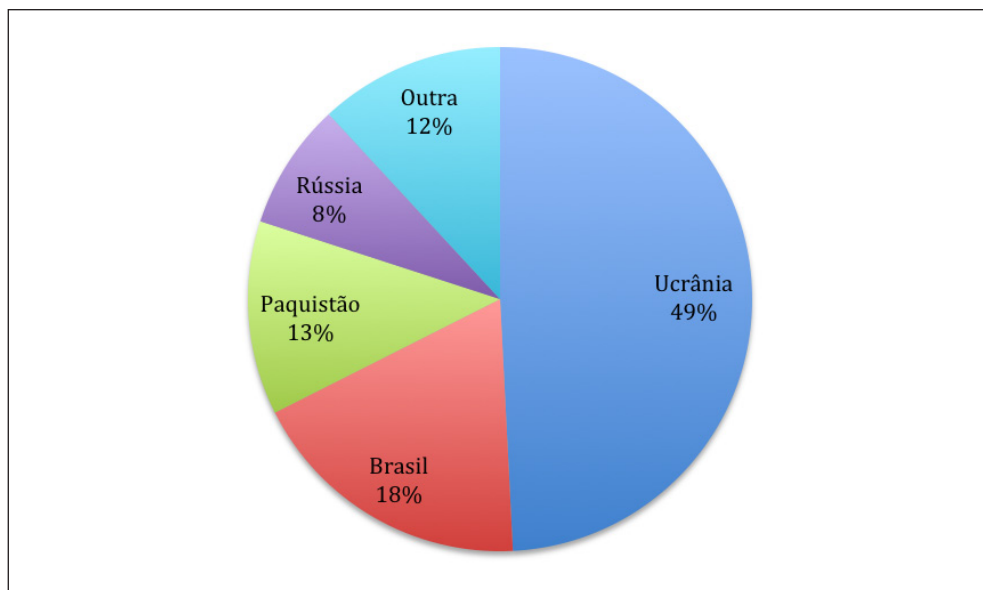
Os indivíduos efectivamente inquiridos neste estudo (excluindo os membros dos seus respectivos agregados familiares) são oriundos da Ucrânia (49,2%), do Brasil (18,4%), do Paquistão (12,4%) e da Rússia (8,1%) (Figura 1). Os inquiridos de outras nacionalidades são menos expressivos: 3,8% da Moldávia e os restantes 8% são oriundos de países como Angola, Cazaquistão, China, Índia, Nepal, outros países africanos, Colômbia, Cuba, Venezuela, Canadá (Quadro 1 em anexo).

5

Esta discrepância de dados pode dever-se ao facto de haver pessoas que não acorrem aos serviços do CLAII ou ainda, sobretudo no caso de brasileiros, a pessoas registadas no SEF mas que, desde 2009, estarão a sair temporária ou definitivamente sem participar o facto a estes Serviços.

VI. IMIGRANTES DE PAÍSES TERCEIROS NO CONCELHO DA TROFA 1. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR

Figura 1 - Naturalidade dos inquiridos



N (casos válidos) = 185

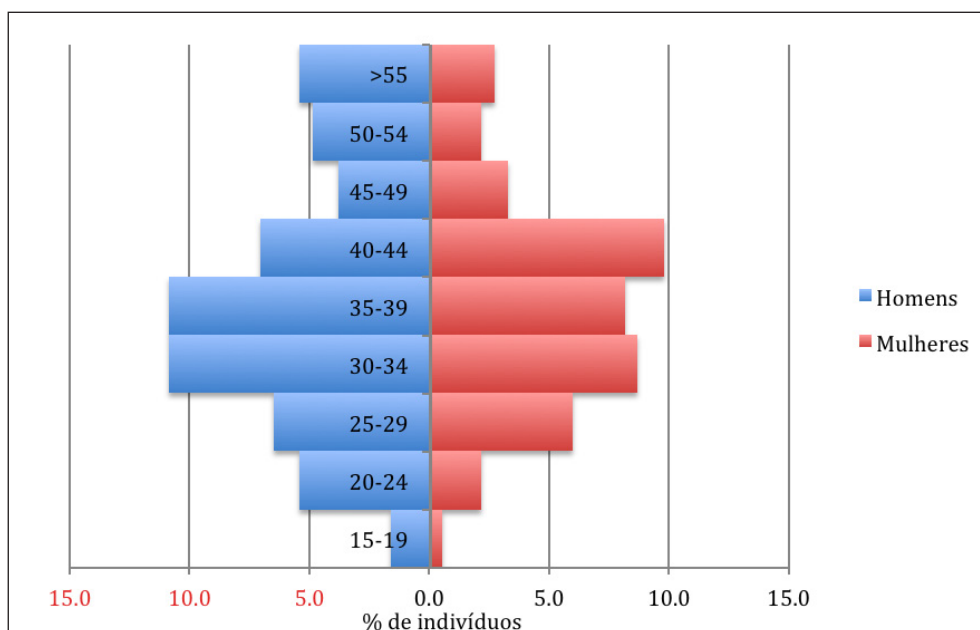
Os respondentes do sexo masculino são majoritários, representando 56% da amostra, contra 44% dos respondentes do sexo feminino. Frequentemente, em migrações como a portuguesa nos anos 60 e 70 do século XX, pelo menos nas primeiras vagas migratórias até aos anos 80 e 90, era o homem quem emigrava, permanecendo a mulher em casa e na aldeia como reserva e pólo de segurança em caso de desaire migratório (cf. Silva 1998). O reagrupamento, ou mesmo o abandono da estratégia de regresso ao país de origem, só teria lugar em fase posterior por condições supervenientes, designadamente a fixação dos filhos no país de acolhimento (Silva 1998, Leandro 1995, 2008). Já, porém, no que diz respeito aos imigrantes extracomunitários inquiridos no município da Trofa, foi possível inferir estarmos perante uma população migrante com relativo equilíbrio em termos de sexo, indiciando situações de migração de homens ou mulheres, seja enquanto casais, seja por iniciativa ora do homem (o caso dos paquistaneses), ora da mulher, solteiros ou divorciados, em situações similares à desta mulher ucraniana:

Vivia com a minha família, tinha muitos amigos. Tinha filhos e marido mas depois trabalhava e não recebia. A vida começou a correr mal. Tinha 30 anos e os filhos

tinham 7, 8 e 10 anos. Os pais dele [do marido] tinham dinheiro e os filhos ficaram com ele. Tinha vários amigos mas quando as coisas correram mal os amigos afastaram-se. Trabalhava numa fábrica grande mas começaram a atrasar os pagamentos. Sem salários não havia dinheiro para pagar as contas, as roupas, a comida, etc. A minha mãe ajudava-nos mas era difícil pois tinha dois filhos e não podia estar a manter-me (...). Então pensei que já tinha trinta anos e não conseguia arranjar emprego noutras áreas, pois só queriam raparigas mais novas. Decidi procurar noutro país (entrevista 16).

Casados ou solteiros, os imigrantes são, em todo o caso, como de resto na maior parte das migrações, sobretudo, adultos jovens em plena capacidade de trabalho, tal como se pode verificar na Figura 2:

Figura 2 - Idade e sexo dos inquiridos



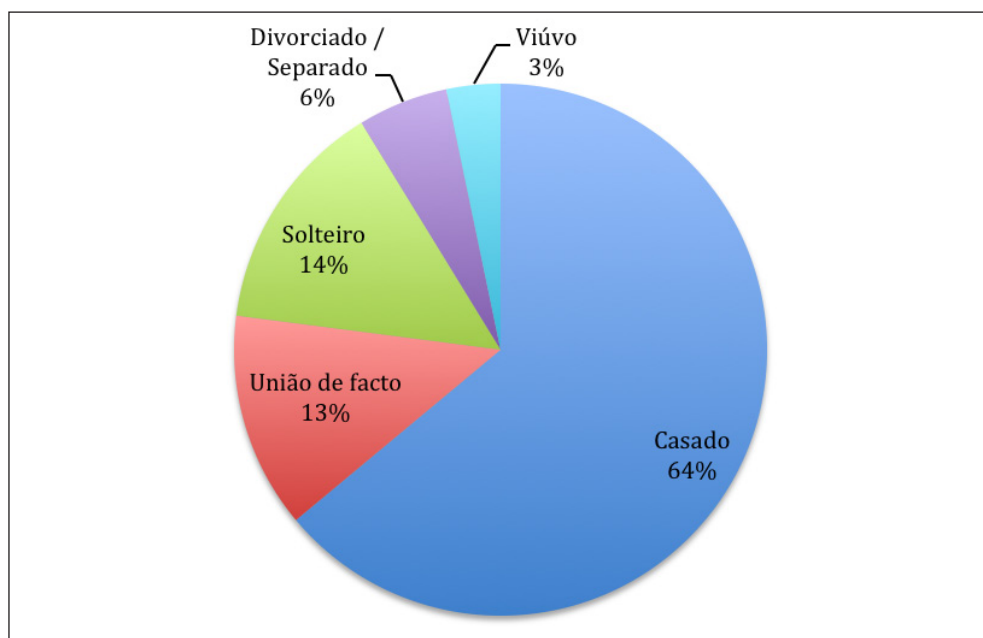
N (casos válidos) = 184

Percebe-se uma população relativamente jovem, sendo que 50% da amostra tem até 37 anos, sendo que 75% da mesma não ultrapassam os 43 anos de idade (Quadro 2 em anexo). Os grupos etários mais representados são os dos 30-34 anos e dos 35-39 anos, para o sexo

masculino e os dos 30-34 anos e 40-44 anos, para o sexo feminino, como se verifica na Figura 2 e no Quadro 3, em anexo.

No que concerne ao estado civil, os resultados obtidos evidenciam que a grande maioria é casada, tal como se constata na Figura 3.

Figura 3 - Estado civil dos inquiridos

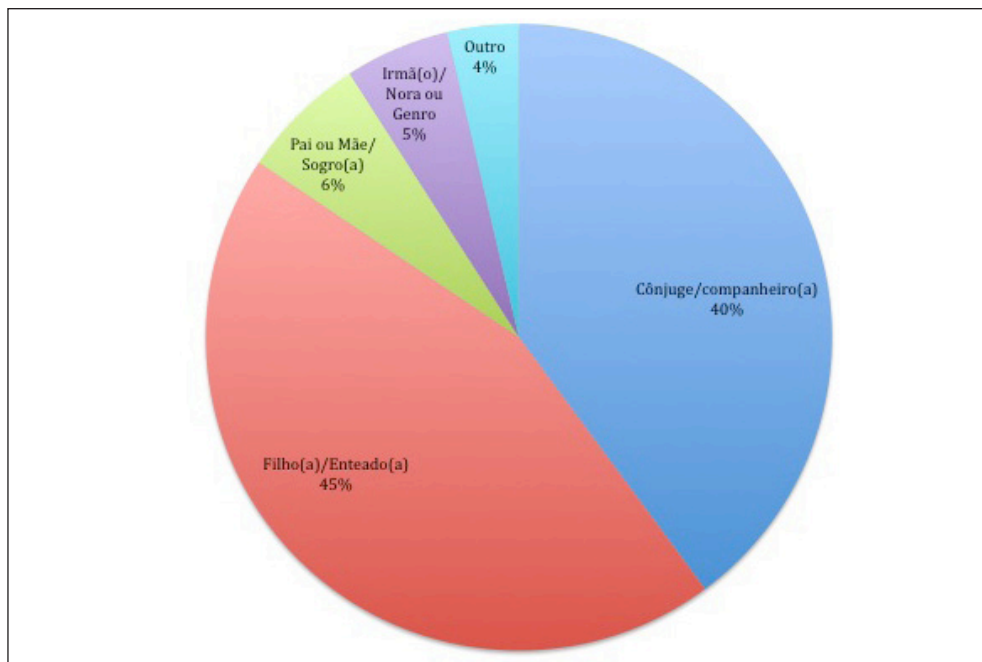


N (casos válidos) = 183

Dos indivíduos inquiridos, 77% têm cônjuge ou companheiro(a): 64% são casados e 13% vivem em união de facto. Os solteiros representam 14% dos indivíduos da amostra, sendo muito baixa a proporção de divorciados, de separados de facto e de viúvos (Quadro 4 em anexo).

Procurando indagar sobre a dimensão dos agregados familiares da amostra conclui-se que ela varia entre 1 e 7 elementos, com uma média de 2,13 indivíduos (Quadro 5 em anexo). Quanto à composição dos agregados familiares, a Figura 4 mostra-nos a seguinte distribuição:

Figura 4 - Grau de parentesco dos membros do agregado familiar em relação ao inquirido

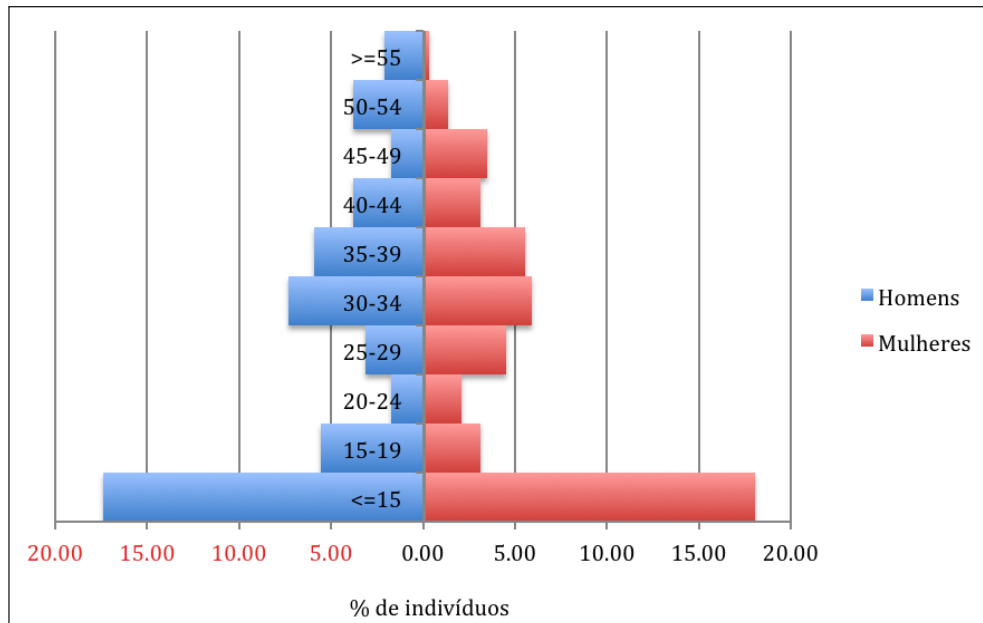


N (casos válidos) = 296

Em 40% dos agregados o cônjuge do inquirido encontra-se no país. Verificam-se também algumas recomposições familiares que se traduzem na presença de enteados (2%). Em 43% dos agregados existem já descendentes, os quais, juntamente com enteados e os ascendentes dos inquiridos representam, respectivamente, 51% dos indivíduos que coabitam com estes. Nalguns casos, em que se constata tipologias familiares alargadas, estão ainda presentes irmãos, noras ou genros dos inquiridos (5%).

A distribuição por idades e sexos dos indivíduos pertencentes ao agregado dos imigrantes inquiridos, excluindo estes últimos, encontra-se representada na Figura 5.

Figura 5 - Idade e sexo dos elementos do agregado excluindo o inquirido



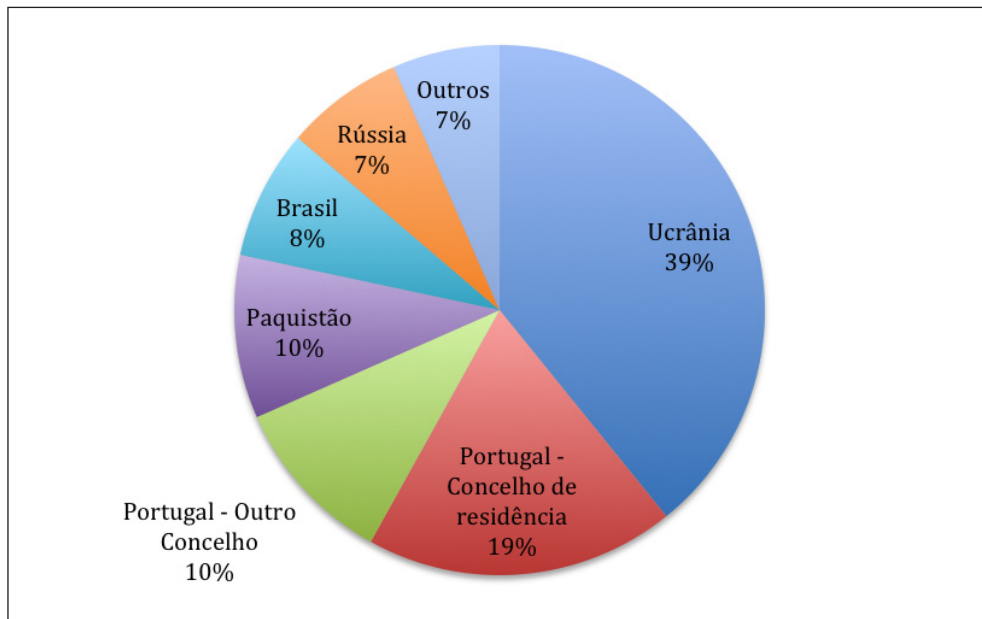
N (casos válidos) = 288

Os agregados familiares (excluindo o inquirido) são compostos em 47% por elementos do sexo feminino e em 53% por elementos do sexo masculino. Na pirâmide de idades entrevê-se, tal como verificamos a respeito dos inquiridos, uma preponderância de pessoas entre os 25 e 44 anos, para além de uma elevada percentagem de menores de 15 anos (Figura 5).

As idades dos elementos dos agregados estão compreendidas entre os 0 e os 62 anos, com uma média de idades de 30 anos (Quadro 6 em anexo). No caso dos casais, sendo maioritariamente jovens, 70% dos filhos têm menos de 15 anos (Quadro 7 em anexo).

No que respeita à naturalidade dos membros dos agregados, a Figura 6 mostra a seguinte distribuição por países:

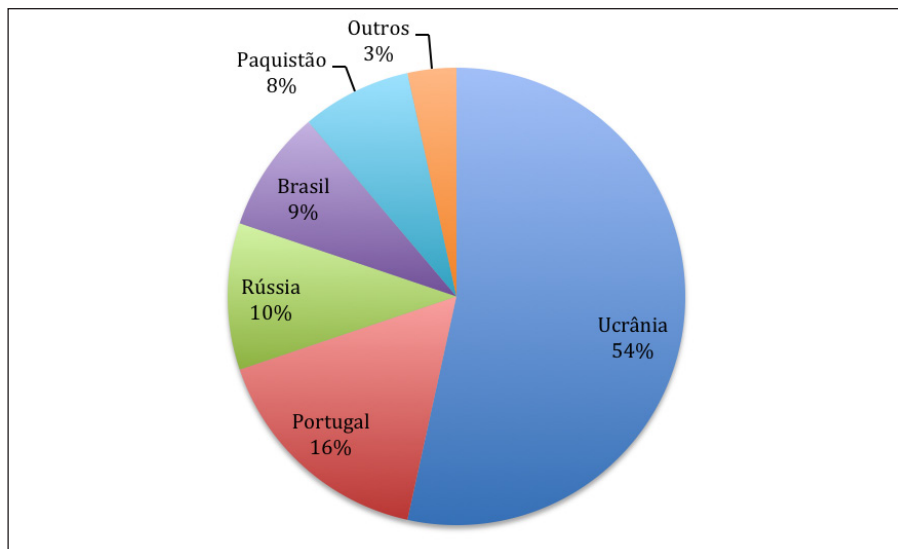
Figura 6 - Naturalidade dos elementos do agregado com exclusão dos inquiridos



N (casos válidos) = 291

Pela Figura 6 constata-se que a grande maioria dos elementos dos agregados dos inquiridos são, sobretudo, naturais de outros países que não Portugal (71%). Contudo, é bem visível uma presença significativa de membros do agregado que já nasceram em Portugal (29%), o que indicia uma tendência de residência permanente e fixação no território português. A este respeito, torna-se importante saber se há um movimento de casamentos interétnicos, designadamente com portugueses/as, o que nos é dado pela Figura 7.

Figura 7 - Naturalidade do cônjuge dos inquiridos



N (casos válidos) = 116

Tal como se evidencia na figura anterior, a naturalidade do cônjuge/companheiro(a) dos imigrantes é expressivamente de países estrangeiros, o que, visto do lado dos imigrantes, poderá significar que a grande maioria tem, em termos de país, uma orientação geograficamente endogâmica. Esta é uma realidade sobretudo para os paquistaneses, que cumprem os costumes e arranjam casamentos com mulheres do país de origem, como explica um paquistanês de 33 anos:

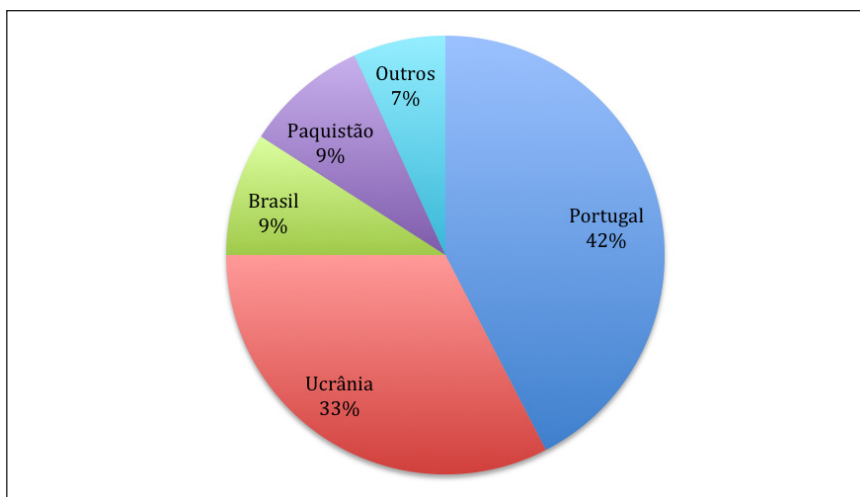
Eu fui de férias para casar. Ela [noiva] tinha escrito ao meu pai e à minha mãe para mim. Lá é diferente. Não é como aqui. Eu explico. Lá há sempre um compromisso entre pais, filhos e mães. (...) Por exemplo, o meu pai tem um colega que tem uma filha e o meu pai propõe uma verba para a menina. Então dá-lhe casa (...), tudo como deve ser. Se gostar [da rapariga], o pai [do noivo] pode pedir [a mão da rapariga em casamento] “eu podia pedir a tua filha para o meu filho”. Se o pai dela gosta de mim também quer. Se eu sou bonito, qualificado, capaz. Esse menino é o indicado para a minha filha. Conversam, pronto, ok. A mulher fica comprometida. E mais, muitos pais perguntam aos filhos (...) [quando querem escolher uma esposa] se ele [filho] acha que essa mulher é boa para ele. Eu digo sim, ok. Se digo não, o pai não vai escolher por mim. É tudo diferente daqui. (entrevista 19)

Verifica-se, contudo, uma minoria de 16% de casamentos com cônjuges portugueses/as, o que é indicativo de um movimento de casamentos interétnicos e consequente quebra da tradicional preferência de escolha de parceiro culturalmente próximo. Neste quadro faltaria deslindar, no seio desta minoria que se miscigeniza, até que ponto se trata de reais casamentos interétnicos ou de casamentos formais e artificiais com intuítos apenas de regularização de situações irregulares. Pelo que nos foi possível perceber, na maior parte dos casos destes cruzamentos interétnicos, trata-se de casamentos reais e não fictícios, como ilustram as palavras da imigrante de origem ucraniana casada com um português:

Aqui os transportes não vão para todo o lado e têm horas para acabar. Nós atrasámo-nos e estávamos à espera há duas horas. O meu marido passou por nós umas seis vezes e como viu que nós estávamos na paragem ele parou e teve pena de nós e deu-nos boleia. Foi assim que nos conhecemos. E gostamos um do outro. (...) Sábado e domingo, como toda a gente, gostamos de passear como uma família. Recebemos os filhos do marido, vamos passear a Vila do Conde, Porto ou Braga. Recebemos outras pessoas do trabalho dele... (entrevista 16)

Um outro aspecto relevante para aferir até que ponto o nascimento e a socialização primária dos filhos é feita no país de origem ou em Portugal foi indagar a naturalidade dos filhos, o que se encontra representado na Figura 8:

Figura 8 - Naturalidade dos filhos dos inquiridos

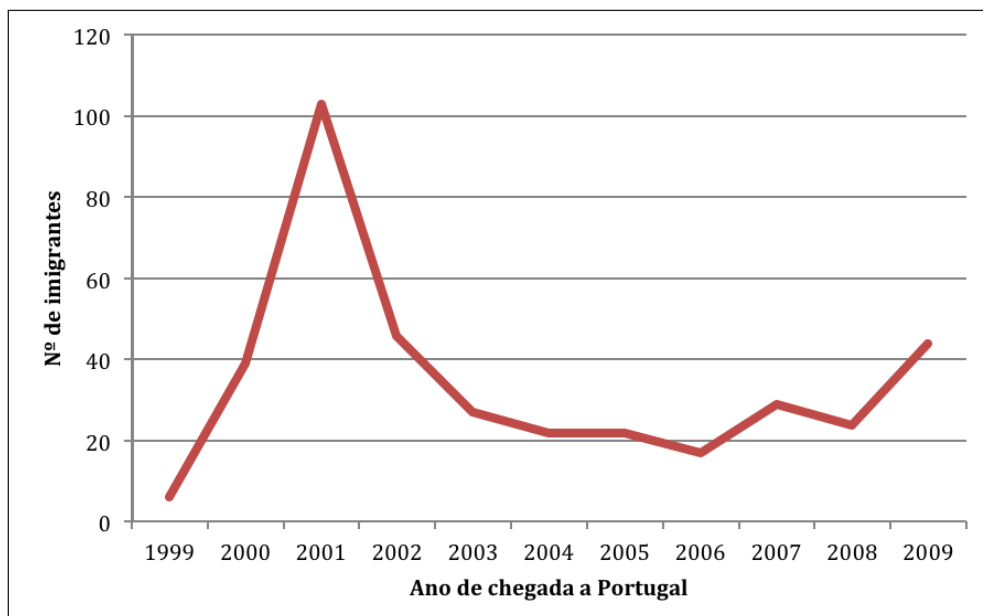


N (casos válidos) = 132

Com efeito, os filhos dos inquiridos nasceram predominantemente fora do país (58%); porém, não é de modo algum despreciando a percentagem de 42% dos naturais do concelho onde residem ou de outro concelho em Portugal, o que é indicativo de terem constituído família em Portugal.

Fazendo uma retrospectiva dos anos de entradas destes imigrantes inquiridos e membros dos respectivos agregados, foi possível construir um gráfico que dá conta dos movimentos de entrada, designadamente de maior afluência (Figura 9).

Figura 9 - Ano de entrada em Portugal dos inquiridos e membros dos seus agregados nascidos no estrangeiro



N (casos válidos) = 379

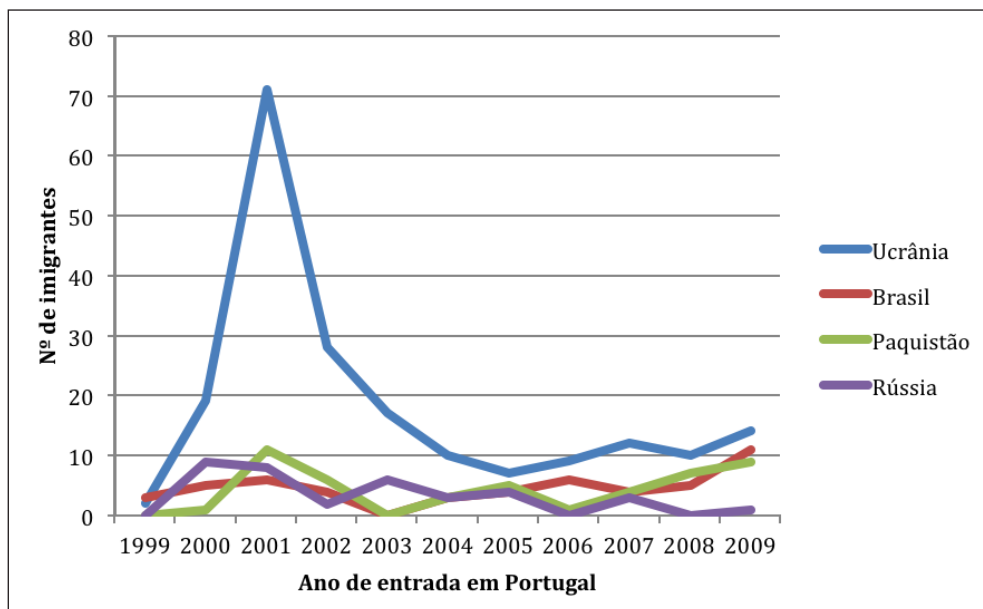
Lendo a Figura 9 percebe-se que um número significativo destes imigrantes veio residir para Portugal no ano de 2001 e, mais de metade, entrou no país até 2002, em virtude de uma maior necessidade de mão-de-obra e de uma política de maior abertura por parte do Partido Socialista. Segue-se, já nos anos 2002, e sobretudo nos anos subsequentes, uma considerável descida de taxa de entradas não só pelo aumento do desemprego como sobretudo por uma política mais restritiva por parte dos governos do PSD-CDS entre 2002 e 2005.

Todavia, não há nesta evolução uma linearidade em função dos partidos no poder, uma vez que, já de novo com o Partido Socialista no Governo, mantém-se no início uma quebra de entradas. Só a partir de 2007 se assiste a um aumento de entradas de imigrantes, mantendo uma tendência ascendente em 2009. A eventual facilidade de entrada em Portugal foi um dos motivos que levou alguns imigrantes a escolherem este país como país de imigração, tal como nota o entrevistado ucraniano:

Para isso [para ganhar muito dinheiro] dá em países como a França, Inglaterra dá para ir e trabalhar e mudar a vida. Em Portugal isso não dá. Ou vives cá e tens dinheiro para viver e ir de férias ou para ganhar muito dinheiro... A melhor coisa é a política de imigração de Portugal. (entrevista 20)

Os resultados do inquérito por questionário permitiram-nos constatar a seguinte distribuição de entradas das quatro principais comunidades de imigrantes da Trofa: ucranianos, brasileiros, paquistaneses e russos.

Figura 10 - Imigrantes e membros dos seus agregados segundo o país e ano de entrada em Portugal



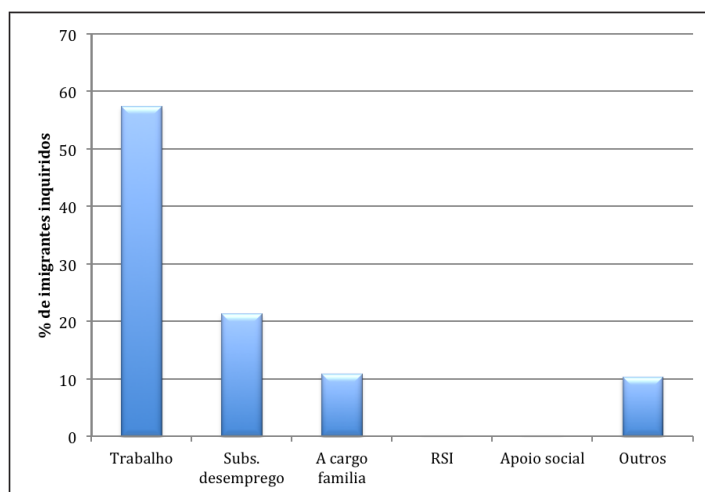
N (casos válidos) = 199 (Ucrânia); 51 (Brasil); 47 (Paquistão); 36 (Rússia)

A Figura 10 evidencia que foram as entradas dos imigrantes oriundos da Ucrânia que explicam, em grande parte, o aumento excepcional do volume de entradas em 2000 e 2001, embora a afluência de imigrantes do Paquistão tenha também contribuído de forma significativa para o número de entradas, quer em 2001, quer nos dois últimos anos.

2. MEIOS DE VIDA E MERCADO DE TRABALHO

Uma das dimensões mais importantes na vida das famílias e dos indivíduos são os meios que providenciam a sua sustentação na vida quotidiana. Através da análise de dados do inquérito por questionário, percebem-se as principais fontes de rendimento dos inquiridos:

Figura 11 - Principal meio de vida dos inquiridos

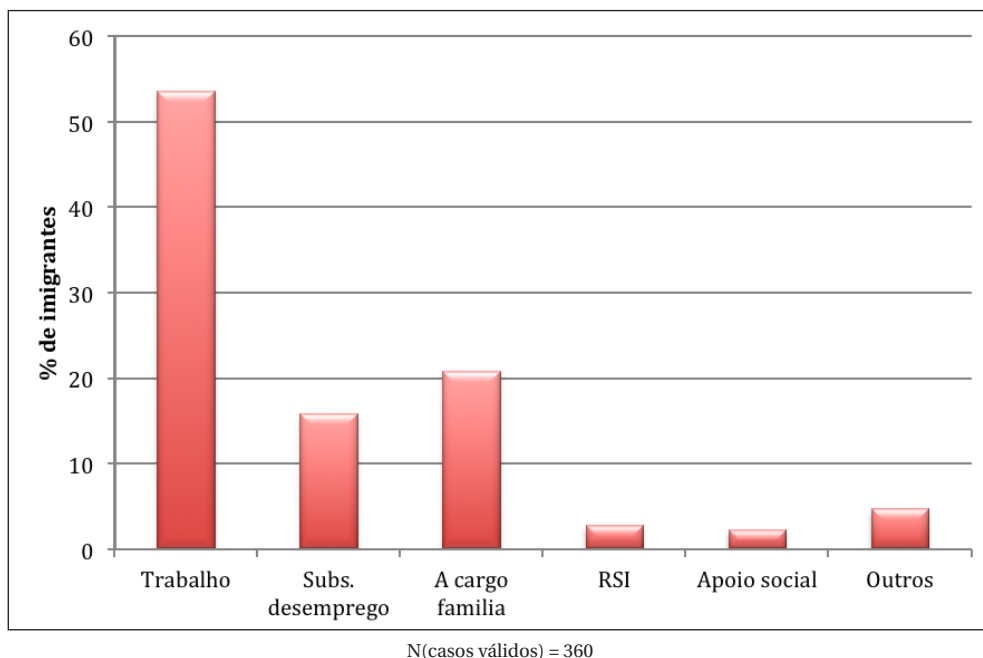


N (casos válidos) = 183

Contrariamente ao preconceito difundido de que imigrantes vivem de expedientes ou de meios ilícitos ou simplesmente vivem do Rendimento Social de Inserção (RSI) e doutros subsídios, os

dados revelam que a maioria dos inquiridos (Figura 11), bem como dos membros que constituem os agregados destes, com idade igual ou superior a 16 anos (54%), vivem do trabalho para subsistir (Figura 12).

Figura 12 - Principal meio de vida dos membros do agregado dos inquiridos com 16 anos e mais



Relativamente aos membros dos agregados dos inquiridos com idade igual ou superior a 16 anos surgem dois dados que importa deslindar: quase um terço destes indivíduos depende da família (30,2%) – o que pode ocorrer porque ainda são jovens em fase de estudo, ainda que prolongada por dificuldade de obter trabalho – e cerca de um décimo depende do subsídio de desemprego (10,4%). Recorde-se que a cargo da família estão também os menores de 16 anos de idade (Quadro 8 em anexo).

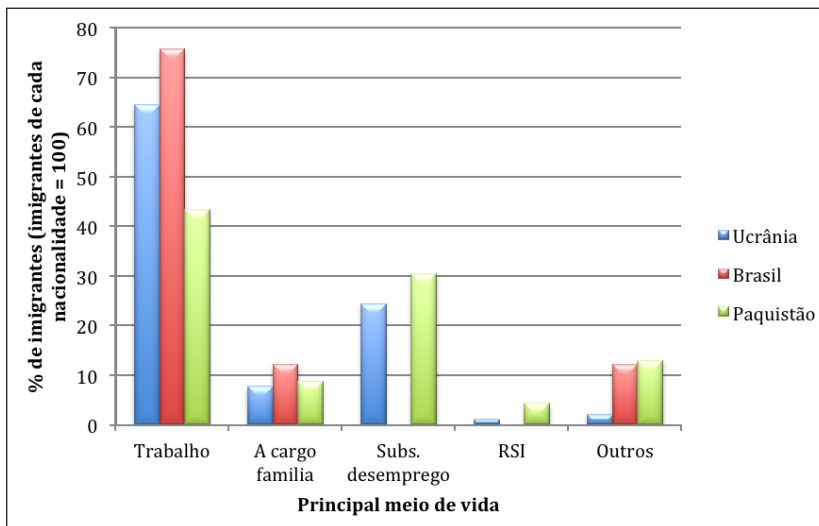
Analisando separadamente os dois sexos percebe-se uma pequena diferença entre os homens e as mulheres que, sendo membros do agregado dos inquiridos, se encontram na

situação de empregados(as): 58,8% e 55,1%, respectivamente. As mulheres tendem mais facilmente a ficar a cargo da família (17,9%) do que os homens (5,9%) mas os homens dependem mais do subsídio de desemprego (22,5% contra 19,2% das mulheres) (Quadro 9 em anexo). Foi, porém, ouvido de vários entrevistados que tal situação é indesejável: “*Eu não posso ter subsídio até ao fim da minha vida. Ele vai acabar e depois? O quê? Eu quero trabalhar e ganhar mais do que o subsídio*” (entrevista 11).

As mulheres inquiridas tendem a ver prolongado o tempo de desemprego: 45,2% dos homens estão desempregados há menos de um ano, enquanto apenas 20% das mulheres se encontram nessa situação, ultrapassando bastantes delas um ano de desemprego. Por outro lado, há 44% de mulheres desempregadas há 2 anos ou mais contra 22,6% de homens (Quadro 10 em anexo).

Cruzando os meios de vida por país de origem, considerando as três comunidades imigrantes com maior expressão no concelho da Trofa, obtemos a Figura 13.

Figura 13 - Meio de vida por país de origem



N (casos válidos) = 90 (Ucrânia), 33 (Brasil), 23 (Paquistão)

Os naturais do Paquistão e da Ucrânia parecem contar mais vezes do que os imigrantes oriundos do Brasil com apoios estatais, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção e o

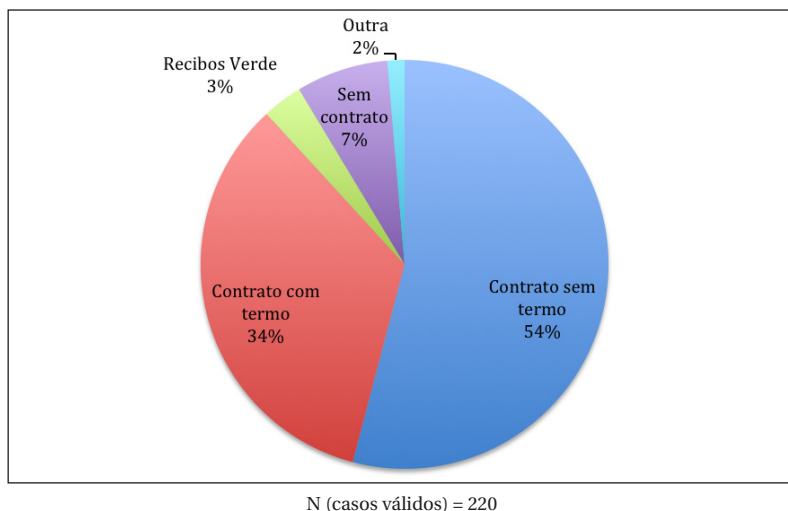
subsídio de desemprego. A população imigrante brasileira parece recorrer mais à família (12%). Brasileiros e paquistaneses recorrem mais a outros subsídios temporários em caso de necessidade e mesmo a biscates (12,1% dos brasileiros e 13% dos paquistaneses) do que ucranianos.

Algumas entrevistas a imigrantes permitem dar conta da capacidade de estes encontrarem formas de subsistir trabalhando informalmente, de modo a superarem as dificuldades que enfrentam, dada a parca procura de mão-de-obra. Tal pode ser ilustrado pelo testemunho de uma imigrante brasileira:

Eu agora estou desempregada. Eu faço umas horas no ginásio e faço salgados brasileiros em minha casa. Não uso farinha. É feito com massa de batata e ponho em caixinhas. Tenho muitos clientes em casa. (...) Faço pés e mãos [referindo-se aos trabalhos que faz como manicura e pedicura]. Tenho clientes há já muitos anos. Tenho quem, para além de serem minhas clientes, são minhas amigas porque quando precisei elas ajudaram. São portuguesas do grupo óptico ali em baixo. São irmãos, maridos, secretárias... (entrevista 13).

Relevante será saber, em termos de estabilidade laboral, que tipo de contratos e/ou vínculos laborais têm os imigrantes destas comunidades, o que nos é dado pela Figura 14:

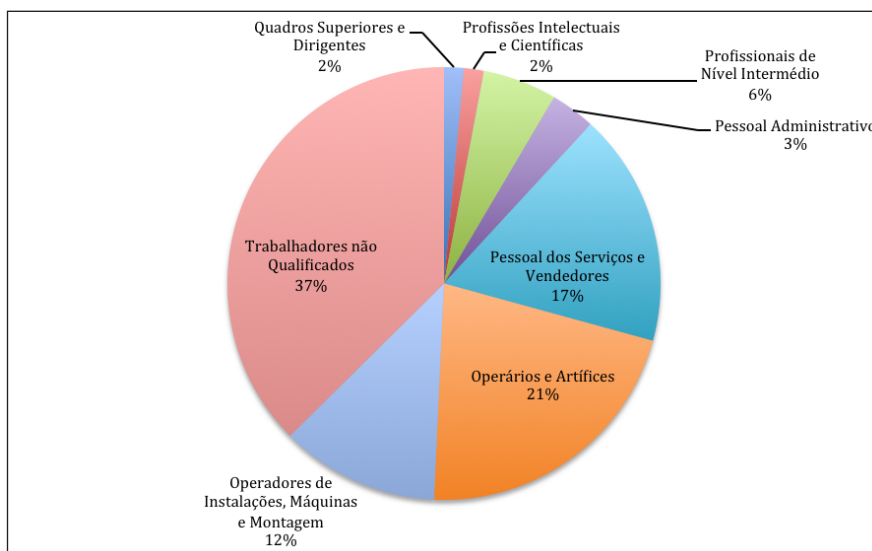
Figura 14 - Vínculos laborais dos inquiridos e membros activos (empregados) do respectivo agregado



No quadro do trabalho formal há que diferenciar dois tipos de situações entre os imigrantes inquiridos e membros empregados dos respectivos agregados: enquanto 54% estão empregados e têm, na generalidade, vínculos laborais duradouros com a entidade empregadora, 34% têm contratos a prazo e 7% simplesmente não têm contrato (Figura 14). Alguns dos entrevistados referiram sentir-se explorados por manterem o mesmo salário ao longo de vários anos: “*O meu salário é injusto... Eu trabalho na mesma fábrica há 9 anos. Eu faço o serviço com consciência, qualidade e depressa. E pessoas que entram agora não têm a mesma qualidade e são subidas mais depressa*” (entrevista 16). Ou, não conhecendo a língua, são burladas pelo patrão por altura do pedido de autorização de férias: “*Às vezes os colegas pedem férias ao patrão que diz que sim e dá-lhes um papel para assinar que é uma carta de demissão e ficam sem emprego*” (entrevista 19).

Em termos de perfil mais frequente, o imigrante médio sem contrato de trabalho é ucraniano (38%) com idade compreendida entre os 35 e os 39 anos de idade (25%) e habilitações a nível do secundário (38%). Porém, que tipo de profissões exercem os imigrantes inquiridos? A Figura 15 dá-nos uma imagem da sua distribuição.

Figura 15 - Grandes grupos de profissões dos inquiridos e elementos empregados dos respectivos agregados

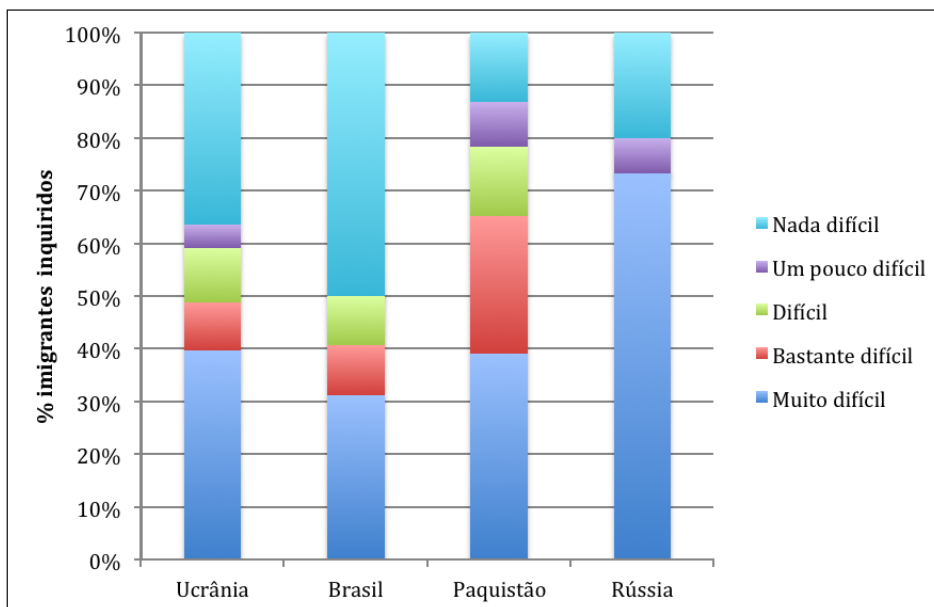


N (casos válidos) = 270

De uma maneira geral, os imigrantes desempenham profissões pouco qualificadas (Figura 15). Salvo uma ou outra exceção de Quadros Superiores ou Empresários por conta própria (1,5%), especialistas nalguma área tecnológica ou científica (1,5%) ou mesmo técnicos profissionais de nível intermédio (5,6%), a esmagadora maioria trabalha como operário (21,5%) ou mesmo trabalhador não qualificado (37,4%), os quais, se somados, perfazem 58,9%.

Mesmo para níveis de escolaridade mais elevados, os tipos de emprego oferecidos aos imigrantes são predominantemente desqualificados. Apesar de 34% dos inquiridos afirmarem não terem tido dificuldades de integração no mercado de trabalho quando chegaram a Portugal já que conseguiram trabalho rapidamente, mais de metade dos inquiridos (51,9%) aponta adversidades no processo de integração profissional, classificando-o de difícil ou muito difícil (Figura 16) apontando a não coincidência entre a profissão que exerceram no país de origem e aquela que exercem em Portugal. Esta não coincidência poderá também ser resultado da impossibilidade de verem reconhecidas as suas habilitações escolares, como veremos adiante.

Figura 16 - Dificuldade percebida na integração profissional por nacionalidade dos inquiridos



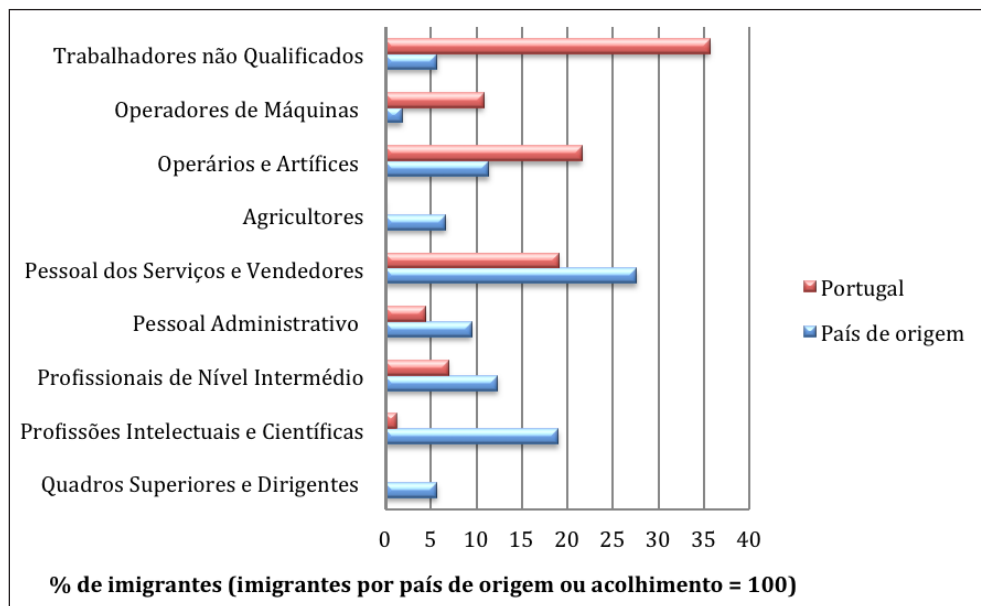
N (casos válidos) = 88 (Ucrânia); 32 (Brasil); 23 (Paquistão); 15 (Rússia)

Discriminando a análise por nacionalidade, verifica-se que a comunidade dos imigrantes de origem russa se demarca das demais, declarando maiores dificuldades de integração profissional. Diversos imigrantes deixaram claro que é muito difícil conseguirem um emprego em Portugal que vá de encontro às suas efectivas competências profissionais. As palavras de um imigrante ucraniano evidenciam esse facto:

Acho que sim [que vai ter vantagens com a obtenção da nacionalidade portuguesa]. Depois vou confirmar o meu diploma. É sempre bom para os trabalhadores de todos os países (...) porque muitos estrangeiros querem mesmo. Têm trabalhos físicos e são médicos, engenheiros, doutores. Portugal tem falta de mão-de-obra educada, inteligente. A gente preenche a ficha mas e depois? Deviam olhar para portugueses e estrangeiros (entrevista 20).

Para aferir até que ponto há uma discrepância entre as profissões exercidas no país de origem e em Portugal, a Figura 17 é eloquente no sentido de evidenciar uma descida de nível e pertença profissional do país de origem para o país de acolhimento:

Figura 17 - Actividade profissional no país de origem e exercida actualmente em Portugal pelos inquiridos empregados

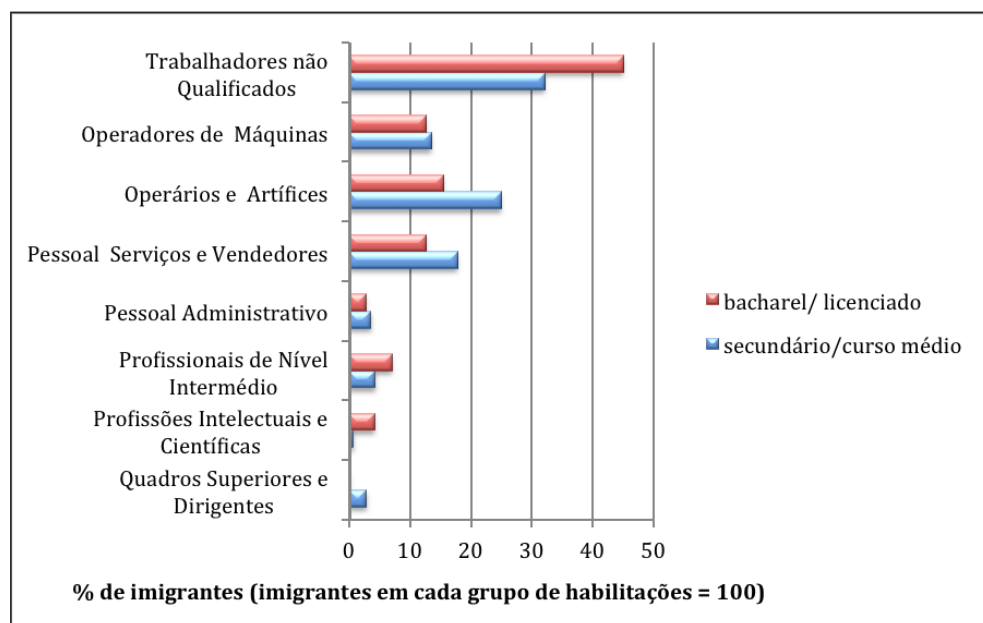


N (casos válidos) = 105 (país de origem); 157 (Portugal)

Verifica-se que as competências profissionais dos imigrantes não são necessariamente “utilizadas”, como refere um imigrante ucraniano: “*Os estrangeiros têm trabalhos físicos e são médicos, engenheiros, doutores. Portugal tem falta de mão-de-obra educada, inteligente. A gente preenche a ficha, mas e depois?*” (entrevista 20). Com efeito, imigrantes que no seu país de origem eram quadros superiores da Administração Pública e das Empresas não exercem profissão semelhante em Portugal. Também os imigrantes com profissões intelectuais e científicas muito raramente têm a possibilidade de exercer este tipo de profissões em Portugal. Apenas uma parte dos técnicos intermédios e administrativos consegue em Portugal profissão semelhante. A maior parte dos inquiridos empregados à data do estudo ocupa lugares com profissões menos qualificadas.

A Figura 18 dá-nos conta do nível de escolaridade por grupo profissional dos inquiridos e membros dos seus agregados com emprego.

Figura 18 - Nível de escolaridade e grupo profissional dos inquiridos e membros dos seus agregados com emprego



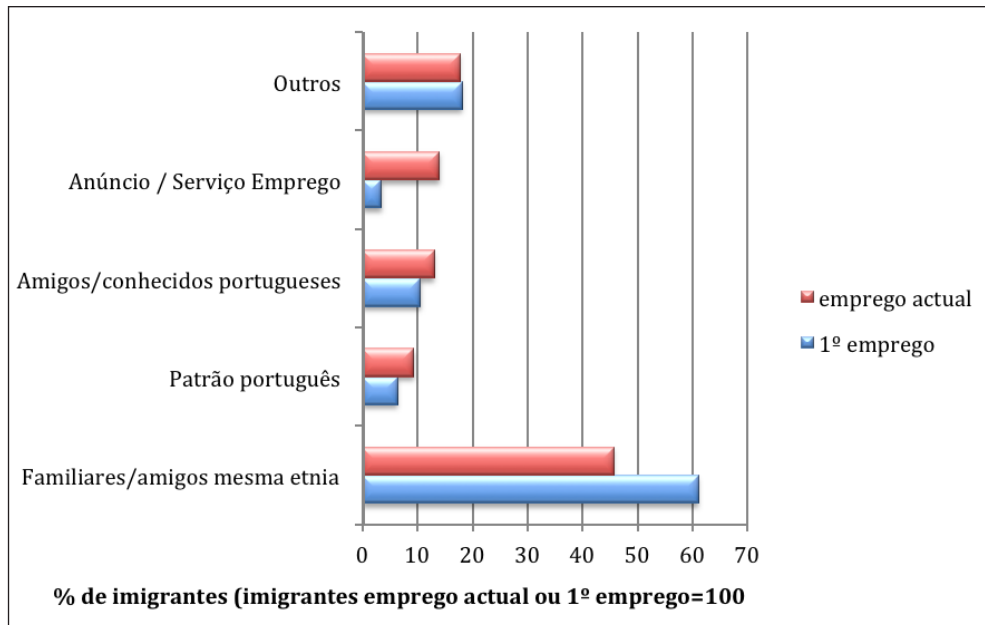
N (casos válidos) = 211

O retorno profissional de um capital escolar mais elevado - licenciatura - no seio da comunidade imigrante não é evidente, existindo muitos trabalhadores não qualificados nesse grupo. São, aliás, os que têm habilitações mais elevadas (secundário/profissional/licenciatura) que encontram mais dificuldades no processo de equivalências quando chegam a Portugal (Quadro 11 em anexo), como relata em entrevista uma moldava de 43 anos que trabalhou durante muitos anos como enfermeira na sua terra natal e que, tentando obter equivalências, acabou por ser burlada:

O curso aqui é de cinco anos. As disciplinas são todas diferentes. Se fosse depois de 1995 já podia confirmar a equivalência. A minha não. Eu tinha vários cursos de uma semana, duas semanas, três meses. Era obrigatório estudar todos os anos. Mas eu gostava. Porque eu tinha outra idade, não tinha família nem filhos (...). Pensei, 'vou deixar a equivalência e vou estudar', mas era a pagar. E aqui em Portugal (...) tirar um curso de quatro anos a trabalhar era difícil. E agora falei com o cônsul e estou a tentar de novo [obter a equivalência]. Senão pareço uma analfabeta porque não tenho nenhuma equivalência em Portugal. E eu tenho curso de enfermeira. (...) Tentei [obter a equivalência] mas não consegui. Portugal não sabia as equivalências para lá. Veja lá a quantidade de documentos, não sabia como pedir. [Quando conheceu alguém na embaixada que lhe disse que podia tratar do processo pensou] 'Agora não vou perder esta chance. Vou gastar dinheiro [2.000 euros que lhe pediam para a obtenção das equivalências] (...). Foi tanto dinheiro e a pessoa levava aquele dinheiro sabendo que isto não vai dar em nada porque não há lei. Ele não tem direito a fazer isso, não é?' (entrevista 28)

Relativamente às estratégias de obtenção de emprego, obtivemos as seguintes respostas expressas na Figura 19.

Figura 19 - Estratégias de obtenção de emprego dos inquiridos e membros dos seus agregados



N (casos válidos) = 277

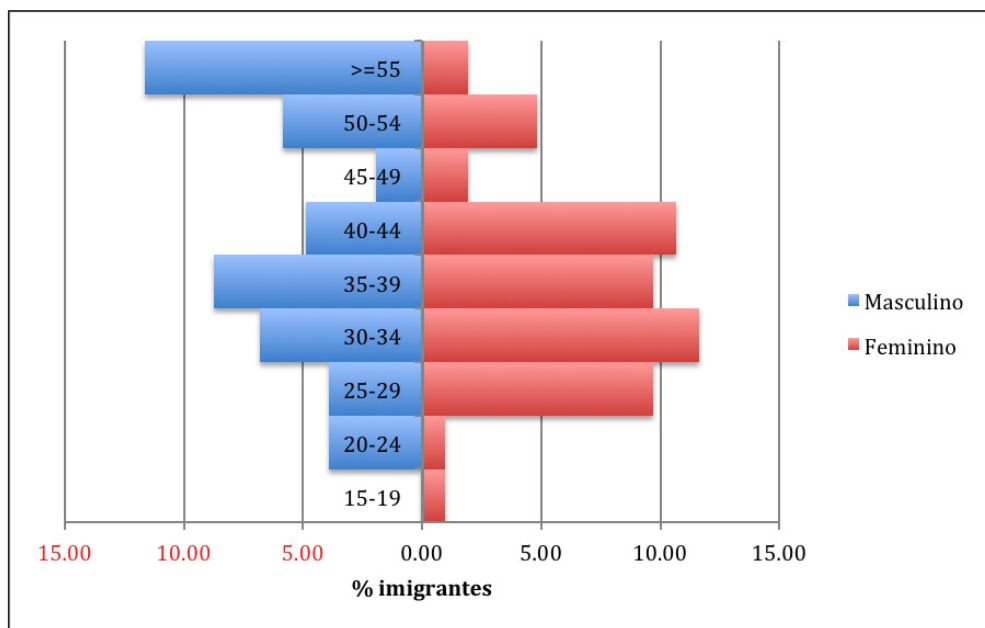
As estratégias desenhadas para a obtenção de emprego mantêm-se ao longo do tempo, apesar de existirem pequenas diferenças entre as opções no momento em que chegam a Portugal e as actuais. Quando chegam, procuram familiares e amigos da mesma etnia (61%) ou encetam uma procura directa, abordando amigos e conhecidos portugueses (11%) ou outros meios (18%), nomeadamente abordando desconhecidos na rua. Para conseguir os empregos actuais, apesar de conservarem esses mecanismos informais, optam um pouco mais pelos formais como resposta a anúncio ou Serviço de Emprego (14%).

Das diferentes formas e estratégias para arranjar emprego, o recurso aos amigos e conhecidos é exemplificado por um imigrante paquistanês:

Eu conhecia uma pessoa cá na Trofa que ligou para outra pessoa para me arranjar trabalho. Depois falei com o patrão que me contratou. Foi o primeiro trabalho depois de Lisboa. Lá [em Lisboa] não consegui trabalho. Só nas obras. Também falei com um colega que está em Espinho e o patrão empregou-me mas não descontava e eu não quis. (entrevista 19)

As estratégias para a obtenção de emprego surgem umas bem-sucedidas outras ineficazes. Para além dos factores subjectivos e das estratégias encetadas, existem constrangimentos estruturais difíceis de superar. Ou seja, uma economia estagnada ou mesmo em recessão constitui um obstáculo estrutural que se reflecte na menor ou nula oferta de trabalho que afecta particularmente os imigrantes, mais ainda quando estes, eventualmente, não tenham a sua situação regularizada que lhes permita aceder a bens e serviços básicos e outros direitos sociais. E isto tanto pode ocorrer a montante quando se procura trabalho como quando, tendo exercido uma actividade, acaba por não se ter direito a subsídio de desemprego. Com efeito, nas comunidades estudadas foi possível verificar um elevado grau de desemprego sobretudo feminino (53% dos desempregados) e jovem.

Figura 20 - Idade e sexo dos inquiridos e membros do agregado na situação de desemprego



N (casos válidos) = 103

Como se pode comprovar pela Figura 20, salvo nos grupos etários dos 20 a 24 anos, por um lado e, por outro, em pessoas acima dos 50 anos – em que o desemprego afecta mais os homens – nos grupos etários dos 25 aos 45 anos predomina o desemprego no feminino.

A maior preocupação em termos de vulnerabilidade, de acordo com as entrevistas e grupos focais, é mesmo uma eventual ameaça de desemprego e a grande dificuldade em conseguir gerir algum aforro considerando essas eventualidades, em parte devido a baixos salários. A falta de emprego disponível leva alguns dos imigrantes a equacionar nova emigração ou mesmo o regresso ao país de origem, apesar das dificuldades que possam encontrar com essa nova mobilidade, sobretudo pelas implicações pessoais e familiares:

Não ter trabalho e ficar desempregada leva a pensar em ir para outro país mas depois... Se gostaste deste país, e eu gostei, estando muito bem aqui e com os filhos... Temos amigos lá mas também cá. É complicado quando se tem filhos andar de país em país. Já pensei em ir para outro país a ver se consigo arranjar outro tipo de emprego mas está muito complicado para todo o lado. Em Portugal muito mais. (...) Está mal em todo o lado e pior em Portugal... é fugir dos problemas [emigrar novamente], não é? É que posso arranjar noutro país durante algum tempo. Entretanto, Portugal fica melhor daqui a dois, três anos e depois e eu volto outra vez. (...) É complicado. Quando cheguei aqui as dificuldades que tive no trabalho, ter a família no seu país. (...) Foi difícil cá chegar, arranjar amigos em quem confiar. Ter os meus amigos como tinha lá, companheiros da juventude. (entrevista 28)

3. HABITAÇÃO E VULNERABILIDADES SOCIAIS

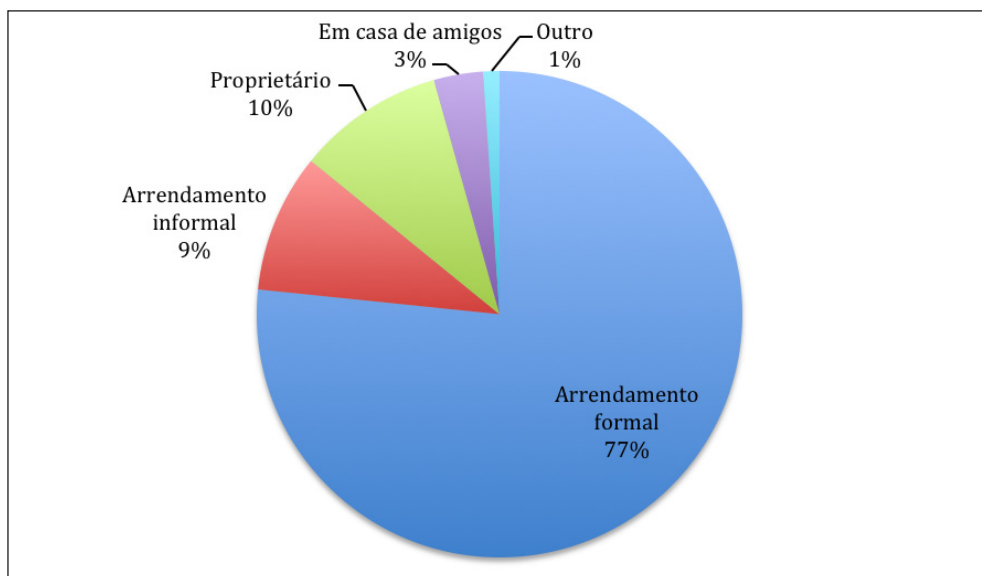
Para além de residirem com familiares, 21,2% dos imigrantes inquiridos dividem o alojamento com outros indivíduos (Quadro 12 em anexo). Porém, foi sobretudo quando chegaram a Portugal e antes de conseguirem alguma segurança financeira, que os imigrantes vivenciaram as maiores dificuldades:

Alugámos um apartamento a dividir as despesas mas não tínhamos transportes quando queríamos sair. Depois procuramos um apartamento que era mais próximo e tinha transporte. (entrevista 16)

Nos primeiros dias vivi com o meu marido que já morava junto com 5 rapazes. Ficávamos uns em cima dos outros. Eram 3 camas. Foi muito complicado. Quando eu cheguei ele saiu. Ele andava à procura de apartamento... pagavam entre eles 80 euros naquela altura, acho eu. Foi muito complicado. (entrevista 28)

A Figura 21 põe em evidência o tipo de alojamento dos inquiridos.

Figura 21 - Tipo de alojamento dos imigrantes inquiridos



N (casos válidos) = 184

A maior parte dos inquiridos aluga formalmente (77%) habitação clássica (97%), apesar de alguns terem habitação própria (10%). 9% não têm acesso a contratos de arrendamento ou moram em casa de amigos (3%).

A dificuldade em aceder a arrendamento formal foi explicada por alguns dos entrevistados que relatam a desconfiança de senhorios relativamente à assinatura de contratos com imigrantes:

Eu dou um exemplo. Eu queria alugar um apartamento, um T1, e perguntei à senhora que me disse que tinha para alugar. Quando fui para falar directamente com ela, cara

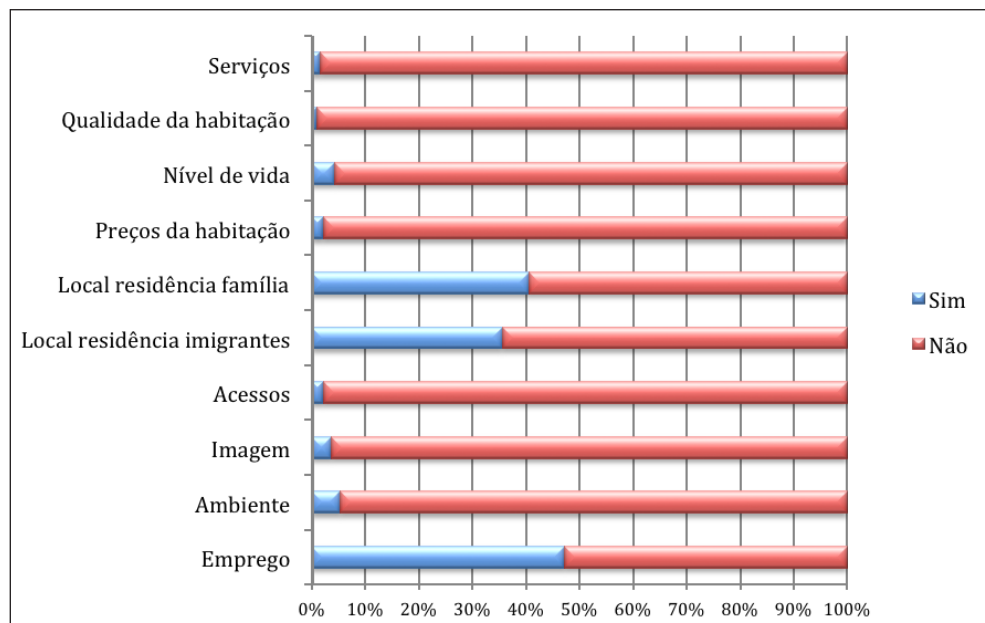
a cara e ela começou a virar. Tinha outras duas pessoas interessadas e que ia ver. Vou-lhes mostrar o apartamento e depois digo-lhe. No princípio diz que tem para alugar mas viramos costas e mudam de opinião. Se nos alugarem pedem fiador português. Se eu pedir a uma senhora conhecida, colega de trabalho, que seja minha fiadora ela recusa. (entrevista 33)

Apesar de ser uma margem residual, alguns imigrantes dependem de amigos (3%) ou mesmo de habitação social de forma a garantirem a satisfação desta necessidade básica (Figura 21).

Aqueles que não têm casa própria, nem sempre querem obtê-la em Portugal (46,1%) e os que demonstram intenções de o virem a fazer, na generalidade, ainda não têm esse projecto muito definido (42,4% nunca procuraram casa apesar de afirmarem pretender adquiri-la em Portugal) (Quadro 13 em anexo).

Quanto à escolha do concelho da Trofa como local de residência, foi possível apurar as seguintes razões para a preferência:

Figura 22 - Razões da escolha do local de residência

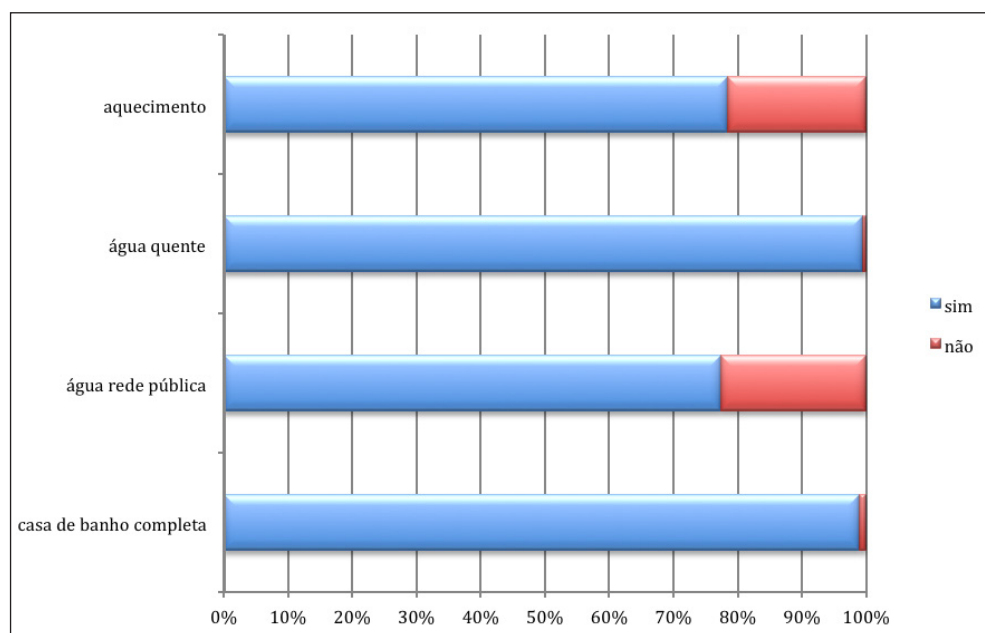


N (casos válidos) = 182 a 185

A escolha do concelho da Trofa enquanto local de residência consubstancia-se pela proximidade do local de trabalho (47,3%), à família (40,5%) e a outros imigrantes da mesma nacionalidade (35,7%), tal como se pode ver na Figura 22.

Relativamente às condições habitacionais, os dados recolhidos permitem-nos aferir as condições de conforto dos alojamentos.

Figura 23 - Condições de conforto dos alojamentos dos inquiridos

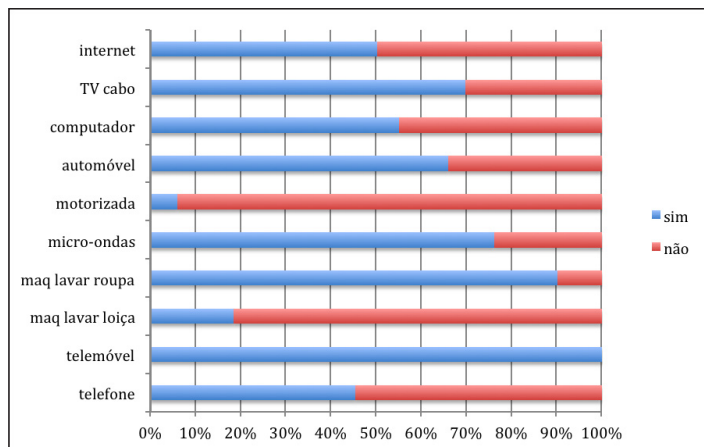


N (casos válidos) = 182 a 185

Nas habitações estão garantidos confortos mínimos como casa de banho completa (98,9%) e água quente (99,5%). Contudo, se para 77,3% o alojamento possui água da rede pública, para 22,7% tal não acontece. Do mesmo modo, no que se refere ao aquecimento no alojamento, 21,6% responde que não tem qualquer tipo de aquecimento dentro de casa (Figura 23).

O acesso a bens de consumo é também uma realidade largamente abrangente na comunidade imigrante da Trofa sobretudo relativamente a alguns dos bens indicados na Figura 24.

Figura 24 - Acesso a bens de consumo



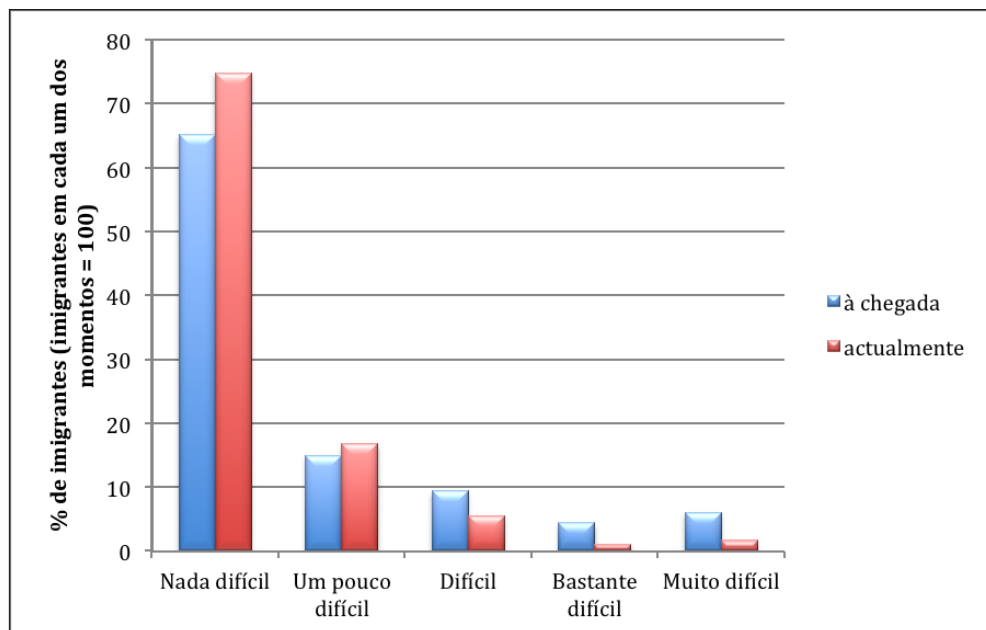
N (casos válidos) = 185

Com efeito, tal como se pode ler na Figura 24, todos os imigrantes inquiridos possuem telemóvel (100%) e a grande maioria tem acesso a máquina de lavar roupa (90,3%), microondas (76,2%), televisão por cabo ou parabólica (69,7%) e automóvel (65,9%) mas a máquina de lavar loiça não é um bem frequente na comunidade imigrante (18,4%), assim como a motorizada (5,9%).

4. SAÚDE E EDUCAÇÃO

As questões da saúde e da educação constituem dois campos de extremo interesse no bem-estar e condições de inserção social. Começando por aferir as condições relativas à saúde no momento de chegada e, actualmente, quando questionados, os imigrantes deram as seguintes respostas:

Figura 25 - Saúde no momento de chegada e actualmente

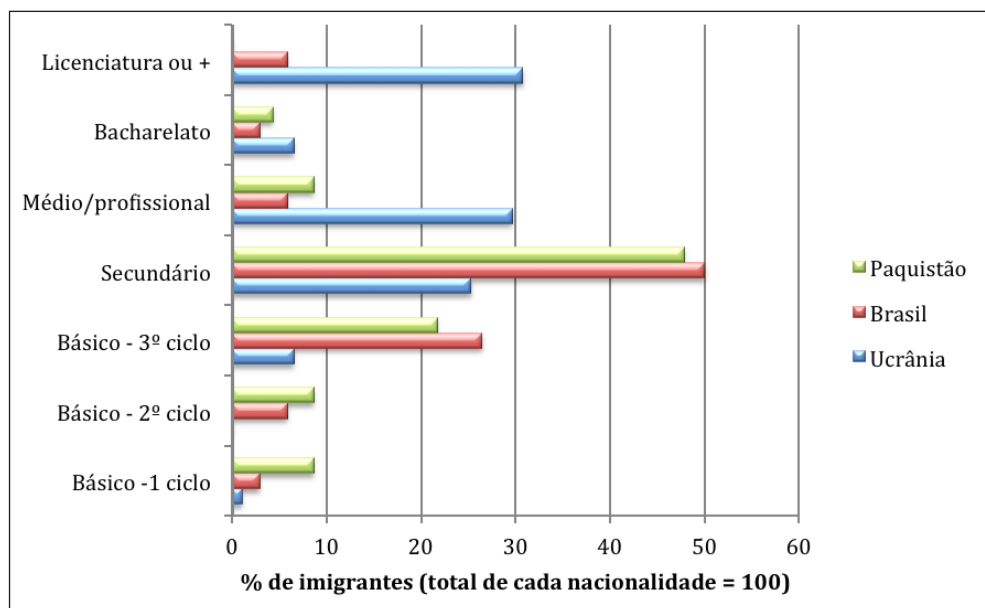


N (casos válidos) = 181 (à chegada); 179 (actualmente)

Os problemas de saúde e a necessidade de tratamentos médicos não parecem estar na origem de saída do país de origem (Quadro 14 em anexo; 1% dos inquiridos evocam a saúde como motivo de emigração). Aliás, 65% não refere mesmo qualquer dificuldade em termos de condição de saúde na altura da chegada e 75% não refere qualquer problema de saúde actualmente. De uma forma geral, a saúde, actualmente, parece até ser alvo de menor preocupação do que inicialmente, na altura da chegada (Figura 25).

Relativamente à escolaridade dos imigrantes inquiridos pertencentes às três nacionalidades mais representadas, os resultados são os expressos na Figura 26.

Figura 26 - Escolaridade dos imigrantes inquiridos das três nacionalidades mais representadas

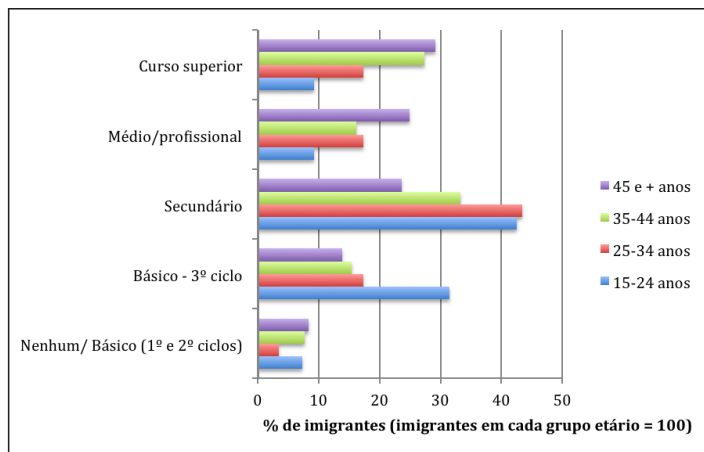


N (casos válidos) = 91 (Ucrânia); 34 (Brasil); 23 (Paquistão)

Nas comunidades mais representadas - Ucrânia, Brasil e Paquistão - constatamos que os imigrantes inquiridos de nacionalidade paquistanesa têm, tendencialmente, níveis de escolaridade mais baixos e os ucranianos as habilitações mais elevadas (Figura 26).

Cruzando os níveis de escolaridade e os grupos etários dos imigrantes inquiridos e membros dos respectivos agregados, de forma a compreender a sua adequação à idade, obtemos os seguintes resultados:

Figura 27 - Escolaridade e idade



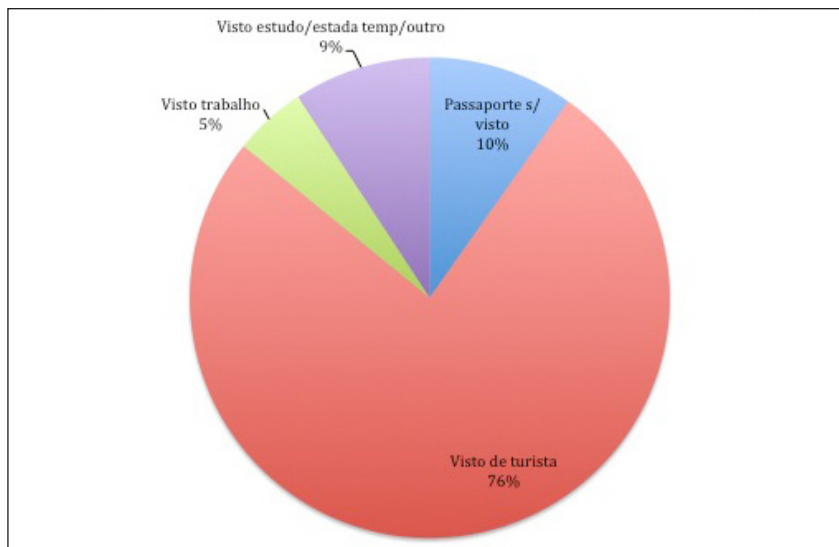
N (casos válidos) = 359

Verifica-se que a população de 35 e mais anos tem níveis de escolaridade mais elevados. Consta-se que 23,4% dos indivíduos de 15 anos e mais englobados no estudo têm habilitações inferiores ao ensino secundário; 34% têm o ensino secundário; 18% estudaram numa escola profissional ou concluíram o ensino médio e uma proporção importante possui um bacharelato ou licenciatura (24,5%) (Quadro 15 em anexo), mas é de referir também as dificuldades, sobretudo por parte dos ucranianos, de reconhecimento e/ou equivalência dos diplomas e correlativa assunção para efeitos de contrato e posto de trabalho por parte das empresas e instituições.

5. A INTEGRAÇÃO SOCIAL: DIFICULDADES E QUESTÕES

Um dos problemas mais frequentes no processo de inserção e/ou integração social prende-se com as vias de entrada e os documentos necessários para esse efeito.

Figura 28 - Imigrantes inquiridos segundo o documento de entrada em Portugal



N (casos válidos) = 184

Os imigrantes entram no país com visto de turista (76%) e regularizam posteriormente a sua situação, quando decidem ficar, como se pode ver pela Figura 28. Em entrevista, percebe-se que esta é a forma mais acessível de entrar no país, já que todos os processos burocráticos são facilitados. Quase 40% dos inquiridos pagaram para conseguir sair do país de origem e pelo visto de turista.

Os imigrantes oriundos do Paquistão e da Ucrânia referem inúmeros obstáculos para obter sozinhos junto das embaixadas no país de origem todas as autorizações de que necessitam. Amiúde, foram testemunhadas solicitações de suborno para despachar em tempo útil um ou outro documento:

Foi um bocado complicado porque eu não tinha dinheiro. E na altura tinha a ver com poder para arranjar o visto. Era necessário dinheiro, muito dinheiro. Na altura só saías com visto da Roménia ou da Ucrânia e quem decidia era quem tinha poder e depois dinheiro para chegar aqui, que foram 2000€ com as viagens. Foi um bocado complicado. Eles não deixavam. (...) Havia uma pessoa que ajudava as pessoas a vir para Portugal. Eu pedi a um amigo e ele não fez. Ele queria dinheiro. (...) Ele pediu 2000 dólares. Eu ganhava 30-40 dólares por mês. Eram muitos salários, muito muito dinheiro. (entrevista 28)

Também o funcionamento inconstante da embaixada no Paquistão obriga a longas esperas por parte de quem pretende sair legalmente do país, quer seja para procurar trabalho, quer seja para se reunir à família.

O processo mais duro e mais complexo diz respeito à regularização em Portugal, um processo moroso que obriga a tempos de espera consideráveis. A Figura 29 dá-nos conta da percentagem de inquiridos com a situação regularizada no país de acolhimento:

Figura 29 - Imigrantes inquiridos segundo a regularização da residência



N (casos válidos) = 181

Apesar da demora na condução do processo, a esmagadora maioria dos inquiridos já tem a sua situação regularizada (85%) ou aguarda uma decisão (12%). Destes imigrantes que têm a sua situação regularizada quase 60% estão no país pelo menos desde 2001, estão empregados (56%) ou auferem subsídio de desemprego (24%). Um imigrante ucraniano sente necessidade de explicar a sua situação:

Também tenho direito a sobreviver em Portugal. Não sabia a língua, nem nada. Entrei no país de forma ilegal. Depois fiz um contrato, legalizei-me e agora tenho nacionalidade portuguesa e russa. E viver em Portugal com os meus estudos é um bocadinho complicado. Há 4 meses que estou sem trabalho. O subsídio... Eu não posso ter subsídio até ao fim de vida. Ele vai acabar e depois? O quê? Eu quero trabalhar e ganhar mais que o subsídio. (entrevista 11)

As dificuldades que os imigrantes encontram à chegada são sobretudo as ausências de uma verdadeira rede social (50%), ter que lidar com uma língua que não conhecem quando pretendem integrar-se num país diferente (45,4%), o reconhecimento das habilitações escolares (45,3%), assim como da experiência e competências ganhas em trabalhos anteriores (43,7%) (Figura 30). Um imigrante paquistanês dá conta das implicações do desconhecimento da língua no contexto laboral:

Quando chegamos aqui e olhamos para trás, para um lado e para o outro, de mãos vazias, trabalho não há, sem falar, cultura diferente, cor diferente e tantos problemas. Por exemplo, o meu colega arranja-me trabalho mas quando chega ao trabalho ele pede-me que vá buscar a caneca e eu pego num saco e eu pego num calendário. A senhora pode dizer-me para pegar no gravador e eu pego numa cerveja. E a senhora diz que pediu o gravador. Isto uma vez, duas vezes o patrão aguenta mas percebes, é difícil. Estar no trabalho e não perceber o que dizem apesar de saber o que tem de fazer. É complicado o patrão esta a explicar coisa e eu não perceber. (entrevista 19)

Imigrantes oriundos da Ucrânia e de outros países da ex-URSS, com habilitações literárias mais elevadas, reforçam, durante as entrevistas, um problema evidenciado por mais de 40% dos respondentes ao inquérito, a impossibilidade de serem reconhecidos os seus certificados.

Entretanto, com o tempo, passam a estabelecer novas redes sociais e “não conhecer ninguém” não é um problema, nem tão pouco o português, que vão aprendendo a falar (Figura 30). Acabam por ultrapassar as dificuldades iniciais relativas à legalização mas a inserção no trabalho e o reconhecimento de competências profissionais agrava-se (42,6% e 60,9%, respectivamente). Alguns, contrastando algumas experiências de convívio e entajuda no seu país de origem, sentem essa falta em Portugal: “*Lá a gente convive, é unida e ajuda-se. Aqui é difícil e não querem ajudar muito*” (paquistanês, entrevista 12), ou uma imigrante brasileira: “*Lá a gente cumprimenta todo o mundo. Até disse a uma portuguesa que lá a gente cumprimenta toda a gente e aqui passam umas pelas outras e nem bom dia nem boa tarde. Portugal é assim*”.

Preconceitos e comportamentos discriminatórios dos portugueses não foram relatados como problemáticos, salvo por cerca de 7,8% dos inquiridos no momento da chegada e 3,9% actualmente. Contudo, nas entrevistas individuais e nos *focus group* alguns imigrantes asiáticos, ucranianos e sobretudo as mulheres brasileiras dizem ser alvo de preconceito por parte de alguns portugueses que os julgam *a priori* com base numa imagem pejorativa dos imigrantes dessas nacionalidades. Como expressão de tais preconceitos é o facto de serem os imigrantes com desconfiança e reserva em espaços públicos como, por exemplo, no café:

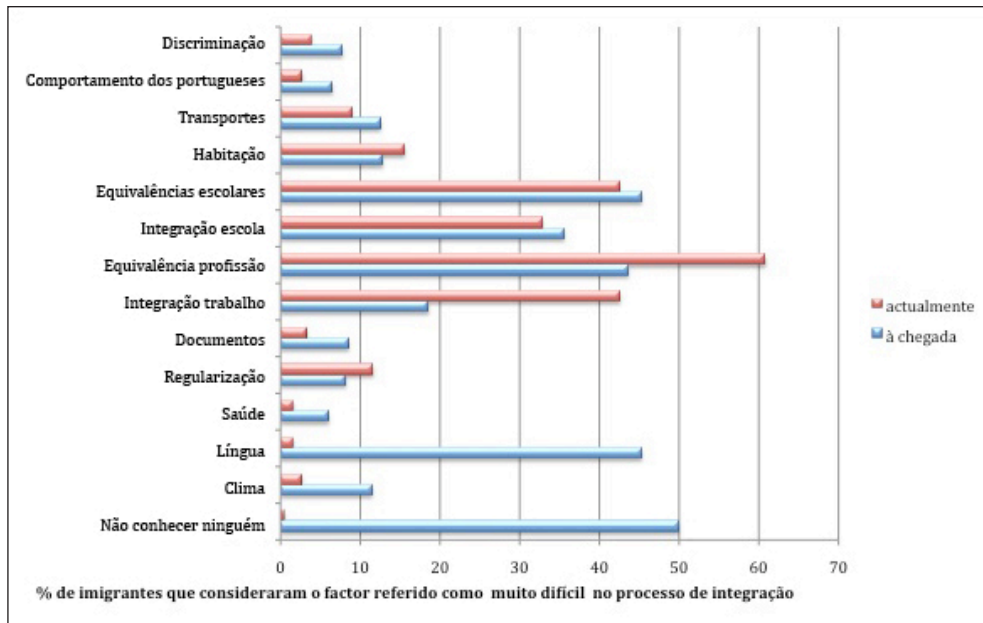
“Quando entramos as pessoas pensam que vamos fazer mal... Nunca fiz mal a ninguém e as pessoas recusam-se a falar comigo” (entrevista 12), ou até no próprio espaço de trabalho: *“Muitos desconfiam dos estrangeiros. E vão continuar sempre. Os estrangeiros são ‘criminosos’ infelizmente”* (entrevista 20). Alguns entrevistados referem ainda que a comunidade autóctone alimenta esses preconceitos com base em comportamentos de alguns imigrantes oriundos do seu país, com percursos marginais e inclusive ilícitos, associados a alcoolismo, criminalidade e prostituição por vezes fruto de algum alienamento, como se evidencia neste trecho de um imigrante de origem ucraniana:

Se nós fossemos educados não fazíamos tantas asneiras como fazemos aqui... a gente não tem nada para fazer e bebe até cair. Se estivesse à beira da mulher e filhos ela não deixava fazer isso. Estar longe não é fácil. (entrevista 20)

Os entrevistados explicam que as expectativas que tinham à chegada, nomeadamente a de terem uma melhor qualidade de vida e melhores condições de trabalho e salariais são goradas. Os salários que auferem, sobretudo quando ocupam lugares desqualificados, não possibilitam, por um lado, o acesso a uma poupança satisfatória que lhes permita pensar em regressar ao país de origem; por outro lado, também não conseguem aceder a postos de trabalho mais qualificados, melhor remunerados, para os quais até possam ter competências profissionais ajustadas. As sucessivas crises económicas e de emprego que têm afectado Portugal e que levaram ao encerramento de inúmeras empresas que empregavam imigrantes, são percebidas como afectando a estabilidade laboral e económica das comunidades imigrantes, como se compreende pelo discurso de um imigrante ucraniano:

Neste momento a minha situação é baixa. Estou desempregado e vagabundo. Desempregado a viver da segurança social. Não. Eu não peço [ajuda aos conhecidos e amigos]. Eu ajo como se tivesse trabalho. [quero] Arranjar um trabalho bom para ganhar bastante dinheiro. É isso. (entrevista 11)

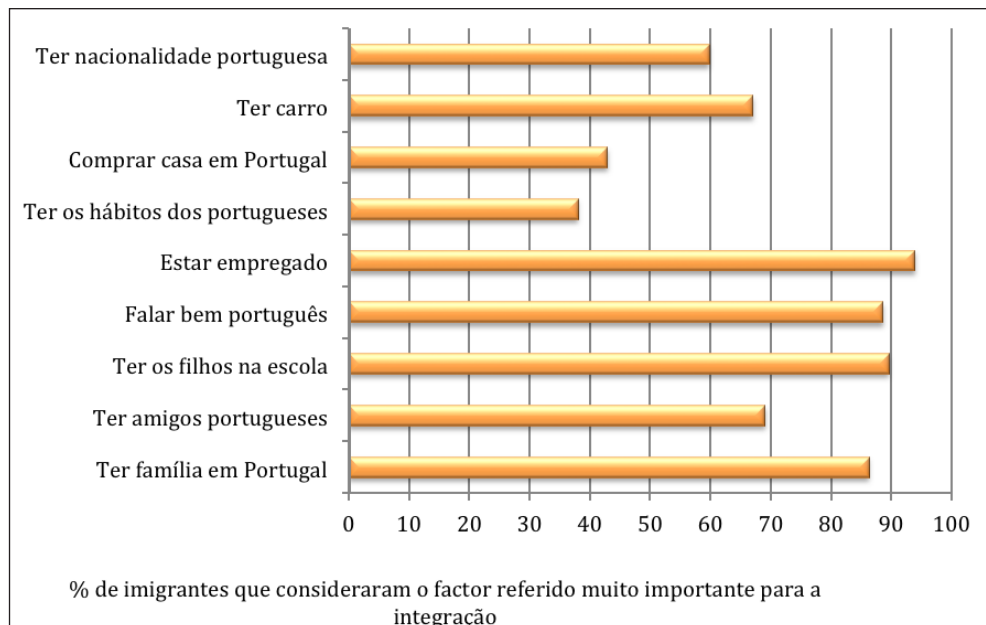
Figura 30 - As maiores dificuldades (à chegada e no momento actual)



N (casos válidos) = 73 (integração na escola) e 183 (restantes dimensões)

Dos factores entendidos como mais importantes para a desejável inserção dos imigrantes em Portugal é de destacar o emprego, o domínio da língua e a frequência da escola pelos filhos, tal como se pode ver pela Figura 31.

Figura 31 - Factores considerados muito importantes para a integração



N (casos válidos) = 185

Precisando os dados são de destacar o emprego (93,9%), a boa compreensão e expressão da língua (88,6%), bem como a possibilidade de ter familiares em Portugal (86,3%) ou ver os filhos a frequentarem a escola (89,6%) (Figura 31).

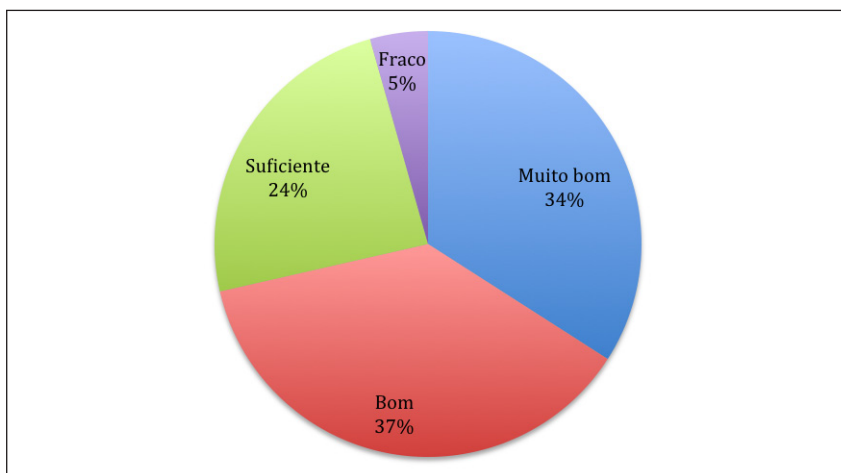
Das entrevistas e grupos focais sobressai ainda a dificuldade em obter autorizações para o reagrupamento familiar, com reflexos importantes em termos pessoais como explica este ucraniano:

As coisas são complicadas. Há muitas dificuldades para juntar as famílias. Quando querem chamar a mulher, os filhos, os pais, é muito difícil. Querem juntar o máximo [dinheiro] que é para voltar o mais rápido. Mesmo não tendo problemas com as autoridades, se pedirem para trazer os filhos e as mulheres têm muitas dificuldades e não sabem quanto tempo vai demorar. Quando se tem a família à volta tem sempre coisas para fazer, arranjar. Eu estou sempre ocupado. Um homem sozinho é um homem que não se guia. Infelizmente. Não são todos mas uma grande maioria. (entrevista 20)

Na generalidade, estes são processos entendidos como demasiado morosos, encimados por debilidades por parte das embaixadas na recepção e despacho dos pedidos. Os ucranianos têm ainda uma outra debilidade, já que para serem cidadãos de pleno direito em Portugal, são obrigados a renunciar à sua cidadania de origem. A esmagadora maioria dos inquiridos pretende obter cidadania portuguesa (72%), até porque apenas 6% dos inquiridos se naturalizaram portugueses ou têm dupla nacionalidade, sendo uma a portuguesa.

Quanto ao domínio da língua portuguesa, a maioria dos respondentes denota um domínio bom ou muito bom, tal como se pode ver na Figura 32.

Figura 32 - Domínio do português pelos imigrantes inquiridos



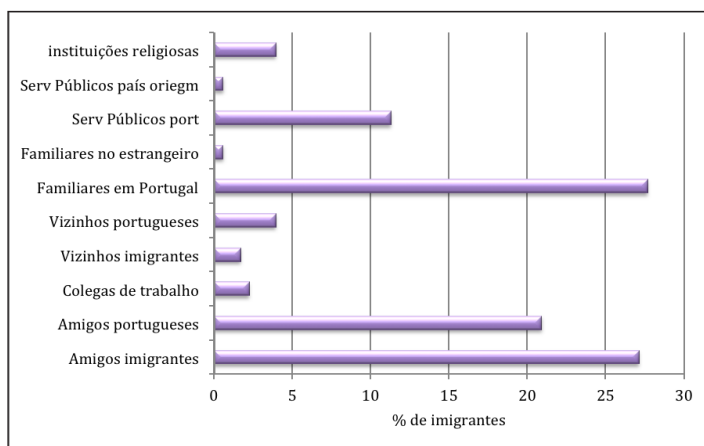
N (casos válidos) = 185

Os imigrantes inquiridos não se julgam com grandes dificuldades com a língua portuguesa actualmente, classificando o seu nível como bom (37%) ou muito bom (34%). Deve considerar-se, contudo, que parte substancial dos agregados tem origem brasileira e que, apesar de admitirem algumas dificuldades na compreensão do português falado em Portugal, o seu nível de competência na língua é elevado. Contudo, a baixa proficiência ainda constitui uma dificuldade para 24% (suficiente) e 5% (fraco) dos inquiridos. Este *handicap* é particularmente flagrante no local de trabalho, sobretudo nos primeiros tempos, de acordo com os dados recolhidos através de entrevista e *focus groups*. É, aliás, referida a impossibilidade de aceder a melhores empregos em virtude das dificuldades da língua. Os nativos como dizem, terão sempre uma vantagem.

6. RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

As relações estabelecidas em Portugal pelos imigrantes tendem a dar continuidade à ligação que mantêm ao seu país de origem. Questionados sobre a quem solicitariam auxílio em caso de urgência, as respostas distribuíram-se do seguinte modo:

Figura 33 - Instituições/indivíduos a quem recorrem os imigrantes inquiridos em caso de urgência



N (casos válidos) = 177

Em caso de problema urgente, os inquiridos recorreriam, antes de mais, a familiares em Portugal (27,7%) e amigos imigrantes (27,1%). Em 20,9% dos casos, os imigrantes estabeleceriam relações com portugueses próximos e, em 11,3% dos casos, aos serviços públicos portugueses (Figura 33).

No caso dos brasileiros, tanto através das entrevistas, como nos grupos focais ficou clara a desagregação desta comunidade. Todos foram unânimes em apontar a inexistência de laços entre imigrantes brasileiros e inclusive situações de mal-estar e rivalidades, como ilustra este trecho de entrevista realizada a uma imigrante brasileira:

Não tenho contacto com brasileiros porque são muito chatos. As madrinhas de casamento do meu filho são portuguesas. Os brasileiros aqui em Portugal são muito maus. Por experiência própria se eles te puderem colocar no chão, eles não hesitam. Só para ter uma ideia: eu estava a comentar com a Paula que estava a falar com umas meninas simpáticas e que era importante relacionarmo-nos com elas e disse isso a umas brasileiras que logo disseram que elas iam falar que nós estávamos ilegais. Mas elas o que é que pensam?... E são todos mentirosos, com invenções de coisas que eu sei que não são verdade sobre a sua legalização... (entrevista 13)

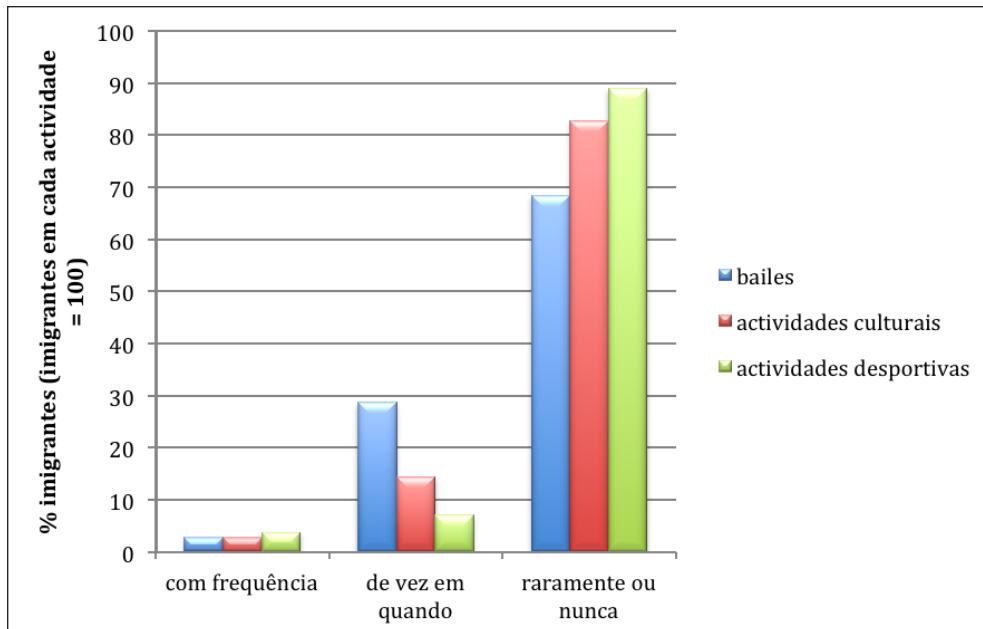
Uma vez que não foi feita uma abordagem mais exaustiva dos casos, este testemunho deve relativizar-se por se tratar de uma imigrante brasileira casada com um português – ela confessa que outros brasileiros afirmam que ela é uma “brasileira falsificada”. Ela tende a identificar-se com o país de acolhimento que glorifica:

“Agora temos um cartão de residência que abre a porta para tudo. Até no governo civil tiramos um cartão de igualdade, segundo sei, só quem tem cartão de residência o pode tirar, que serve para tudo... abre a porta para tudo. Se eu quero fazer um curso de computador, que vou agora, ou qualquer outro, ele abre-me a possibilidade. Se me quiser inscrever para empregos”. (entrevista 13)

Esta mesma imigrante tende a reproduzir, numa outra parte do seu testemunho, o preconceito generalizado de que a maior parte das brasileiras vive da prostituição: “*Vocês sabem o que a maioria das brasileiras fazem. A família pensa que trabalham num café, num restaurante e não é nada disso. Eu conheço muita gente que ou se está prostituindo ou é amante deste ou daquele. Portanto a discriminação é culpa dos próprios brasileiros porque todas são... tudo o mundo sabe disso*” (entrevista 13). Este e alguns outros testemunhos são todavia indiciadores da perda de laços com os conterrâneos de origem e da identificação crescente dos imigrantes brasileiros com os portugueses. Esta falta de solidariedade dentro da comunidade foi também reportada por alguns ucranianos.

De uma maneira geral, os imigrantes tendem a estabelecer uma ou outra relação de grande proximidade com um indivíduo da sua comunidade, que eventualmente possam até conhecer do país de origem, mas a manterem-se relativamente afastados de grupos mais vastos. Exemplo deste alheamento é a rara ou inexistente participação em associações de imigrantes (83%). Consequentemente é também fraca a participação em actividades promovidas pela comunidade de origem, como as culturais ou desportivas.

Figura 34 - Participação em actividades promovidas pela comunidade de origem



N (casos válidos) = 183

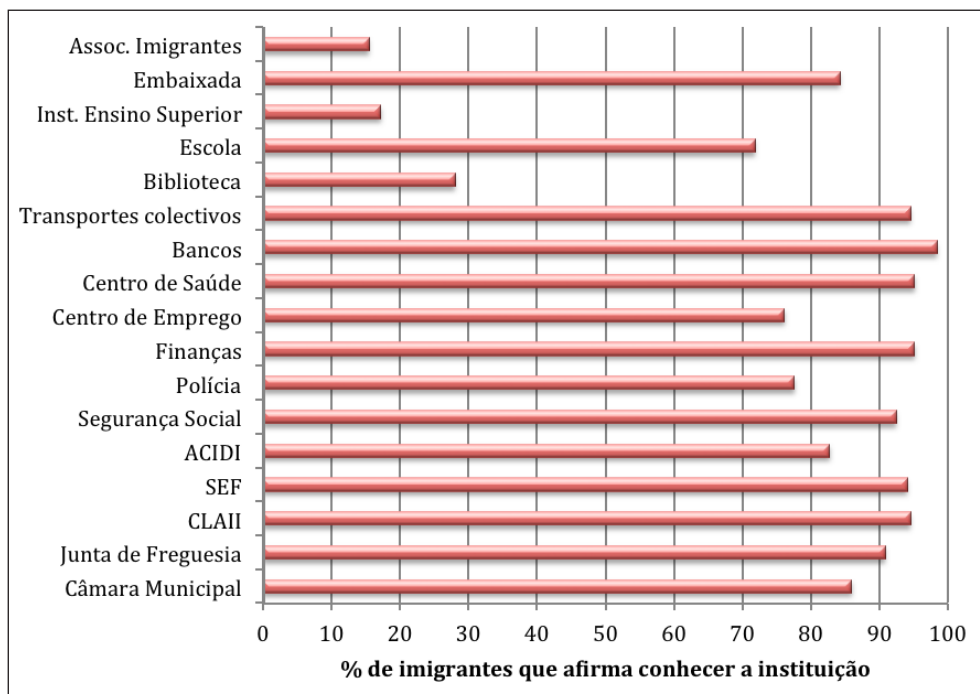
Também poderá ser entendida esta falta de participação não só por alguma falta de interesse, mas também pelas limitações em termos de tempo e recursos económicos para actividades de lazer. Das entrevistas sobressai que os imigrantes que trabalham acumulam por vezes vários empregos ou horas extraordinárias de forma a auferirem o máximo de rendimentos possível, como se percebe da resposta deste imigrante paquistanês, quando é questionado se e com quem costuma conviver os tempos livres:

Agora não tenho tempo livre. Quando saio faço as compras e depois vou para casa e durmo até às sete. Brinco com o meu filho até chegar a minha mulher. Não saio com ele por causa do frio. A minha vida é trabalho-casa e casa-trabalho. (entrevista 23)

Também uma opção pela supressão de gastos em consumos considerados supérfluos acaba por motivar este tipo de comportamentos.

No que concerne ao conhecimento das instituições do país de acolhimento, pudemos apurar os seguintes resultados que, de um modo geral, exprimem um conhecimento “bom” ou “muito bom” das instituições:

Figura 35 - Conhecimento das instituições do país de acolhimento

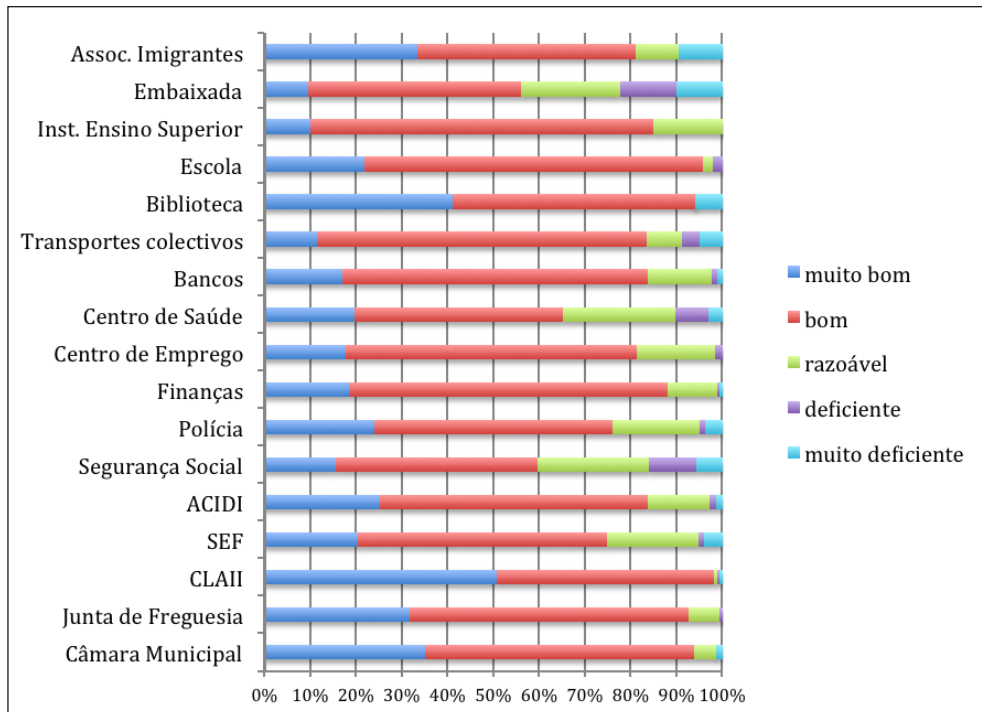


N (casos válidos) = 180 a 185

Os inquiridos referem conhecer, na generalidade, diversas estruturas de apoio e de serviços públicos. As menos conhecidas são a biblioteca (28%), instituições de ensino superior (17,2%) e associações de imigrantes (15,5%).

A apreciação que fazem do funcionamento das instituições que conhecem é, na generalidade, “boa” ou “muito boa”, como retrata a Figura 36:

Figura 36 - Avaliação das instituições a que os imigrantes recorreram



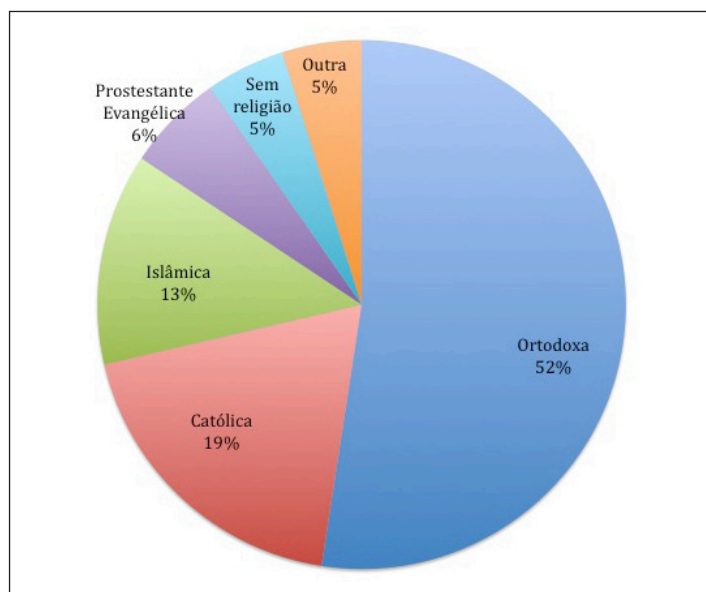
N (casos válidos) = de 17 (Biblioteca) a 177 (Bancos)

A avaliação do CLAII, em particular, mas também da Câmara Municipal, Junta de Freguesia, biblioteca e escola é muito positiva, tendo classificações menos favoráveis com algumas menções de “razoável” ou “deficiente” a Segurança Social, o Centro de Saúde e a Embaixada.

7. CRENÇAS E PRÁTICAS CULTURAIS E DESPORTIVAS

A religião ortodoxa é a religião da maioria dos inquiridos (Figura 37).

Figura 37 - Crenças religiosas

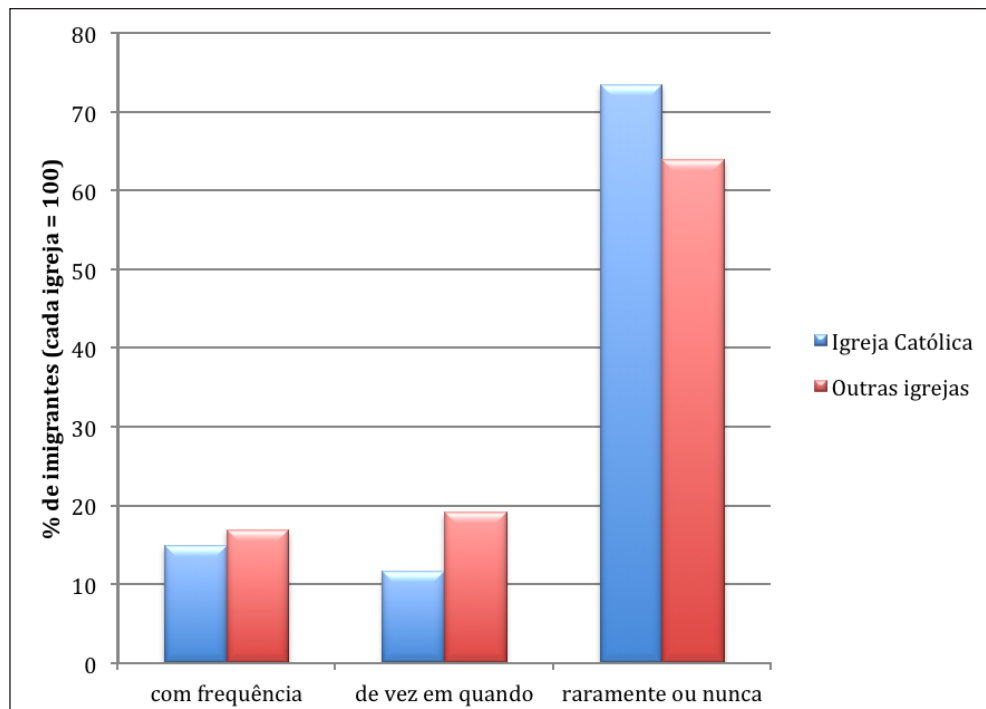


N (casos válidos) = 185

Com efeito, os inquiridos são maioritariamente ortodoxos (52%), o que se explica pela sobre-representação de imigrantes oriundos de países de Leste com predominância dessa fé. A segunda religião mais representada é a católica (19%) e a islâmica a terceira (13%) (Figura 37).

A participação em actividades promovidas por igrejas não é muito usual, tal como se pode ver na Figura 38:

Figura 38 - Participação em actividades religiosas

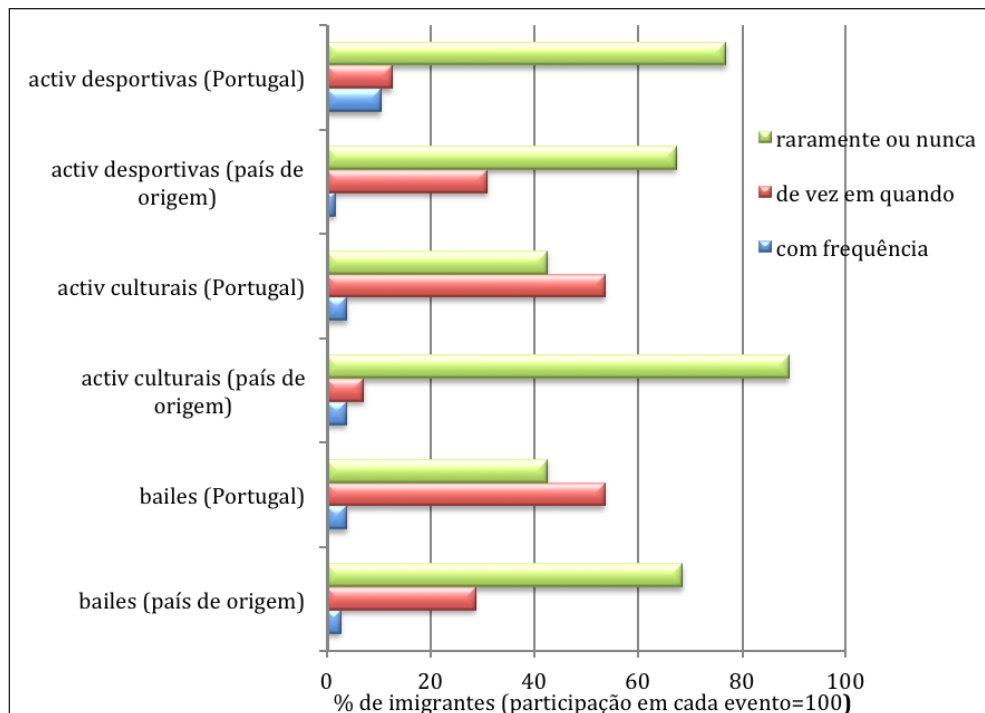


N (casos válidos) = 185

Pela figura 38 se pode ver que mais de 60% dos inquiridos raramente, ou nunca, participa em actividades religiosas. Daqueles que participam das actividades da Igreja Católica portuguesa, pouco mais de 14% dos inquiridos o faz com regularidade diária ou semanal. Quanto aos imigrantes que dizem participar em actividades de outras igrejas pouco mais de 16% o faz numa base regular.

Relativamente aos eventos culturais ou desportivos, a Figura 39 evidencia os seguintes resultados:

Figura 39 - Participação em eventos culturais/desportivos



N (casos válidos) = 183

Os eventos culturais como bailes ou festas, a projecção de filmes, concertos ou eventos desportivos, da iniciativa ora de imigrantes ora de portugueses, não têm grande adesão. A grande maioria não tem esses hábitos de consumo cultural. Esporadicamente frequentam, preferencialmente, bailes ou festas, organizados tanto por associações do país de origem como por portuguesas (Figura 39), o que é referido não só por brasileiros como por imigrantes do leste e asiáticos, embora estes tendam a frequentar mais as festas das próprias comunidades, como refere um imigrante paquistanês:

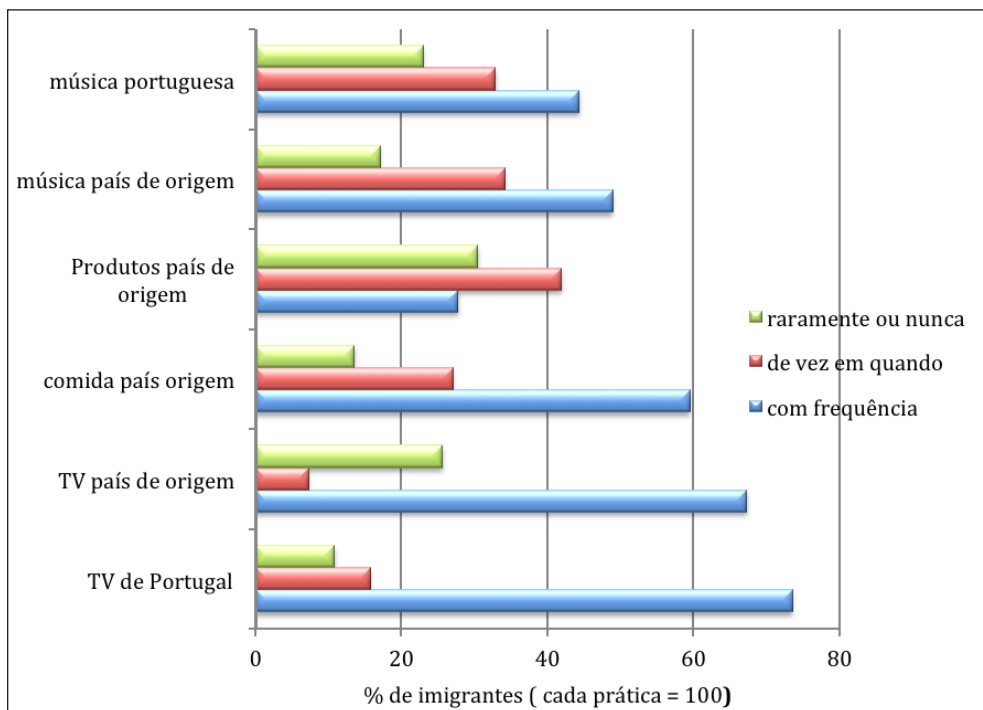
“Eu gosto de ir a ambas (portuguesas e paquistanesas). Gosto de divertir-me, as nossas são divertidas só para nós, não para vós. Aqui são mais livres. Nós temos limites. Nas músicas não gostamos de ouvir música alto. As meninas não podem entrar onde está homem. Homem é perdoado. Mulheres não podem esperar como os homens por causa disto. Por isso temos diferenças”. (entrevista 18)

A explicação de menor frequência de hábitos de consumo cultural poderia passar por limitações objectivas em termos de disponibilidade de tempo e financeira; contudo, há uma estratégia mais orientada para a identificação e aproximação a portugueses e algum distanciamento em relação à comunidade e cultura de origem, tal como também confirmam alguns testemunhos de entrevistados e de grupos focais, relativamente à coesão dos grupos de imigrantes no concelho da Trofa:

O pouco que me juntei aos brasileiros dei-me mal. Eu dou-me melhor com os portugueses do que com brasileiros. Apesar de os cumprimentar não quero grandes relações. (entrevista 13)

No que concerne as práticas culturais e de consumo, a Figura 40 dá-nos conta da frequência em vários dos seus itens:

Figura 40 - Práticas culturais/de consumo dos imigrantes inquiridos



N (casos válidos) = 185

A televisão portuguesa é companhia usual nos tempos livres (73,5%), logo seguida pela televisão do país de origem (67,2%). As práticas diárias mais comuns que reflectem a ligação ao país de origem são as gastronómicas – 59,5% dos inquiridos não as dispensam – a música do país de origem (48,9%). A título ilustrativo, no caso dos imigrantes de Leste, nomeadamente quando não têm família em Portugal, é de referir que frequentemente se juntam nos fins-de-semana para beber: “*Os ucranianos juntam-se à sexta e ao sábado para beber, fazer barulho, irem aos bares*”. (entrevista 16)

As influências do país de imigração estão, todavia, também presentes nos gostos gastronómicos: 13,5% come comida típica do país de origem raramente ou nunca, pelo que já se terá acostumado aos sabores portugueses e 44,3% ouve música portuguesa com frequência (Figura 40).

Relativamente à formação de associações e participação nas mesmas, ou não existem ou onde existem constituem espaços de competição pela chefia mas com propósitos de aproveitamento pessoal, utilizando métodos pouco recomendáveis, segundo refere um advogado num *focus group*:

“*Desde 2002 a 2010 morei no Porto. Havia muitos ucranianos e conforme diz um provérbio onde há três ucranianos há dois líderes mas só havia lugar para um líder. O tempo passou e os conflitos foram desaparecendo entre os imigrantes. Agora existem duas associações... Mas uma associação não é para amigos. Porque enganam e roubam o dinheiro*”. (entrevista 31)

8. PERCURSOS MIGRATÓRIOS: MOTIVAÇÕES, OBSTÁCULOS, CUSTOS

Neste tópico vamos comparar os percursos migratórios das duas principais comunidades imigrantes presentes no concelho da Trofa: ucranianos e brasileiros. Um trecho de uma entrevista realizada a uma imigrante brasileira ajuda a compreender, de forma mais lata, um tipo de percurso migratório:

O meu marido foi contratado por uma empresa de construção. Trabalhou 12 anos cá. Ganhava bem e eu então falei em vir para cá e já se passaram 19 anos que vim. Temos mais dois filhos que trouxemos para aqui. A minha filha tem mais dois. Aquilo foi tão rápido. Ele veio 6 meses à frente para arranjar casa e depois eu vim. Lá no Brasil ninguém [ajudou com os preparativos para a saída do país], aqui a empresa ajudou. Lá nem os amigos. Aqui tinha o marido não tive muito com que me preocupar. (...) Tinha curiosidade de ver um país diferente. Lá não trabalhava. (...) Aqui só comecei a trabalhar há sete anos a esta parte. Estava em casa a tratar dos filhos, da casa. (...) Os meus amigos cá são portugueses. Eu trabalhei 9 meses para uma empresa de limpeza. Até gostei mas depois veio outra empresa e fiquei sem emprego. Eu adorava, falava com toda a gente. (...)

Os primeiros tempos são relatados por vários imigrantes como muito difíceis, sobretudo pelos imigrantes de leste por dificuldades de língua, tanto mais e sobretudo quando conterrâneos se fecham e não ajudam, tal como narra uma mulher ucraniana:

“Os ucranianos quando sabem alguma coisa fecham-se e dizem para te desenrascar. É uma cultura diferente. Não é como os portugueses que foram para a França que ficavam juntos e se ajudavam uns aos outros passando a informação. Aqui os ucranianos fecham-se e não dizem nada. Tratas dos papéis e atrasaste e os outros até ficam contentes por não fazeres as coisas bem... Tenho alguns casais conhecidos com quem falamos mas nunca com grande confiança. Os meus melhores amigos são o meu marido, os meus pais e os meus filhos. É com eles que me sinto segura. A experiência que tenho de amigos é que não te apoiam nas dificuldades e que divulgam os teus segredos e quando viras costas falam mal de ti. São assim os ucranianos”. (entrevista 16).

Das entrevistas foi possível registar vários relatos de trajectos migratórios, uns mais bem sucedidos nomeadamente quando interligados com histórias de trabalho árduo e contextos de formação de uniões de facto ou casamentos com portugueses:

“Conheci o meu marido quando esperava pelos transportes há mais de duas horas. Ele passou por nós umas seis vezes e como viu que estávamos na paragem ele parou e teve pena de nós e deu-nos boleia. Foi assim que nos conhecemos. E gostamos um do outro... Trabalhei muitas horas. Para além do horário fazia sempre mais 2 a 3 horas por dia e limpava a fábrica três vezes por semana e ao sábado... O meu namorado disse que eu ia morrer com tanto trabalho que já estava preta na cara. Ele convenceu-me a deixar as horas extra...Eu já trabalho na mesma fábrica há 9 anos. Eu faço o serviço com consciência, qualidade e depressa”. (entrevista 16).

Outros conhecem determinados obstáculos, nomeadamente quando, por exemplo, sentem

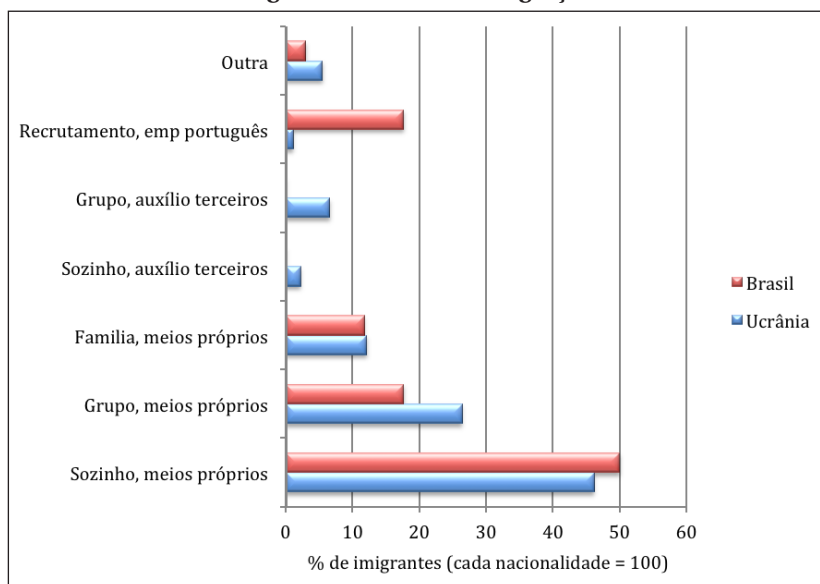
oposição de familiares de um cidadão português que pretenda casar com um/a imigrante: “(A minha sogra) tinha uma pedra na mão contra mim. Ela sempre dizia para a filha: ‘Estrangeiros, não!...’. Eu tenho paciência e mostro sempre os dentes” (entrevista 20). Porém, a maior adversidade sobrevinha quando eram atingidos/as pelo desemprego. A mudança de clima, em termos de trabalho, influencia de tal modo os imigrantes que começam a questionar-se se devem voltar ou procurar outro país, o que fará a mesma imigrante a mudar de uma atitude de proximidade ao país de acolhimento a um reforço da identidade e cultura de origem:

Não, parece que me falta qualquer coisa especialmente nos últimos tempos. Parece que falta qualquer coisa. Sinceramente temos vontade de ir embora. Temos pensado seriamente nisso. Está na hora de pegar. Tenho muita saudade. Vou fazer 40 anos mas parece que vou ficando com mais saudade. E os pais do meu marido estão a dar o maior apoio. Temos casa temos tudo quando lá chegarmos e ele também esta a preparar. As coisas estão difíceis de há 7 anos para cá. Entregamos o apartamento há dois anos ao banco. Agora estamos a pagar renda. Moramos numa casa antiga, pequenina. Mas o importante é paz e saúde. É isso que quero. Tenho fé. (...) Sim. Estou há 19 anos aqui mas sinto-me mais brasileira que portuguesa. (entrevista 23)

Como se pode ver, este longo testemunho dá conta das vicissitudes desta imigrante, cujo percurso foi marcado pelo reagrupamento familiar, uma experiência de trabalho estimulante, mas seguida do desalento do desemprego e, por fim, com as dificuldades dos últimos anos, a colocação da hipótese de regresso. Mais, contrariamente a outros casos de brasileiros a orientar-se para a cultura da sociedade de acolhimento e a identificar-se com os portugueses, vemos esta brasileira a sentir-se e definir-se mais brasileira que portuguesa, o que no esquema de Berry (1980), representaria não a assimilação nem a aculturação, mas o apego à cultura de origem.

Quanto à forma de imigração, a Figura 41 é elucidativa.

Figura 41 - Forma de imigração



N (casos válidos) = 91 (Ucrânia); 34 (Brasil)

A imigração individual, por meios próprios ou através de familiares, constituiu a principal forma de chegar a Portugal para ambas as comunidades, como se constata na Figura 41, mas enquanto 17,6% dos brasileiros chegam ao país recrutados por empregadores ou em grupo, os ucranianos vêm sem emprego e, mais frequentemente do que os brasileiros, em grupo, por meios próprios ou então através de ‘agências turísticas’ e outros intermediários que se fazem pagar pela viagem e pela mediação para obter passaporte e outra documentação, por vezes com preços abusivos em países de leste, tal como o exprime uma ucraniana:

“Tive que pagar o passaporte e o visto... Essas pessoas ganham a vida a chupar os outros para lhes carimbarem os vistos... Agora paga-se 1500 euros mas está mais fácil com a intervenção do consulado português e permite fazer tudo pela internet eliminando os intermediários, depois só entrevista”. (entrevista 16)

Práticas similares de corrupção são referidas também em países asiáticos: *“Há muita corrupção. Eu pedi o visto da minha mulher pela via familiar... Eu tentei falar com o embaixador para o visto que não saía... Só gostava de lhe fazer uma pergunta: se tem filhos não gostava de os ter à beira? Não consegui falar com ele para lhe fazer a pergunta. Esperei ano e meio. No final paguei 500 euros pelo visto... Ora legal são 80 euros...” (entrevista 19).*

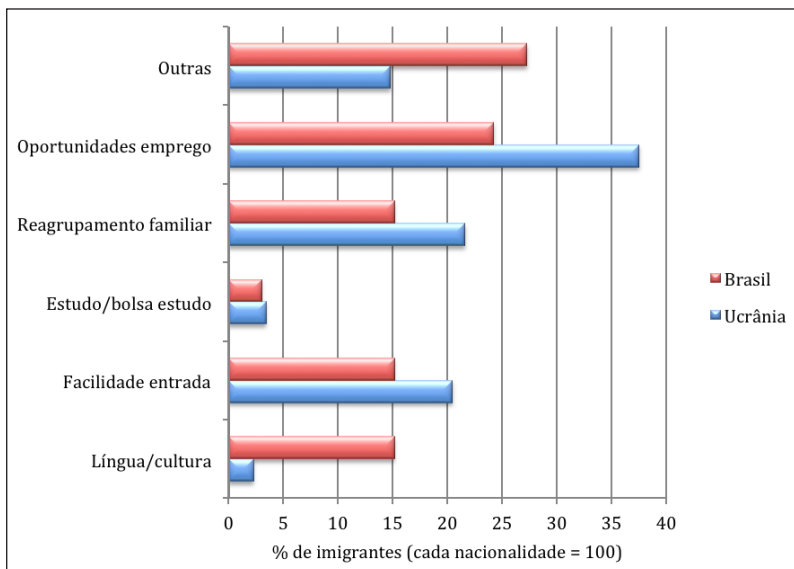
Os imigrantes saem do país de origem à procura de emprego e de melhores condições de vida por razões de sobrevivência, fuga a situações de violência – relatados por alguns brasileiros – ou ainda, no caso de imigrantes do leste, não raro para escapar às malhas de grupos de mafiosos como testemunha este ucraniano:

“Eu trabalhava numa oficina legalizada de reparações de carros ligeiros com várias secções. Éramos cinco a trabalhar. Tinha a responsabilidade de pagar aos amigos e pagar sempre para estruturas criminais... Mas nas outras oficinas era o mesmo. Falei com responsável de uma associação para ver melhores condições mas ele queria que arranjasse os carros dele de graça... Era uma estrutura criminal com boas casas, bons carros. Naquele período era assim (agora não). Eu disse: não quero mais. Mudei de vida. Agora estou calmo e sossegado”. (entrevista 11)

Não raro sujeitam-se a pagar o processo de emigração. Com efeito, 24% dos brasileiros e 44% dos ucranianos pagaram para sair do país, evidenciando contornos de suborno sobretudo no caso dos segundos.

Quando deixam o país de origem, 70% dos ucranianos e quase 80% dos brasileiros optam por Portugal (Quadro 16 em anexo). Relevante é também saber qual o motivo da escolha de Portugal como país de imigração, o que nos é dado pela Figura 42:

Figura 42 - Motivo para a escolha de Portugal como país de imigração

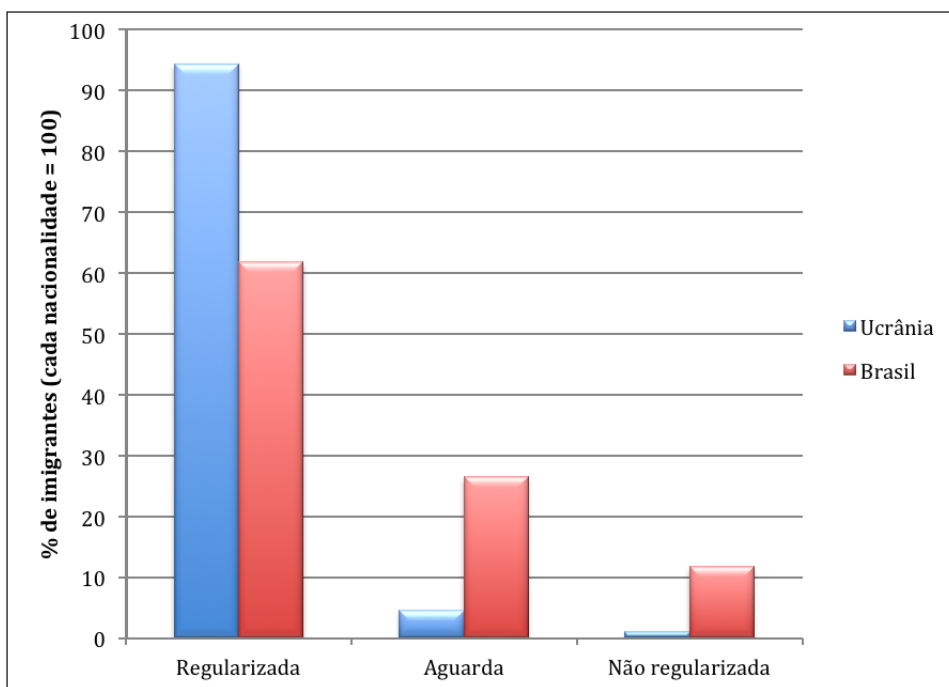


N (Ucrânia) = 88; N (Brasil) = 33

Para além das oportunidades de emprego e do reagrupamento familiar, os principais motivos da escolha de Portugal como país de imigração prendem-se com a língua, no caso dos brasileiros (15,2%) e com a facilidade de entrada (20,5%) dos ucranianos e 15,2% dos brasileiros (Figura 42).

Uma outra questão fulcral reside em saber qual o estatuto, perante a lei, dos imigrantes inquiridos, o que se pode ver pela Figura 43:

Figura 43 - Situação face à legalização em Portugal

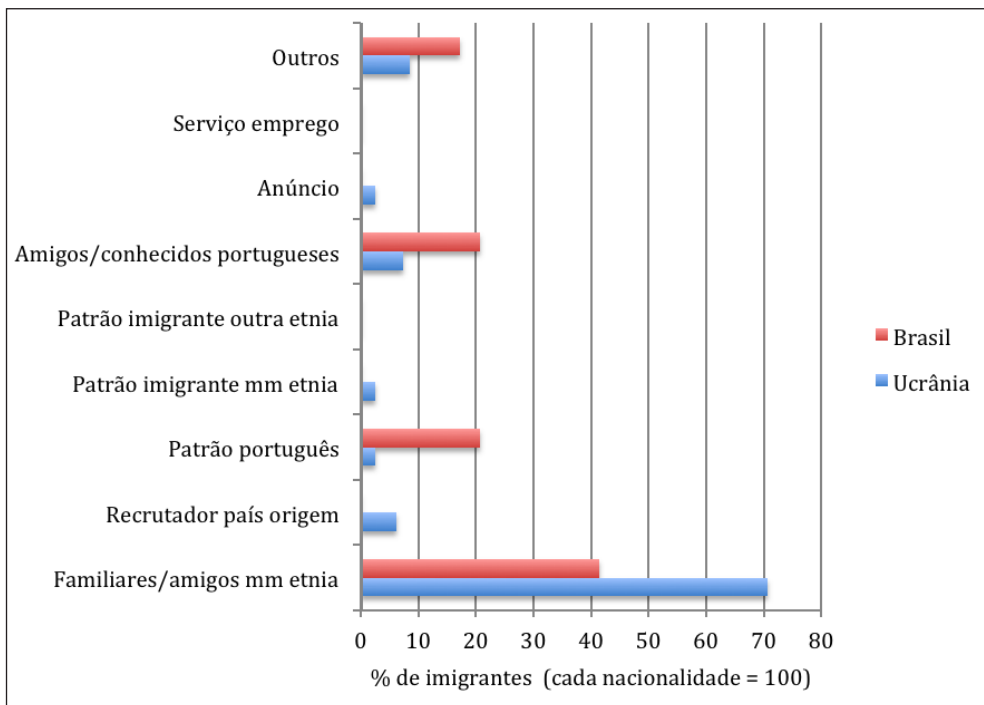


N = 88 (Ucrânia); 34 (Brasil)

O estatuto legal dos imigrantes distingue também as duas comunidades: 94,3% dos ucranianos têm a situação regularizada contra 61,8% dos brasileiros. O número de imigrantes a aguardar a regularização da sua situação é significativo no caso dos brasileiros (26,5%) mas desprezível no caso dos ucranianos (4,5%) (Figura 43). No entanto, há mais imigrantes brasileiros do que ucranianos a entrar em Portugal com visto de trabalho (9% e 2%, respectivamente).

O estatuto legal ou irregular do imigrante pode facilitar, eventualmente, a obtenção do primeiro emprego em Portugal. Este pode ser conseguido de diversas formas:

Figura 44 - Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal



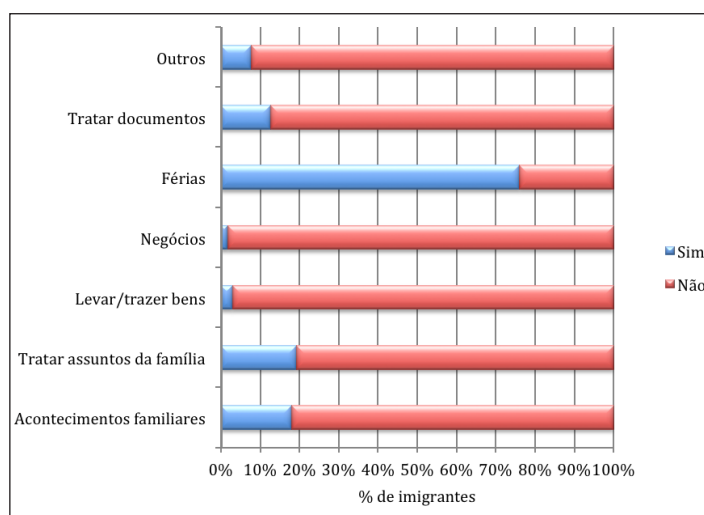
N (casos válidos) = 84 (Ucrânia); 31 (Brasil)

As diligências encetadas para encontrar trabalho também distinguem as duas comunidades com muito mais ucranianos do que brasileiros a apoiarem-se nos familiares e amigos da mesma etnia (70,7% no caso dos ucranianos e 41,4% no caso dos brasileiros). Os patrões de nacionalidade portuguesa são facilitadores do acesso ao mercado de trabalho no caso dos imigrantes brasileiros (20,7%), enquanto os ucranianos se apoiam, embora residualmente, nos meios formais de procura de emprego: os anúncios (2,4%) como se verifica na Figura 44. Nenhum brasileiro afirmou ter recorrido a esse meio, nem tão pouco a recrutadores do país de origem.

9. RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM E MELHORIA/MOBILIDADE SOCIAL

A relação com o país de origem é também alimentada pelas visitas que fazem por diversos motivos.

Figura 45 - Motivos para a visita ao país de origem



N (casos válidos) = 167

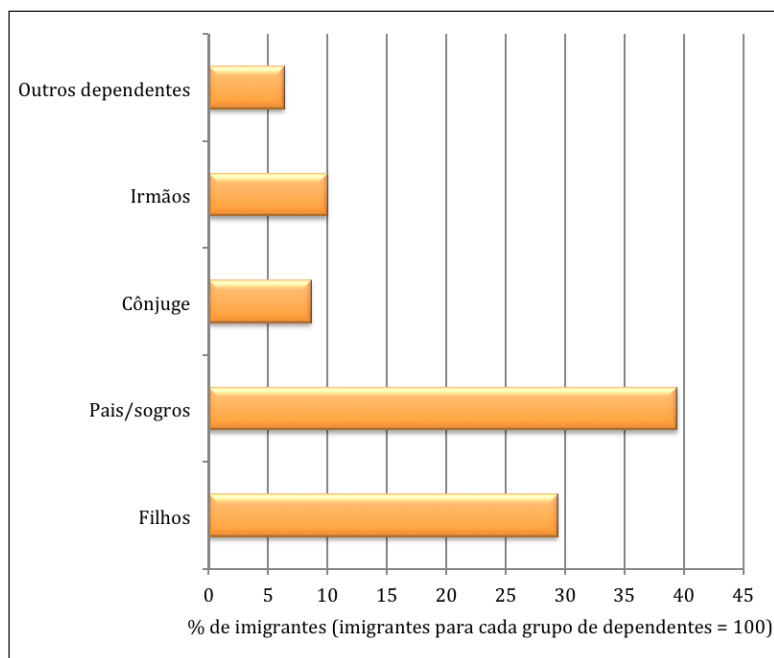
Visitam o país de origem sobretudo nas férias (76%) ou eventualmente para resolver algum assunto familiar (17,3%) ou para participar de eventos familiares (18%) (Figura 45). Voltam quando têm oportunidade de mostrar que a vida lhes corre bem e que têm sucesso enquanto imigrantes.

Agora os meus pais têm orgulho de mim. Falam aos amigos que a filha deles está bem na vida, que ela conseguiu regularizar a vida. Quando sai da aldeia era a filha única, pobre e infeliz e agora já pode dizer que ela esta bem na vida e é feliz. Eu já recuperei as amizades todas [na Ucrânia]. Eu já reparei que as minhas antigas amigas ficaram felizes por me ver. Nota-se que eu sou uma pessoa feliz muito diferente

do que era dantes. Estão à minha volta e reataram a antiga amizade. (...) Eles só querem gente que está bem na vida. (...) [vou ao país de origem] porque tenho família lá. Tenho pais, tenho um filho. E tenho lá tratado umas coisitas. Por exemplo o meu filho precisa de endireitar os dentes. Aqui é muito caro, pago tudo. Na Ucrânia pedem muito menos do que querem aqui. (entrevista 16)

Outros há que não visitam o país de origem por terem situações irregulares em Portugal ou, simplesmente, por falta de oportunidade ou ainda insucesso e pouca poupança.

Figura 46 - Familiares dependentes no país de origem



N (casos válidos) = 170 a 177

Como se pode verificar na Figura 46, grande parte dos inquiridos tem familiares dependentes no país de origem tais como pais (39,4%), filhos (29,4%), irmãos (10%) e o cônjuge (8,6%), enviando 71% dos imigrantes regularmente dinheiro para o seu país. Estas remessas não ultrapassam os 100 euros mensais em quase metade dos casos (44%) e apenas 5% dos inquiridos refere envios superiores a 500 euros (Quadro 17 em anexo).

Apesar de algumas dificuldades que se possam perceber da sua estadia em Portugal, e apesar de manterem relações com o seu país de origem, uma expressiva maioria não pretende voltar ao país de origem (67%), como explica um ucraniano de 30 anos:

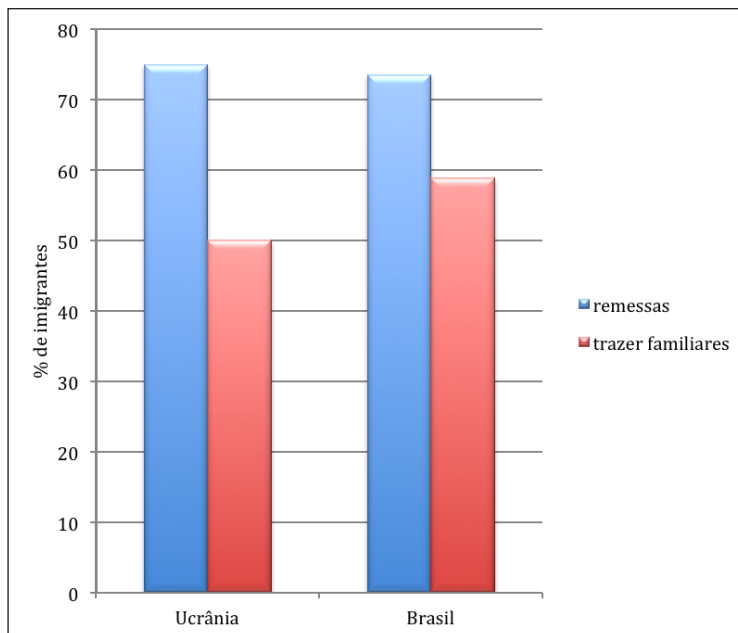
Sou capaz de nunca mais voltar. Se as coisas ficarem pior aqui vou para outro país para ganhar melhor, ter uma vida melhor. Para lá [Ucrânia] não volto. Minha mulher é portuguesa, a minha filha já nasceu cá e eu de certeza não me adaptava lá no meu país. É duro. Muito duro. Em todos [os sentidos]. Discriminação de mulheres. Nada lá é como aqui. Alguma coisa mudou, mas quase tudo ficou na mesma. (entrevista 20)

Este e outros casos explicam-se pelo enraizamento que vão criando no país através do casamento, presença de filhos que casam ou ligações de vária ordem: laboral, afectiva. Contudo, 23% ainda pretende regressar ao país de origem, quer num futuro próximo ou então ao atingir a idade da reforma, apesar de por vezes se sentirem mais adaptados a Portugal do que ao país de origem, como ilustram as palavras de uma entrevistada brasileira:

Enfim, eu não sei falar direito onde se vive melhor (...) [mas não está certa se conseguirá adaptar-se ao Brasil novamente] porque eu fui lá passar férias e não sei como vou fazer para habituar. E o calor? Eu sou uma brasileira perdida. Perdida. Se tiver de escolher entre a minha terra e Portugal acho que escolhia Portugal. Eu só quero ficar velha lá [Brasil], percebe? A gente já vai falando com os filhos. A gente quando envelhece é como se fosse um móvel a um canto então eu prefiro ir para um asilo lá. Eu e o meu marido vamos ficar velhos juntinhos e vamos os dois para um lar de velhos e vamos pôr todos malucos. (entrevista 13)

Estes resultados mostram que os imigrantes, mesmo quando não estão integrados ou assimilados no país de acolhimento, na sua maioria, pendem para se fixarem em Portugal, pelo menos até à idade de reforma, trazendo entretanto os familiares para o país de acolhimento, como se vê na Figura 47:

Figura 47 - Envio de remessas e pretensão de trazer familiares para Portugal



N= 90 (Ucrânia); 34 (Brasil)

Como se evidencia na Figura 47, uma proporção importante destes imigrantes pretende mesmo trazer os seus familiares mais próximos para Portugal (58,8% dos brasileiros e 50% dos ucranianos), já que muitos consideram nos seus planos estabelecerem-se neste país de imigração. Alguns manifestam na entrevista ter-se afeiçoado a Portugal como segunda terra, como refere um paquistanês: *“Portugal é a minha segunda terra. Adoro Portugal e estando aqui não preciso do meu país”* (entrevista 18), ficando num ou noutro caso em aberto a questão de se tratar de uma resposta acomodatória ao interlocutor, o que exigiria um trabalho de campo mais prolongado.

São, porém, também de registar por parte de alguns um sentimento de desencanto e revolta contra preconceitos, atitudes e práticas de discriminação por parte de portugueses que:

“Acham que não somos da mesma categoria que eles. Mas há portuguesas e portugueses que discriminam muito... Uma vez fui atendida no Hospital de Santo Tirso pelo médico que diz: “Tenho aqui um nome esquisito”. Isto é desmoralizador. Não acho que o meu nome seja esquisito. Das próximas vezes vou ser mais dura com ele... O mesmo me aconteceu quando tive um

acidente de carro... Apercebeu-se que era estrangeira e disse que se ia embora porque estava com pressa... Tirei a matrícula e liguei para o seguro. Depois pagou tudo. A forma como reagiu foi discriminação.”. (entrevista 31)

“Eu estou num sítio com mau ambiente. Os portugueses falam muito mal, nenhuma frase sai sem um palavrão e palavras muito fortes. Um dia chamaram-me essa palavra e eu bati num homem e os portugueses ficaram chocados”. (entrevista 31)

Como mencionámos acima, uma das práticas correntes dos imigrantes consiste em enviar remessas para o país de origem, deduzindo-se que uma parte considerável dos mesmos o faça para acorrer a necessidades mais prementes dos familiares que lá ficaram e que dependem destes afluxos monetários. A título de exemplo, mais de 70% dos imigrantes de origem brasileira e outros tantos de origem ucraniana afirmam enviar dinheiro com alguma regularidade (Figura 47). Contudo, 10% dos inquiridos planeia mesmo emigrar para outros países que lhes ofereçam mais e melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, constatando alguns uma situação de estagnação ou mesmo de retrocesso em relação a outros que ficaram no país de origem: *“Eu saí da minha terra para ficar mais rico mas acabo por ficar mais pobre do que lá. Há pessoas quando eu saí do Paquistão eram muito pobres. Nós estamos no mesmo sítio e eles já aumentaram em muito. Por isso estou a ficar para trás”. (entrevista 22)*

Com ou sem planos de regresso, em muitos imigrantes vai-se solidificando a convicção de que valeu a pena o sacrifício não só economicamente, como no aumento de segurança e de auto-estima e num maior prestígio junto da comunidade de origem nomeadamente da própria família, tal como refere uma mulher ucraniana :

“Já disse ao meu marido que ele deu aquilo que sempre quis: segurança e futuro... A minha vida é diferente da que tinha na Ucrânia. Esta é a vida que sempre quis ter. Já disse ao meu marido que Portugal é mágico. Que este é o país que eu precisava. É um país bom e deu-me uma vida boa... Agora os meus pais têm orgulho de mim. Falam aos amigos que a filha deles está bem na vida, que ela conseguiu regularizar a vida. Quando saí da aldeia era a filha única e pobre e infeliz e agora já pode dizer que ela está bem na vida e feliz”. (entrevista 16)

Outros sonham poupar e criar uma empresa (café, pastelaria, restaurante), sendo este objetivo referido não só por alguns brasileiros como ucranianos: *“O meu projecto é ficar patrão de uma empresa. Capaz de ser cá para criar uma empresa internacional... Misturar empresas com diversas línguas” (entrevista 20),* ou como desabafou um imigrante paquistanês:

“Eu gosto de ser patrão, não ter emprego... Não gosto de receber ordens. E emprego não dá garantias de o ter amanhã. Essa é a segunda coisa importante. Hoje tenho emprego e amanhã

podem mandar-me embora. E depois como fico? Fico outra vez mal. Não tenho certeza para amanhã... (entrevista 18)

Em suma, quer os dados quantitativos quer a abordagem qualitativa permite apreender expectativas, problemas e realizações dos imigrantes ao nível da habitação, trabalho, família, educação e cultura.

VII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este relatório visou caracterizar a população imigrante e identificar os problemas de várias ordens que acompanham o imigrante desde a sua partida do país de origem e sobretudo à chegada ao país de acolhimento. Porém, não obstante os imigrantes visarem a resolução dos seus problemas, o ciclo migratório não se afigura tão linear e tão pouco se compadece com abordagens unidimensionais nem mono causais. Fomos assim abordando as várias dimensões do fenómeno e ciclo migratório. Começamos por apresentar uma caracterização sócio-demográfica dos imigrantes inquiridos em termos comunitários e familiares, tendo em conta as variáveis mais relevantes como a naturalidade, o sexo, a idade, o estado civil, a composição do agregado familiar e principais tipos de agregados, a naturalidade dos membros do agregado e a naturalidade do cônjuge e dos filhos.

Este retrato permite-nos concluir que estamos perante uma comunidade de imigrantes ainda jovem na plenitude das suas capacidades laborais, cujos custos ficaram a cargo do país e das famílias da sociedade de origem e, como tal, representa desde logo e à partida um ganho para a sociedade de acolhimento. Difunde-se amiúde a ideia de que é o país de acolhimento que é penalizado com a entrada de imigrantes, quando na realidade é ele que beneficia com essa força de trabalho. Por outro lado, os imigrantes concorrem para contrariar a tendência de quebra demográfica.

Convém ter presente que o percurso dos imigrantes não é linear desde já pela resolução de problemas da habitação, sobretudo para o morador imigrante que não tem relações de interconhecimento parental, vicinal, conterrâneo, amigo. Mas é-o sobretudo pela obtenção e manutenção do trabalho, para o que são convocadas diversas estratégias, umas bem-sucedidas, outras de modo algum. São de referir dois tipos de situação face ao trabalho: para uns de relativa estabilidade e para outros de instabilidade, precariedade e incerteza. E entre os que obtiveram trabalho, a sua actividade profissional real situa-se abaixo das suas habilitações ou qualificações, o que por vezes provoca um sentimento de injustiça e mesmo de discriminação suportado por razões acomodáticas, bem presentes sobretudo entre os ucranianos.

Mas há outros campos em que as situações de vulnerabilidade social vêm ao de cima, por vezes de forma dramática: o desemprego e com ele as situações de pobreza e privação; as situações de saúde; as dificuldades de acesso à educação, entre outras. Com estes e outros problemas é evidente que a inserção plena no país de acolhimento, mesmo quando almejada, não se realiza, podendo dar lugar por vezes a situações de separação e mesmo de marginalização.

Outros, por certo uma minoria, conseguem inserir-se na sociedade de acolhimento e alguns deles chegaram mesmo a contrair casamento com autóctones, aprender a língua e outros códigos e sociabilidades no país de acolhimento. Tal favorece um clima de petição e aceitação de dupla nacionalidade e o início de relações interétnicas multiculturais e mais saudáveis.

Relativamente às práticas culturais, elas apresentam-se diferenciadas também com diversos graus de abertura ou fechamento à sociedade envolvente.

Num registo próximo das práticas culturais e das sociabilidades entre minorias nacionais e autóctones vão ocorrendo não só situações de convergência e partilha como situações de confronto interétnico, podendo, em certas condições, despoletar situações de discriminação, racismo ou xenofobia.

Os imigrantes inquiridos têm, na sua maioria, estratégias de ligação à sua comunidade de origem e, sempre que podem, têm um pé naquela e outro no espaço urbano da sociedade de acolhimento para efeitos não só da obtenção de algumas eventuais vantagens como a convivência e a partilha de valores.

Por fim, importa fazer algumas recomendações para que as relações entre comunidades autóctones e alóctones melhorem. Apesar da crise, é preciso que o poder político tome nota destes problemas e encontre formas de proporcionar condições aos cidadãos das minorias nacionais, de modo a que se reduzam situações de pobreza e exclusão social, também propiciadoras de tensões, clivagens e conflitos interétnicos. Neste quadro, torna-se necessário prestar uma atenção aos meios de comunicação social, os quais terão nestes problemas um papel fulcral para aproximar em vez de afastar as minorias, evitando processos de reforço dos estereótipos, discriminação e racismo.

VIII. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- BADER, Veit (2005), “Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pró-teórico”, *Configurações*, nº 1: 15-38.
- BADER, Veit (2008), *Racismo, Etnicidade e Cidadania*. Porto: Afrontamento.
- BAGANHA, Maria e MARQUES, José Carlos, (2001) *Imigração e Política O Caso Português*, Fundação Luso – América, Lisboa.
- BAGANHA, Maria J., MARQUES, A.M, José e Góis, Pedro (2005), “Trajectórias migratórias: os imigrantes do Leste Europeu” *in* M.C.Silva (2005), *Nação e Estado. Entre o global e o local: 281-301*, Porto: Afrontamento.
- BARTH, Frederic (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*, Londres: Allen & Unwin.
- BERRY, W.J. (1980), “Acculturation as varieties of adaptation” *in* A. Padilla (org), *Acculturation: Theory, Models and Some New Findings: 9-25*, Boulder: CO: Westview.
- BOURDIEU, Pierre (1980) *Le sens pratique*, Paris:Minuit.
- CABECINHAS, Rosa (2003), *Racismo e Etnicidade*, Braga: Universidade do Minho.
- CASTLES, Stephen e KOSACK, Godula (1973), *Immigrant workers and Class Structure in Western Europe*, Londres/Nova York: Oxford University Press.
- DURKHEIM, Emile (1977), *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. [1969(1963)], *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: F. Cass.

- FONSECA, Lucinda (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal* (coord), Lisboa: ACIME, Observatório da Imigração, nº 15.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Au delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomerations parisienne*, Paris:L'Harmattan.
- LEANDRO, Maria Engrácia, NOSSA, Paulo Nuno e BOAVIDA, Maria José (2008), “Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório” in *Configurações*, 4:91-114.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal: contrastes e polarização”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (1998), “Minorias e segregação nas cidades – uma aproximação ao caso de Lisboa no contexto da Europa mediterrânea ” in *Finisterra*, XXXIII, 66:91-118.
- MALHEIROS, Jorge *et al.* (2007), *Espaço e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes Na Área Metropolitana da Lisboa* – (Observatório de Imigração; 22).
- MARQUES, João Filipe (2004), “O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia” in *Revista Critica de Ciências Sociais*, 56: 35-60.
- MARQUES, Margarida, (2005), “Singularidade nacional e construção da cidadania” in *A difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa*, 15: 304-312.
- MARX, Karl [1974 (1867)], *O Capital*, I e II, Lisboa: Delfos.
- MARX e ENGELS (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. Org. e Introdução Oswaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo.
- MEMMI (1993), *O Racismo*, Editorial Caminho, Lisboa.
- PARSONS, Talcott (1988), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial
- PIERRÉ-CAPS, Stéphane (1995), *A Multinação – o futuro das minorias étnicas na Europa*, Lisboa: Instituto Piaget.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), “Construção multicultural da igualdade e da diferença” in *VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade de Rio de Janeiro.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), “Racismo e conflitos interétnicos: elementos para uma investigação” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56:41-63.
- SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel *et al.* (2006), *Relações interétnicas: portuguesas, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP: um estudo de caso no distrito de Braga*, Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), Imigrantes Africanos no Noroeste de Portugal: Relações Interétnicas de Acomodação e Resistência, Renato Lessa (ed.), *Travessias*, 9: 61-93.
- SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida mental” in O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- STOER, Stephen e CORTESÃO, Luísa (1999), *Levantando a Pedra, Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa época de transnacionalização* Porto: Afrontamento.
- VALA, Jorge *et al.* (orgs) (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WIEVIORKA, Michel (1992), *El espacio del racismo*, Barcelona, Buenos Aires: Ediciones Paidós.

ANEXOS

Tema e intenção do estudo: Antes de mais quero agradecer-lhe a disponibilidade que tem demonstrado em colaborar com este estudo. Como lhe explicaram anteriormente está a ser conduzido um estudo em parceria entre a Câmara da Trofa, a Universidade do Minho, o CLAI e o ACIDI para saber quais são os problemas dos imigrantes em Portugal e em que condições vivem. Quero pôr-lhe algumas questões simples sobre si e sobre as suas experiências.

Confidencialidade e gravação: Todas as respostas são confidenciais e não será identificado em nenhuma circunstância, e os dados que der são exclusivamente para usar neste estudo.

A gravação é necessária só como forma de registo, para que depois possa tirar apontamentos sobre aquilo que me disse, sem deturpar as suas palavras.

Respostas: Peço-lhe que responda de acordo com aquilo que pensa, não há respostas certas, nem erradas. Qualquer questão a que prefira não responder, diga-mo e avançaremos para a seguinte.

Duração: Como são perguntas sobre o seu percurso de vida e como quero perceber bem o seu percurso de vida, a entrevista pode ser um pouco demorada.

Novo contacto: Há-de ser necessário um novo contacto em breve, mas será muito curto. Poderei abordá-lo daqui a uma ou duas semanas? Nessa altura, farei perguntas sobre o seu estado de saúde e alguns dados sobre a história da sua família na relação com o trabalho.

A sua colaboração é imprescindível e valiosa, pelo que agradeço mais uma vez a disponibilidade que tem demonstrado.

PAÍS DE ORIGEM

Condições de vida no país de origem e móbil da imigração:

a) Redes sociais e emigração

Gostava de lhe pedir que falasse um pouco da sua vida no país de origem. Com quem costumava conviver no seu dia-a-dia?

A quem recorria quando tinha algum problema ou precisava de falar sobre alguma coisa importante?

Qual foi a reacção das pessoas mais próximas quando lhes disse que ia emigrar? Pensa que a sua relação com amigos, familiares ou conhecidos pode ter sido afectada pela sua emigração? Em que sentido? Pediu conselhos a alguém sobre a decisão de imigrar? Alguém o ajudou a concretizar o seu projecto de emigração?

b) Móbil da emigração e expectativas

O que é que o levou a imigrar? O que esperava conseguir com a imigração/que expectativas tinha quando decidiu imigrar?

Teve que pagar a alguma entidade para conseguir emigrar? A quem? Em que circunstâncias?

CHEGADA A PORTUGAL

Vivência das transições (condições objectivas e subjectivas de vida, bem-estar económico, social e psicológico):

a) Bem-estar e redes sociais

Como se sentiu quando chegou a Portugal pela primeira vez? Que expectativas tinha em relação à sua estadia em Portugal?

Teve ajuda de alguém quando cá chegou? Se sim, quem? Em que circunstâncias conseguiu essas ajudas? Qual foi a importância dessas ajudas (institucionais/pessoais) no seu processo de integração?

b) Integração social

Gostava que me falasse agora um pouco do seu percurso de integração social em Portugal. Estabeleceu alguma estratégia para conhecer pessoas em Portugal e estabelecer contacto ou relações de amizade? Que dificuldades sentiu quando chegou em estabelecer novos contactos e fazer amizades? Já tinha conhecidos/amigos/familiares cá? SE SIM. Que papel tiveram eles na forma como se sentiu quando chegou? Foram um apoio para si? SE SIM, de que forma?

Sentiu alguma vez que era tratado de forma diferente por ser imigrante? Como se sentiu com esse tratamento?

SITUAÇÃO ACTUAL

Condições objectivas (redes, situação laboral e económica) e subjectivas de vida, bem-estar económico, social e psicológico:

a) Dinâmicas diárias e bem-estar

Como é o seu dia-a-dia actualmente em Portugal? Está satisfeito com ele? Em que é que é diferente da sua rotina no país de origem?

b) Redes sociais, integração e bem-estar

Pode falar-me um pouco da sua vida social em Portugal? Com quem convive nos seus tempos livres? Sente-se satisfeito com a sua vida social? Em que sentido? Quem costuma frequentar a sua casa, portugueses, imigrantes da sua nacionalidade, imigrantes de outra nacionalidade?

(Pelo que diz no questionário não) Faz parte de alguma associação ou grupo organizado? PORQUE motivo? Não se sente interessado em pertencer a um grupo?

Qual é a sua relação com as pessoas (família, amigos e conhecidos do país de origem? Se voltasse agora para o seu país de origem conseguiria reatar facilmente a sua vida social?

Como imaginaria um imigrante que possa dizer que está completamente integrado no país de imigração? Identifica-se com esse imigrante que descreveu? De que forma?

SENTE-SE DISCRIMINADO. De que forma se sente discriminado? A relação com outras pessoas em Portugal é menos satisfatória do que no seu país de origem?

Discriminação? Exclusão? Racismo?

Como foi o processo de validação das suas habilitações escolares e processos de equivalências? Teve alguma dificuldade nesse processo?

a) Situação laboral

Pode por favor confirmar a sua situação profissional?

TRABALHADORES Está satisfeito com a sua profissão? E com as condições em que trabalha (por exemplo com o salário, com a forma como as chefias o tratam, com os seus colegas)? Em que sentido? Sente que recebe um salário justo? Como se sente com as tarefas que tem que fazer? Tem a responsabilidade que pretende? Se pudesse mudava de emprego ou pretende manter o que tem?

DESEMPREGADOS Pensa voltar a trabalhar em Portugal? Está actualmente à procura de emprego?

b) Expectativas e satisfação com a sua situação presente

De uma forma geral sente-se satisfeito com a vida que tem em Portugal? Se pudesse mudar alguma coisa na sua vida actual, o que seria?

Em que medida realizou as expectativas que trazia quando chegou? Pensa que as vai conseguir concretizar?

FUTURO

Projectos condições objectivas e subjectivas de vida, bem-estar económico, social e psicológico

Como seria o seu projecto de futuro ideal?

Como se vê daqui a 5 anos? E dez? Em que país pensa estar na sua velhice?

Sente que a experiência de imigração o mudou? Em que sentido?

Planeia sair de Portugal? Em que circunstâncias? O que o motiva a sair de Portugal (outro país/país de origem)?

ANEXO 2: DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Número da entrevista	Nacionalidade	Idade	Sexo
11	Russa	55	Masculino
12	Paquistanesa	36	Masculino
13	Brasileira	41	Feminino
14	Ucraniana	27	Feminino
15	Ucraniana	41	Feminino
16	Ucraniana	43	Feminino
17	Ucraniana	35	Masculino
18	Paquistanesa	32	Masculino
19	Paquistanesa	33	Masculino
20	Ucraniana	31	Masculino
21	Paquistanesa	40	Masculino
22	Paquistanesa	45	Masculino
23	Brasileira	39	Feminino
28	Moldava	43	Feminino

Quadro 1 - Nacionalidade dos inquiridos e membros dos seus agregados familiares

	Nº de inquiridos	% de inquiridos
Angola	3	1,6
Brasil	34	18,4
Cazaquistão	1	0,5
China	1	0,5
Índia	1	0,5
Nepal	1	0,5
Paquistão	23	12,4
Moldávia	7	3,8
Rússia	15	8,1
Ucrânia	91	49,2
Outros África	3	1,6
Colômbia	1	0,5
Cuba	1	0,5
Venezuela	2	1,1
Canadá	1	0,5
Total	185	100

Quadro 2 - Idade dos inquiridos

	Idade
N	184
Média	37,5
Mediana	37,0
Moda	32,0
Percentis	
25	30,0
50	37,0
75	43,0

Quadro 3 - Inquiridos por grupos etários (%)

	Sexo masculino	Sexo feminino
15-19	2,9	1,3
20-24	9,6	5,0
25-29	11,5	13,8
30-34	19,2	20,0
35-39	19,2	18,8
40-44	12,5	22,5
45-49	6,7	7,5
50-54	8,7	5,0
>55	9,6	6,3
Total	100	100

Quadro 4 - Estado civil dos inquiridos

	Nº de inquiridos	%
Casado(a)	117	63,9
União de facto	24	13,1
Solteiro(a)	26	14,2
Separado(a)	3	1,6
Divorciado(a)	7	3,8
Viúvo(a)	6	3,3
Total	183	100

Quadro 5 - Número de indivíduos nos agregados dos inquiridos

N	477
Média	2.13
Mediana	2.00
Moda	1
Mínimo	1
Máximo	7

Quadro 6 - Idade dos elementos do agregado do inquirido

N	473	
Média	29.58	
Mediana	32.00	
Moda	32	
Mínimo	0	
Máximo	62	
Percentis	25	17.00
	50	32.00
	75	40.00

Quadro 7 - Filhos dos inquiridos segundo o escalão etário

	Nº de indivíduos	%
<15	85	70,2
15-19	21	17,4
20-24	6	5,0
25-29	2	1,7
30-34	6	5,0
35-39	1	0,8
Total	121	100

Quadro 8 - Principal meio de vida dos inquiridos e membros do agregado com idade igual ou superior a 16 anos

	Nº de indivíduos	%
Trabalho	193	53,6
A cargo da família	75	20,8
Subsídio desemprego	57	15,8
Rend. Social de Inserção	10	2,8
Apoio social	8	2,2
Outros	17	4,7
Total	360	100

Quadro 9 - Principal meio de vida dos membros dos agregados dos inquiridos excluindo o próprio

	Sexo		Total	
	Feminino	Masculino		
Meio de vida	Trabalho	43	60	103
	%	55,1	58,8	57,2
	Rendimento Social Inserção	2	2	4
	%	2,6	2,0	2,2
	Subsidio desemprego	15	23	38
	%	19,2	22,5	21,1
	Outros subsídios temporários	3	0	3
	%	3,8	0,0	1,7
	Apoio social	0	4	4
	%	0,0	3,9	2,2
	A cargo família	14	6	20
	%	17,9	5,9	11,1
	Biscates	0	1	1
	%	0,0	1,0	0,6
	Outro	0	6	6
	%	0,0	5,9	3,3
	Não responde	1	0	1
	%	1,3	0,0	0,6
Total	78	102	180	
%	100	100	100	

Quadro 10 - Duração do desemprego dos membros do agregado dos inquiridos

	Masculino	%	Feminino	%
Menos de 1 ano	14	45,2	5	20,0
De 1 a 2 anos	10	32,3	9	36,0
2 ou mais anos	7	22,6	11	44,0
Total	31	100	25	100

Quadro 11 - Dificuldade na obtenção de equivalências escolares à chegada a Portugal (%)

		Nada difícil	Um pouco difícil	Difícil	Bastante difícil	Muito difícil	
Escolaridade	Básico -1 ciclo	50,0				50,0	100
	Básico - 2º ciclo			100,0			100
	Básico - 3º ciclo	20,0	20,0		20,0	40,0	100
	Secundário	36,7	13,3	6,7	3,3	40,0	100
	Médio/profissional	48,0	4,0	12,0		36,0	100
	Bacharelato		50,0			50,0	100
	Licenciatura	23,8	4,8		4,8	66,7	100
Total	34,9	9,3	7,0	3,5	45,3	100	

Quadro 12 - Partilha de habitação com outros não familiares

	Frequência	%
Sim	33	21,2
Não	123	78,8
Total	156	100

Quadro 13 - Intenção de comprar casa em Portugal

	Frequência	%
Não	76	46,1
Incerteza	15	9,1
Sim, nunca procurou	70	42,4
Sim, procurou	4	2,4
Total	165	100

Quadro 14 - Motivos de emigração evocados pelos inquiridos

	Frequência	%
Económico/emprego	137	77,4
Reunir-se à família	26	14,7
Acompanhar pais	3	1,7
Estudar	4	2,3
Políticos	2	1,1
Saúde	2	1,1
Outros	3	1,7
Total	177	100

Quadro 15 - Habilitações dos imigrantes e membros dos respectivos agregados com 15 anos e mais (%)

	Nenhum/ Básico (1ª e 2ª ciclos)	Básico - 3ª ciclo	Secundário	Médio/ profissional	Curso superior	
15-19	10,3	34,5	41,4	13,8	0,0	100
20-24	4,0	28,0	44,0	4,0	20,0	100
25-29	4,5	11,4	43,2	25,0	15,9	100
30-34	2,8	15,3	33,3	16,7	31,9	100
35-39	9,1	13,6	40,9	13,6	22,7	100
40-44	5,9	17,6	23,5	19,6	33,3	100
45-49	7,4	11,1	25,9	22,2	33,3	100
50-54	4,0	12,0	24,0	24,0	36,0	100
>=55	15,0	20,0	20,0	30,0	15,0	100

Quadro 16 - Residência noutro país antes da entrada em Portugal (brasileiros e ucranianos) (%)

	Residência noutro país		Total
	Sim	Não	
Brasil	20,6	79,4	100
Ucrânia	29,7	70,3	100
Total	27,2	72,8	100

Quadro 17 - Valor das remessas mensalmente enviadas para o país de origem, segundo a nacionalidade (%)

Naturalidade	Valor das remessas							Total
	até €50	€51 - €100	€101 - €250	€251 - €500	€501 - €1000	mais de €1000	não responde	
Angola	33,3			33,3			33,3	100
Brasil	8,0	32,0	12,0	28,0	8,0	4,0	8,0	100
Cazaquistão	100,0							100
China					100,0			100
Paquistão	20,0	30,0	30,0	20,0				100
Moldávia		50,0			25,0		25,0	100
Rússia	20,0	30,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	100
Ucrânia	16,9	25,4	29,6	22,5			5,6	100
Colômbia	100,0							100
Venezuela			100,0					100
Total	16,7	26,8	23,9	21,0	3,6	1,4	6,5	100



CONTACTOS

Câmara Municipal da Trofa

CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

Centro Comercial da Vinha, r/c, loja 24
São Martinho de Bougado
4785-624 Trofa

ACIDI

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

R. Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa

Observatório da Imigração

www.oi.acidi.gov.pt

Linha SOS Imigrante



808 257 257



21 810 61 91